



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está aberta a reunião. Para melhor andamento dos trabalhos comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Sr. Ministro disporá de 30 minutos para sua exposição, não podendo ser interrompido. Conforme estipulado no mesmo dispositivo, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esta Presidência pede silêncio ao Plenário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Repito: conforme estipulado no mesmo dispositivo, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica em 2 minutos.

Nós vamos cumprir rigorosamente esses prazos e pedimos a compreensão do Plenário, sabido que o número de inscritos é muito grande.

Em segundo lugar, pedimos desculpas pela não presença do Relator do PPA, Senador Roberto Saturnino, em virtude de uma cirurgia de emergência feita por sua esposa e que o impede de estar presente à reunião.

Peço, agora, silêncio ao Plenário e passo a palavra ao Sr. Ministro Guido Mantega para sua exposição.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é uma satisfação para mim estar nesta Casa para apresentar a Proposta Orçamentária de 2004 e a Proposta para o Plano Plurianual de 2004/2007. Como se trata de duas peças bastante complexas e longas, farei uma exposição sintética, de modo a termos mais tempo para a realização dos debates e das explicações a respeito desses dois Orçamentos.

Trouxe um *PowerPoint* para facilitar o entendimento das explicações.

Começo imediatamente falando sobre a Proposta Orçamentária de 2004. A Proposta Orçamentária de 2004 está inserida dentro da estratégia macroeconômica do Governo Lula, que tem por objetivo fundamental elevar o padrão de vida da população brasileira e, sobretudo, propiciar as condições para a retomada do crescimento, para a promoção do crescimento sustentado no País. Esses são os objetivos principais das duas peças orçamentárias e de toda a nossa estratégia macroeconômica.

O crescimento sustentado é importante porque é ele que nos permite resolver os principais problemas socioeconômicos que o País atravessa. Só com o crescimento sustentado nós estaremos gerando os empregos que são necessários para o País, estaremos gerando renda para aumentar o mercado consumidor, estaremos aumentando a receita do Estado de modo que ele possa realizar melhor os seus projetos.

A aplicação dessa estratégia macroeconômica já se iniciou em 2003. Porém, não era possível, no início de 2003, implementar um crescimento sustentado no País. Enfrentávamos uma crise de grandes dimensões, no início de 2003, e a política macroeconômica teve que tomar medidas urgentes para debelar esta crise. Com a crise não era possível crescer, não era possível colocar o pé no acelerador. Então, a primeira tarefa do Governo foi debelar a crise para, depois, criar as condições do crescimento sustentado que estão sendo estabelecidas nos dias de hoje. E para combater essa crise nós tivemos que, em primeiro lugar, fazer ajuste fiscal para aumentar a meta de superávit primário, que era de 3,75, para 4,25.

Uma das maiores ameaças que pairavam sobre o País nessa época era a suspeita da moratória, era a suspeita de que o Brasil não poderia pagar suas contas e solver seus compromissos. A dívida pública brasileira era crescente, tinha atingido patamar exponencial, no ano de 2002, ao ultrapassar a casa de 62% do PIB.

Então, essa era uma ameaça importante que fazia com que os créditos fossem fechados para o Brasil. O Brasil ficou totalmente sem crédito para rolar suas contas externas ao final do ano passado. Esse superávit primário era uma necessidade para estancar a escalada da dívida pública de modo que ela fosse mantida sob controle, que se tornasse solvável e pudéssemos pagá-la num prazo médio de tempo.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E para fazer esse ajuste fiscal, o Governo resolveu não fazer mais um pacote tributário, rompendo tradição de muitos anos. No Brasil ultimamente os ajustes fiscais sempre vieram acompanhados de pacotes tributários, aumento de tributos. O Governo resolveu não fazê-lo, não onerar mais a população com aumento de tributos. Fizemos ajuste fiscal por dentro do Governo, reduzimos gastos e custos do Governo. Evidentemente, é escolha dolorosa porque implica em reduzir a capacidade de gastos e de investimentos do Governo, mas infelizmente tivemos de fazê-lo.

Outra ameaça que pairava sobre a economia brasileira e que impedia imediatamente o crescimento sustentado era a inflação. Havia uma bolha inflacionária que se formara no ano de 2002 e que se estendia para 2003 e ameaçava provocar processo de indexação na economia brasileira. Nós brasileiros sabemos o quanto é perigoso uma economia que se reindexa, que começa a jogar para frente os índices de inflação do passado. Tivemos também de aplicar golpe mortal na inflação. E o que foi feito a partir do próprio ajuste fiscal, que mencionei também, uma política monetária mais rígida que implicou na elevação da taxa de juros.

A elevação da taxa de juros também é processo doloroso porque reduz o nível de atividade, mas tinha de ser feito porque sem estabilidade não é possível haver crescimento sustentado. É até possível obter-se surto passageiro de crescimento, poderíamos ter posto o pé no acelerador no início deste ano e produzir surto de crescimento, mas estaríamos acelerando também a inflação. E aí hoje estaríamos às voltas com dois problemas: crescimento capenga, que não iria para frente, e problema inflacionário de difícil solução, porque quanto maior a inflação mais difícil fica controlá-la.

Finalmente, essa estratégia macroeconômica implicou em tomar medidas para a redução da vulnerabilidade externa. Um dos problemas que assola o País há muitos anos está na base das perturbações financeiras que tivemos, nas crises cambiais e financeiras ao longo dos últimos anos, também um problema prioritário que tinha de ser enfrentado. E tomamos medidas também no sentido de reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira. Sem reduzir essa vulnerabilidade, não teremos crescimento sustentado no País porque, na primeira esquina, na primeira turbulência externa, um crescimento insipiente será posto por água abaixo.

Então, foi necessário também fazer uma política externa mais agressiva ao buscar novos mercados para os produtos brasileiros, abrir negociações com novos países e ampliar nossa capacidade de exportação.

A partir desse tripé de medidas, fiscal, monetário e de comércio exterior, depois de sete, oito meses de utilização desses instrumentos, já podemos verificar os resultados alcançados.

(Passa-se para a tela seguinte. Vou mostrar os resultados alcançados.)

A dívida que vinha num crescendo e tinha atingido 62,5%, em outubro do ano passado, passou a ter uma trajetória decrescente, fundamentalmente porque também o câmbio passou por um patamar de mais equilíbrio, o dólar tinha se valorizado, ele se desvalorizou, uma parte da dívida era em dólar e ela veio caindo, e hoje está num patamar em torno de 57%. Ainda não é um patamar ideal para a dívida, ainda não resolvemos o problema da relação dívida/PIB, por isso que, no Orçamento de 2004, estamos apresentando uma proposta de superávit primário de 4,25, superávit primário de 2003. É uma meta difícil porque implica em reduzir a capacidade de gasto em investimento, porém garante que a relação dívida/PIB estará sob controle. Perdemos em capacidade de investimento, mas ganhamos em credibilidade, poderemos baixar mais rapidamente as taxas de juros a partir disso, e dessa maneira estimular mais o setor privado.

Na outra tela temos o comportamento do investimento direto no País.

Na primeira parte, de 2003, tivemos uma queda do investimento direto externo no País. Na verdade, isso não foi um fenômeno só brasileiro, aconteceu em várias partes do mundo, houve uma retração geral dos investimentos externos, mas nos atingiu também.

A entrada de capital externo no primeiro semestre foi baixo, mas, a partir de junho, já detectamos uma recuperação dos investimentos externos, sendo que em julho, mostrando uma mudança nas tendências, houve o ingresso de 1 bilhão e 200 milhões. Na verdade, é 1 bilhão e 400 milhões, é mais do que está aí. Em julho, 1 bilhão e 400 milhões; em agosto, 1 bilhão e 200 milhões.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então já estamos recuperando os investimentos externos que são importantes para dinamizar a economia brasileira, para acelerar o crescimento da economia brasileira, e, até o final do ano, ainda poderemos atingir a cifra de 10 bilhões de dólares de investimentos externos.

Na tela seguinte, observamos a variação das taxas de inflação. Tivemos um pico de inflação no final do ano passado. Temos aqui os 2 índices: O IPCA e o IGPM. Esse pico se deu entre novembro e dezembro, e a partir daí, com uma política econômica que pusemos em prática, a inflação perdeu força, foi caindo e chegamos até a ter um pequeno período de deflação, mostrando que o controle sobre a inflação está realizado. A missão, neste caso, está cumprida, o que nos permitirá a redução permanente das taxas de juros até encontramos um patamar adequado para a retomada dos investimentos.

No quadro seguinte temos a trajetória da rolagem dos empréstimos externos ao setor privado.

No final do ano passado, o setor privado não conseguia rolar as suas dívidas de empréstimos externos, houve um fechamento total do mercado de crédito para o Brasil. Várias empresas brasileiras que tinham dívidas em dólares tinham dificuldade em fazer a sua rolagem, estavam com a corda no pescoço. A partir deste ano, ao longo do semestre, essa situação foi se transformando, os créditos voltaram e podemos dizer que hoje já temos praticamente de 80% a 100% de créditos sendo rolados no mercado. Quer dizer, a empresa que tinha uma dívida consegue rolar essa dívida quase que na sua integralidade. Então retornamos a um patamar de 100% da dívida, desafiando uma boa parte das empresas brasileiras endividadas.

No quadro seguinte vemos o desempenho do balanço de pagamentos, o desempenho do setor comercial externo.

Então observamos o superávit comercial crescente a partir de junho do ano passado, ganhando força a partir deste ano, com um superávit comercial anualizado de 22,9 bilhões de dólares, a maior marca de superávit que o Brasil já conseguiu.

Este é um sucesso importante para diminuir a vulnerabilidade externa do País. Então, eu diria que estamos no caminho da redução da vulnerabilidade externa com esse desempenho do setor externo.

No quadro seguinte vemos o resultado do saldo de transações correntes. A conta de transações correntes é que mede a necessidade de recursos externos para fechar as contas brasileiras.

Essa necessidade de financiamento era elevada em 1999, chegou a 25 bilhões de dólares — é o primeiro quadro, de 1999. Depois veio caindo, caiu bastante em 2002. E nós, até julho de 2003, temos até uma conta positiva, o déficit se tornou superávit em transações correntes. Isso não quer dizer que vamos fechar o ano com superávit em transações correntes, deveremos estar próximos de um déficit de 1%, o que já é um grande avanço em direção a uma dependência menor de capitais externos para fechar as contas brasileiras e, portanto, menos riscos para o pagamento e rolagem da nossa dívida.

No quadro seguinte vemos a evolução do risco País, que atingiu o patamar de 2.400 pontos no final do ano passado. Ele passou por uma trajetória descendente e hoje se encontra no patamar de 655 pontos. Na verdade, esse era o índice ontem. Ele varia todo dia. Mas está abaixo dos 700 pontos, o que já é uma grande vitória da política que nós praticamos. O Brasil tornou-se um país menos arriscado. Aliás, ontem saiu nos jornais uma pesquisa mostrando que o Brasil voltou a ser procurado para investimento externo. É o 19º país em termos de investimento externo.

No quadro seguinte nós observamos a trajetória da taxa de câmbio, que havia chegado a um dólar de 4 reais no ano passado e agora se situa em torno de 2 reais e 93 centavos, inclusive numa trajetória muito estável. É importante não só o número alcançado, mas a trajetória de estabilidade. É importante estabilizar o câmbio porque isso gera estabilidade, confiança, maior facilidade para a realização das transações externas do País.

Além, portanto, desses resultados já obtidos ao longo desses 8 meses de Governo, ainda foi posto em prática um conjunto de medidas anticíclicas para ajudar na recuperação da economia brasileira. São fundamentalmente medidas de caráter creditício, de modo a aumentar a capacidade de consumo da população brasileira ou a capacidade financeira, principalmente das pequenas e médias empresas.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Várias ações foram praticadas nesse sentido, com destaque para a criação de contas especiais simplificadas para depósito à vista. São milhares de brasileiros que passaram a ter acesso à conta bancária e ao crédito, microcrédito simplificado, estimulando o auto-emprego, ampliação dos recursos do FAT para capital de giro de pequenas e microempresas, aquisição de material de construção.

Na lâmina seguinte: criação de linhas de crédito para a aquisição de eletrodomésticos, conforme foi anunciado recentemente, e o BNDES, até o presente momento, já liberou 3 bilhões de reais para crédito de pequena e média empresas. É um patamar muito mais elevado do que se praticava nos anos passados.

Finalmente, um plano safra para 2003/2004, que destinou para a agricultura 32,6 bilhões de reais para financiar esta que deverá ser uma das maiores safras da nossa história, e também para a agricultura familiar.

Então, o Orçamento Programa de 2004 procura dar continuidade a essa estratégia que já foi praticada em 2003, cujo objetivo é, fundamentalmente, o de viabilizar um crescimento econômico maior no País. O crescimento que esperamos promover para o ano de 2004 é da ordem de 3,5% do PIB. E esse crescimento se dará com a manutenção da estabilidade. Por isso, será um crescimento sólido, baseado em pilares sólidos, porque estará assentado sobre uma economia estável, sem uma inflação crescente, com uma inflação em torno de 5,5%.

Esse Orçamento prioriza a questão social, que é um compromisso assumido pelo Governo Lula desde o princípio. É o segmento que mais está recebendo aumento de recursos no Orçamento.

Então, temos aí um quadro geral com os principais números do Orçamento de 2004, comparados com os de 2003. Nós observamos, do ponto de vista da receita, um aumento da ordem de 40 bilhões de reais. Não é um aumento expressivo, é um aumento de cerca de 11% em relação ao patamar de 2003. É bom lembrar que o Orçamento de 2003 é extremamente apertado. Eu diria que em 2003 nós tivemos o Orçamento mais apertado dos últimos tempos. Eu o chamaria de raspa do tacho, o desembocar de vários problemas fiscais que foram deixados para serem resolvidos.

Portanto, o Orçamento de 2003 contou com muito poucos recursos, recursos bastante apertados, o que nos obrigou a fazer contingenciamentos e a tomar outras medidas de contenção de despesas.

O Orçamento de 2004 é melhor do que o de 2003. Ele tem um aumento de receita que nos possibilitará mais realizações do que o de 2003. Mas não é ainda, evidentemente, o Orçamento dos nossos sonhos. Continua havendo uma certa restrição fiscal que nos impede de realizar todas as ações de todos os projetos desejados. Portanto, ainda é um Orçamento apertado, apesar de ter havido uma melhoria.

Nós podemos observar como serão alocados esses 40 bilhões de acréscimo de receita que se verifica em 2004 em relação a 2003. A conta Pessoal e Encargos Sociais terá um aumento de 78,5 bilhões para 83,9 bilhões, portanto, de 5 bilhões de reais. Aqui estão todos os aumentos de despesa com encargos; aqui estão contidos todos os aumentos com a folha de pagamentos e com o funcionalismo — reestruturação de carreira, aumento de benefícios e aumento salarial também, que ainda não está definido porque depende de uma negociação salarial que já está em curso.

A segunda despesa importante é a dos benefícios da Previdência, que deverá subir de 106,7 bilhões para 124 bilhões, uma variação de 17,4 bilhões. Esta é uma despesa que vem afligindo as contas públicas ao longo de muitos anos. No ano passado também houve um aumento expressivo na conta Previdência, se não me engano, de 85 bilhões para os atuais 106,7 bilhões.

Então, aqui vemos que uma parte dos 40 bilhões de aumento de receita, mais da metade, já está sendo absorvida por essas despesas, que são obrigatórias, têm de ser feitas. Uma outra parte será absorvida pelo aumento do superávit primário, na verdade, a manutenção do superávit primário no patamar de 4,25% ao nível nacional e, ao nível das contas da União, de 2,45%, portanto, 3,4 bilhões para viabilizar a manutenção desse superávit primário.

Os demais recursos estão sendo alocados nas despesas discricionárias. Em 2003, o volume de despesas discricionárias deverá perfazer um total de 49 bilhões. Em 2004, temos



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um aumento de 11,3 bilhões nas despesas discricionárias. Então, é um aumento razoável de recursos que está sendo canalizado para as despesas discricionárias.

Esse orçamento foi feito dentro do maior rigor possível. Procuramos estimar a receita de forma bastante realista. A alternativa teria sido para conseguir acomodar todas as pressões que existem. Nós sabemos que há pressões fortes para aumento de gastos. Trata-se de um País carente, que tem necessidades em várias áreas. Todas as áreas precisam de mais recursos. Portanto, há uma pressão forte para o aumento de despesas, aumento de recursos, desde a área social, da área de infra-estrutura, mas procuramos estimar a receita de forma realista. Teria sido fácil abrigarmos o aumento de despesas, sendo mais otimistas em relação à projeção de receitas para o próximo ano. Poderíamos ter colocado na receita, a partir de um otimismo, algo como 8 ou 10 bilhões de reais a mais, o que, evidentemente, acomodaria todas as pressões que estão sendo feitas pelos diversos setores. Optamos por fazer um orçamento mais realista, enfrentar o problema agora e dizer que não há recurso para acomodar todas essas demandas, que a realidade que nós temos é essa. Estimamos em 402 bilhões a possibilidade de receita. Isso vai restringir a possibilidade de despesa, mas é um orçamento mais realista, que tem mais condições de ser realizado sem interferência de contingenciamentos ao longo do ano.

Também estão colocados 2 bilhões e meio na reserva de contingência para acomodar as emendas parlamentares. Seria desejável que essas emendas fossem feitas no âmbito desses recursos, porque elas se tornam emendas realizáveis, o Governo pode assumir o compromisso de realmente realizá-las. Se forem feitas emendas dentro desses valores realistas, elas se tornam mais factíveis de serem realizadas.

Na lâmina seguinte, vou detalhar um pouco como foram alocadas as verbas das despesas discricionárias. Despesa discricionária é toda aquela que já exclui transferência para Estado e Município, despesas de pessoal, despesas com Previdência. Então, o que sobra são as despesas discricionárias. Do ano passado para este, há uma variação de 11 bilhões nas despesas discricionárias. Os Ministérios que estão classificados nesse item primeiro — Poderes do Estado, Administração e Economia — estão recebendo uma expansão de 2,3 bilhões. Daqueles 11 bilhões, estão recebendo cerca de 2 bilhões a mais. A área de produção está recebendo 500 milhões a mais. A área social, que é a prioritária, está recebendo um aporte adicional de 7 bilhões. Portanto, é aqui que se estabelece a prioridade do Governo: fazer mais gastos, fazer mais investimentos na área social, atribuindo à área social mais de 50% do aumento dos recursos discricionários. Finalmente, a área de infra-estrutura, que também é importante, recebe um acréscimo de 1,5 bilhão.

Evidentemente, todas as áreas são importantes. Para qualquer lado que o Governo olhe, há carências, há necessidade de aumentar recursos. Isso nos obriga a fazer um exercício difícil de priorização. Quando se deixa de priorizar uma área, aquela área também é importante. É preciso priorizar outra área que é mais importante do que aquela. Nós concluímos que era fundamental que se aumentassem as despesas com a área social nessa magnitude.

No segundo quadro, temos as despesas orçamentárias, que, na verdade, são aquelas despesas discricionárias acrescidas das despesas com pessoal e subsídios. Dá uma dimensão mais ampla daquilo que efetivamente está sendo despendido em cada uma das áreas. A classificação é a mesma. São 4 áreas, nas quais foram agrupados todos os Ministérios. Podemos ver que se confirma esse favoritismo da área social. A área social, que, em 2003, possuía 60 bilhões, vai para 69,9 bilhões. Portanto, um aumento de 9,8 bilhões dos 15 que estão sendo aumentados para esta área. As demais áreas também recebem aumentos, mas a que mais recebe é a área social.

Agora vou mencionar o Plano Plurianual. Aqui vai entrar um outro arquivo. **O**

SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Sr. Ministro falará agora sobre a filosofia que orientou o PPA.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, não sei se o Ministro...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom, agora falarei rapidamente do Plano Plurianual de 2004/2007.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vou deixar para depois, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - O Plano Plurianual, na verdade, foi o plano que orientou o Orçamento de 2004. Fizemos uma discussão concomitante de ambos os orçamentos, só que dando mais relevo à discussão do Orçamento Plurianual. Na verdade, fizemos um Plano Plurianual com uma ampla discussão com a sociedade brasileira. Buscamos discutir com todos os segmentos da sociedade civil organizada, com os representantes dos Governos estaduais. Os Secretários de planejamento vieram discutir conosco em várias ocasiões. Inclusive hoje de manhã eles estão no Ministério do Planejamento, onde eu estaria se não fosse o adiamento desta sessão.

O Plano Plurianual é um plano de desenvolvimento, que busca uma visão de longo prazo para o País: restabelecer o planejamento e o desenvolvimento de longo prazo. É um plano realista porque também foi feito nos mesmos moldes do Orçamento de 2004. Na verdade, o Orçamento de 2004 vem a ser o primeiro passo do Plano Plurianual. É a primeira etapa. Ambos os programas estão totalmente conectados e integrados. Buscamos fazer um Plano Plurianual realista, sem superestimação de receitas, colocando aquilo que realmente o Governo poderá fazer ao longo de 4 anos.

O volume total de recursos envolvidos no Plano Plurianual é da ordem de 1 trilhão e 850 bilhões. Parece um número grande, mas, na verdade, se os senhores multiplicarem o valor do orçamento anual de 400 bilhões, veremos que chegaremos a essa conta.

A elaboração do Orçamento Plurianual obedeceu rigidamente às normas legais. Foram colocados todos os programas continuados e de investimentos que deverão ser feitos ao longo de 4 anos.

Como é um plano muito complexo e longo, vou fazer alguns destaques das realizações que este Plano Plurianual nos permitirá entregar à população ao cabo de 4 anos.

O primeiro destaque é a eliminação do analfabetismo ao longo dos próximos 3 anos. É uma meta viável, para a qual o Governo conta com recursos e com o apoio da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pediria que mais uma fileira de bancada fosse desocupada porque há Parlamentares em pé.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Um segundo destaque importante é, a partir dos programas inclusão social e transferência de renda, a eliminação da fome no País. Não significa, evidentemente, a eliminação da pobreza. Existem hoje cerca de 50 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza. Essas são 11,4 milhões de famílias. Todas essas famílias, até 2007, estarão tendo algum tipo de atendimento. Estarão sendo beneficiadas por algum tipo de programa de inclusão social, sendo que a erradicação da fome será uma prioridade e poderá ser cumprida até esse período.

Outro destaque é a produção de água para o Nordeste. A região do semi-árido, região que secularmente enfrenta problemas de seca, de falta de água, finalmente, será contemplada com um projeto que se vai realizar, finalmente, pelo menos na sua primeira parte, de revitalização das bacias do Rio São Francisco, que poderá beneficiar 11 Estados que estão compreendidos por essa bacia, pelos desdobramentos que serão feitos a partir da construção de eixos e canais.

A interligação do sistema elétrico. Teremos, ao cabo de 4 anos, o Brasil totalmente interligado na sua rede elétrica, uma meta de mais de 12.000 quilômetros de redes de interligação, de transmissão, que farão com que o Brasil esteja totalmente interligado e possa racionalizar o uso da energia elétrica.

Ainda em 2006, nós alcançaremos auto-suficiência em petróleo. Os investimentos da PETROBRAS, que são fundamentais para o País, deverão proporcionar até 2006 a nossa auto-suficiência da produção de petróleo.

Estamos dando início também à mudança da matriz de transporte. Hoje, o transporte no Brasil é totalmente transporte rodoviário. Nós vamos estimular a ampliação do transporte ferroviário e hidroviário, porque isso vai criar uma matriz de transporte menos custosa para o Brasil, reduzindo o custo do País na sua matriz de transporte. Temos um programa intenso de recuperação das rodovias, que tem interligação com os outros intermodais de transportes.

Finalmente, um outro destaque é a meta de integração regional. O Brasil é um país grande, com regiões em situações bastante distintas, com pouca interligação. Então,



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

queremos ampliar essa interligação através da logística de transportes e outros meios, de modo que o Brasil seja um país mais integrado, onde haja menos desníveis, diminuição dos níveis regionais.

Essa integração será estendida também para a América do Sul, de modo a que possamos formar um bloco econômico, social e político da América do Sul para negociar condições mais vantajosas com os nossos outros parceiros comerciais. Vários projetos do Plano Plurianual atendem a esses objetivos da integração regional e da América do Sul, que são pontes, estradas, ferrovias, etc., que farão essa interconexão que está expressa no PPA.

Na lâmina seguinte, temos os 3 megaobjetivos que orientaram a elaboração do Plano Plurianual. O primeiro megaobjetivo, naturalmente, é o social. O social não é mais um subproduto do desenvolvimento, mas o desenvolvimento está voltado para a dimensão social, onde a inclusão social e a redução das desigualdades são os pontos fundamentais.

O segundo megaobjetivo é o objetivo do crescimento com geração de emprego. É importante inclusive para a realização do primeiro objetivo, um crescimento ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

Finalmente, o outro megaobjetivo do Plano Plurianual é a dimensão democrática, onde deverá haver a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia no País.

Na lâmina seguinte, vamos abordar os resultados esperados. Quais são as metas de crescimento que temos para os próximos 4 anos? A taxa de crescimento do PIB, nos próximos 4 anos, deverá acumular um crescimento de 18%. Se conseguirmos esse crescimento de 18%, que significa uma média de 3,5%, 4% por ano de crescimento, teremos conseguido um crescimento muito maior do que os últimos anos e a criação de 7,8 milhões de postos de trabalho.

Esse crescimento com criação de empregos consolidará a estabilidade. Portanto, não é uma estabilidade sem crescimento, é um crescimento com estabilidade, consolidando a estabilidade.

A taxa de inflação, que no ano de 2003 deve alcançar em torno de 9%, deverá atingir 4% até 2007.

No quadro seguinte, estão projetados os investimentos que viabilizarão o nível de atividade, o nível de crescimento do PIB que mencionei na lâmina anterior. Em 2003, estamos com o nível de investimentos relativamente baixo: 18,5% do PIB.

Aqui são os investimentos do setor privado e do setor público. Queremos estimular o aumento desses investimentos, de modo a atingir algo como 21%, em 2007. Repito: isso não é só investimento do Plano Plurianual. O Plano Plurianual vai viabilizar apenas boa parte desses investimentos, e boa parte deles será feita pelo setor privado.

Na lâmina seguinte, temos os números do Plano Plurianual divididos em cada um dos anos de sua execução. A cada ano, temos em torno de 400 bilhões, caminhando para 500 bilhões.

Na lâmina seguinte, temos as fontes de financiamento dos recursos do Plano Plurianual, para atingir aquele total de 1,857 trilhão.

A primeira fonte é o Orçamento Fiscal da Seguridade Social, com 1 bilhão e 300; as agências oficiais de crédito, como o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, deverão propiciar 195 bilhões; os investimentos das estatais deverão perfazer 143 bilhões, ao cabo de 4 anos; os fundos constitucionais, como o Fundo de Garantia, o FAT e outros, deverão proporcionar 79 bilhões; e parcerias com o setor privado, 55 bilhões.

Colocamos um número pequeno para as parcerias privadas. Ali também são parcerias público-privadas com o setor, com as estatais participando com parte desses recursos. Na verdade, desses 55 bilhões, os recursos esperados do setor privado são 36 bilhões.

A outra é a contraparte das estatais. É um número relativamente modesto. Poderíamos ter colocado um número maior, mas esse número é, por sua natureza, impreciso, depende da disposição e da disponibilidade que terá o setor privado para fazer aumento de investimentos.

Nesse sentido, estamos procurando criar as condições para que isto aconteça, para que se torne realidade, uma vez que o Estado não dispõe de recursos suficientes para fazer todos os investimentos necessários, principalmente na área de infra-estrutura, que é carente de investimentos. Há muitos anos não se fazem investimentos substanciais nessa



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

área. Portanto, temos que eliminar esse lapso, essa carência que foi acumulada, e ainda aumentar a infra-estrutura, de modo a viabilizar o crescimento do PIB num patamar desejável. Com isso, vamos estimular o crescimento dos investimentos do setor privado com um mecanismo que depois vou mencionar. O total dessas fontes é 1,857 trilhão.

No quadro seguinte, temos a forma como esses recursos estarão sendo alocados: cerca de 90% desses recursos serão alocados pelos programas finalísticos, aqueles que atendem diretamente à população, prestam serviços a ela, e cerca de 10%, para os serviços de apoio administrativo, etc. É desejável que os gastos com apoio administrativo sejam os menores possíveis, aumentando os recursos disponíveis para os programas finalísticos.

Aqueles 90% serão alocados da seguinte forma: 60% para a inclusão social e a redução das desigualdades, o conjunto de programas sociais — ali, evidentemente, está a Previdência, que também é um programa social; 36% para crescimento com geração de trabalho e emprego, para as atividades econômicas propriamente ditas, infra-estrutura, atividades de estímulo às atividades produtivas, e 4% para promoção e expansão da cidadania.

Na lâmina seguinte, temos o detalhamento dos programas de inclusão social. Estão aí colocados desde a Previdência — e diga-se de passagem que não somos obrigados a colocar esses gastos no Plano Plurianual — até Saúde, Educação, Assistência Social, Reforma Agrária, etc. Aí está o detalhamento dos gastos que se farão. Saúde, 133 bilhões, nos 4 anos do Plano Plurianual; Educação, 56 bilhões, e assim por diante.

Na planilha seguinte nós temos as ações na esfera do crescimento de geração de emprego. O setor produtivo estará recebendo 195 bilhões; Infra-Estrutura econômica, 189 bilhões; Apoio a Estados e Municípios, 108 bilhões; Apoio à Exportação, e assim por diante, perfazendo 594 bilhões.

Finalmente, na planilha Cidadania e Democracia temos um volume de recursos para Defesa Nacional e Segurança Pública, que também são prioridades do País. O total de recursos para estas áreas é de 70,5 bilhões.

Eu diria que, grosso modo, essas são as linhas mestras do Plano Plurianual. Procuramos colocar no Plano Plurianual os projetos estruturantes do País, aqueles que permitirão não só o enfrentamento das grandes questões sociais colocadas, mas a retomada do crescimento vigoroso e sustentado no País, projetos estruturantes que interessam a todas as regiões do País.

Os senhores receberam um Plano Plurianual detalhado, que especifica todos os projetos e programas que estão sendo feitos em várias regiões do País. Fizemos questão de detalhar esses projetos, principalmente projetos de infra-estrutura, de modo que os vários Estados pudessem identificar os projetos de seu interesse aí colocados, que resultaram das discussões que nós fizemos com os representantes dos Estados, da sociedade civil. Estão aí colocados, Estado por Estado, região por região do País, quais os projetos que serão realizados de modo a promover a dinamização dessas regiões e dos objetivos que estabelecemos.

Essas são as linhas gerais do Plano Plurianual e do Orçamento 2004 que poderemos, agora, detalhar a partir das questões que serão colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a explanação do Sr. Ministro, concedo a palavra ao Relator do Orçamento 2004, Deputado Jorge Bittar. Antes, pela ordem, tem a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Quero apenas uma informação, Sr. Presidente. Na revisão que andamos fazendo aqui do PPA há uma série de números absolutamente inconsistentes. Só para citar um exemplo a V.Exa., temos aqui: Hidrovia Tietê—Paraná, previsão total estimada 60 milhões; deve ser 100%, de 2004 a 2007.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, há pessoas inscritas. O Deputado Alberto Goldman está entrando no mérito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não é mérito.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, há pessoas inscritas. Ele está entrando no mérito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não é mérito.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pediria ao Deputado Alberto Goldman...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu não estou entrando no mérito. Estou querendo fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Isso é mérito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Constam 24 milhões no período de 2004 a 2007.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - O Deputado Alberto Goldman está inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ele está perguntando.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Gostaria de saber se essas inconsistências numéricas são de todo o projeto, porque os números não batem, ou se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está fazendo alguma revisão para que possamos recebê-la antes de...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Não é justo com os outros inscritos, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Apenas pergunto se o Ministério do Planejamento está fazendo alguma revisão para que nós possamos, a partir do dia 1º de outubro, fazer as emendas em cima dos números corretos, porque há, de fato, uma série de erros. Esta questão não é política, é numérica. Parece-me que a proposta está cheia de erros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Alberto Goldman, ouvimos a explanação de V.Exa. e, na oportunidade, nós a debateremos. A seguir, discutiremos o Orçamento e o PPA.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega; Sras. e Srs. Parlamentares, demais presentes, em primeiro lugar, farei um pequeno comentário, em função da solicitação de informações do Deputado Alberto Goldman.

É perfeitamente possível que em um trabalho de tão grande dimensão, como um plano plurianual, surjam, eventualmente, algumas discrepâncias. Isso, evidentemente, será identificado pela Consultoria da Comissão de Orçamento e em diálogo com o Ministério do Planejamento, que também está fazendo sua revisão. Esses números poderão ser ajustados, o que não desfigura a essência do projeto, seus grandes números, suas grandes linhas, seja no Plano Plurianual, seja no Orçamento de 2004. Cabe a mim, na qualidade de Relator desta matéria na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, fazer comentários sobre o Orçamento de 2004.

A receita do Orçamento para o ano que vem está estimada em 402 bilhões de reais, representando crescimento de 40 bilhões de reais em relação à receita do Orçamento de 2003. É um crescimento considerável, sobretudo quando se leva em consideração que este crescimento não está baseado numa perspectiva de crescimento inflacionário, já que, de forma vigorosa e eficaz, o Governo conseguiu domar a inflação, que apontava para um patamar anual, em janeiro, em torno de 40%, e hoje está com a perspectiva abaixo de 10 pontos percentuais, ou seja, uma inflação anual de um dígito, sinalizada para o próximo ano na faixa de 7%, o que é algo fundamental para que se possa promover o crescimento em um ambiente de estabilidade.

Parece-me que o resultado do ajuste realizado pelo Governo, com a adoção de uma política fiscal e monetária rigorosa, mais o enorme esforço realizado no setor externo da economia brasileira, com resultado muito positivo na balança comercial e nas contas correntes, como apontado pelo Ministro Guido Mantega, oferece-nos cenário de redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira, que é algo essencial para o processo de crescimento. E isso aponta para uma relação futura mais saudável com o Fundo Monetário



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Internacional, até para que possamos nos livrar de alguns conceitos estabelecidos nas cartas-compromissos com o Fundo Monetário Internacional que acabam resultando em restrições excessivas no que diz respeito às possibilidades de investimentos na economia brasileira, sobretudo os investimentos das empresas estatais, na medida em que gastos das empresas estatais com recursos próprios em investimentos são classificados como despesas usuais e, como tais, agravantes do déficit público brasileiro em um conceito que hoje evidentemente é rejeitado não só pela sociedade como um todo, mas também, posso dizer, o próprio Governo evidentemente se empenha na direção de superar este conceito que criou amarras consideráveis para investimentos e, portanto, para a geração de empregos e para o crescimento econômico na sociedade brasileira.

Acredito que os resultados verificados neste momento nos dão a confiança de que poderemos trabalhar com um cenário verdadeiro de crescimento. Quer dizer, o cenário estimado no Orçamento para este ano não está se verificando pelas razões que são do conhecimento de todos. A economia brasileira deve crescer até o fim do ano algo na faixa de 1%, em função das enormes restrições macroeconômicas que vigeram neste País, mas os números apresentados no orçamento — isso acho que é importante, porque é em função desses números que são estimadas as receitas e se trabalham portanto as despesas — nos parecem bastante consistentes.

Ontem, o COPOM anunciou uma nova redução da taxa de juros básicos da economia, o que sinaliza também positivamente no sentido do reaquecimento da economia no último trimestre deste ano. Portanto, a meu ver, a estimativa de crescimento de 3,5% para o próximo ano é até modesta, talvez, se considerarmos que, em virtude de a economia ter passado os últimos 4 anos em uma situação de semi-estagnação econômica, com baixíssimas taxas de crescimento, herança que recebemos desse período passado, acredito que até em função da própria compressão da economia brasileira talvez seja possível que, dependendo do cenário no final deste ano, ela possa vir a crescer para além até dos 3,5% previstos pelo Governo.

E acredito que a estratégia de desenvolvimento apontada sinaliza corretamente o fortalecimento do mercado interno, o fortalecimento também do setor externo da economia, não só na balança comercial, mas também nas contas correntes e com os investimentos necessários na área de infra-estrutura econômica e urbana, fundamentais para que não haja gargalos no processo de crescimento sustentável de nossa economia.

O preço disso tudo a curto prazo é trabalharmos com o orçamento ainda extremamente apertado. No passado, nos últimos anos, trabalhamos com um crescimento do superávit primário que foi compensado sistematicamente pelo aumento da carga tributária na sociedade brasileira. Como é do conhecimento de todos, a carga tributária na sociedade brasileira cresceu, nos últimos 8 anos, de algo em torno de 22% do PIB para 36% do PIB, em função do crescimento enorme da dívida pública brasileira e da necessidade de geração de superávits para dar conta do crescimento dos gastos com juros.

Ainda no ano que vem teremos um superávit de 4,25%, que, no que diz respeito ao Orçamento da União, significa esforço de 42 bilhões de reais. É um esforço considerável e implica, portanto, manter algo que já vinha sendo praticado, ou seja, a necessidade de se reservar, de se contingenciar recursos vinculados no orçamento. Essa já é uma prática anterior em função das dificuldades enormes de fechamento do Orçamento. Ou seja, teremos ainda recursos da CIDE, do FAT, do FUST, dos fundos setoriais de ciência e tecnologia, dentre outros, contingenciados no Orçamento do próximo ano. Teremos provavelmente que realizar, ao longo da apreciação desta matéria, algumas adequações na proposta orçamentária apresentada.

O Ministério do Planejamento e o Poder Executivo, quando nos enviaram a proposta orçamentária, enviaram-na considerando o projeto de reforma tributária encaminhado pelo Governo a esta Casa. Estão ali contidas receitas condicionadas, previstas no projeto de reforma tributária. O projeto de reforma tributária recebeu alterações na Câmara dos Deputados, como é do conhecimento de todos, gerando, inclusive, redução de receitas da União. É o caso da repartição de 25% da CIDE para os Estados; é o caso da ampliação dos recursos do fundo de compensação para desoneração das exportações nos Estados. Isso significa, evidentemente, novos dispêndios no Orçamento da União, ou, pelo menos, redução da receita líquida da União não prevista originalmente, porque foram modificações



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

realizadas pela Câmara dos Deputados que devem ser objeto de adequação por nós, Parlamentares da Comissão de Orçamento, evidentemente, em diálogo com o Ministério do Planejamento e com o Poder Executivo.

É natural — como costumamos fazer —, que, em função da evolução dos parâmetros macroeconômicos no final do processo de apreciação da matéria orçamentária, ou seja, em novembro, em dezembro, mais precisamente, deste ano, possamos avaliar precisamente a estimativa de receita, as perspectivas de gastos, como um todo, para que o Orçamento possa estar corretamente adequado.

O que me parece importante, Sr. Ministro, é a afirmação de V.Exa. no sentido de que se trabalhou a proposta orçamentária com absoluto rigor. O Poder Executivo fez uma opção por trabalhar com uma estimativa rigorosa de receita, o que implica, diante do ambiente de restrições fiscais, ainda, aperto em alguns gastos fundamentais no Orçamento.

Eu quero, na condição de Relator, e evidentemente com diálogo com nossos companheiros Parlamentares da Comissão de Orçamento, corresponder a esse rigor praticado pelo Poder Executivo, trabalhando o acolhimento das emendas parlamentares e a apreciação dessa matéria com o mesmo rigor que presidiu a elaboração da presente matéria pelo Ministério do Planejamento, esperando que a resultante desse processo, desse esforço de se trabalhar com rigor seja o de que possamos minimizar a possibilidade de contingenciamentos no Orçamento do ano que vem. Essa, talvez, poderia ser a perspectiva mais nova, porque minimizar a possibilidade de contingenciamentos significa a realização da proposta orçamentária e, particularmente, significa também a possibilidade de realização, ou seja, de execução plena das emendas parlamentares que venhamos a apresentar ao projeto de lei orçamentária.

É esse pacto, em função do rigor, que gostaria, na condição de Relator, que nós, Parlamentares, que o Congresso Nacional celebrasse com o Poder Executivo, para que nos livrássemos ano que vem desse problema do contingenciamento que causa tanta dificuldade na execução orçamentária, tanta insatisfação entre os Parlamentares e tanta insatisfação na sociedade brasileira também.

Acredito que seja possível trabalhar construindo esse pacto, Sr. Ministro. Gostaria inclusive de ouvir de V.Exa. uma apreciação mais precisa sobre essa questão, porque isso poderia sinalizar positivamente um Orçamento apertado, mas um Orçamento executado na sua plenitude também.

É isso que eu gostaria de expor nessa minha primeira apreciação.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Cláudio Cajado, quero explicar que passaremos agora ao debate.

Há uma lista de inscrição com Deputados e Senadores. Três Senadores se inscreveram. Então, vamos fazer o debate da seguinte forma: ouviremos 3 debatedores, e o Ministro, então, responderá a esse grupo de 3, intercalando, na proporcionalidade, 2 Deputados e 1 Senador. Como são apenas 3 Senadores, termina logo.

Outra coisa: vamos obedecer rigorosamente ao tempo. Dado o número de inscritos, é fundamental. Terceira questão: o Deputado Alberto Goldman levantou uma questão aqui que tem, sob certo aspecto, procedência. Há discrepâncias de números e vamos entrar em contato com a Consultoria para contatar a Consultoria do Ministério do Planejamento, para que sejam corrigidas as possíveis incorreções e enviadas para a Comissão pelo Executivo antes do prazo das emendas.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu gostaria de fazer uma menção a essa questão apresentada pelo Deputado Alberto Goldman. Eu não sei onde estão esses erros. É possível que eles existam, porque essa é uma peça complexa, de 1 trilhão e 800 bilhões. Acredito que tenhamos cometido alguns erros, não esse que o Deputado indicou aqui, porque para a Hidrovia Tietê—Paraná a dotação é de 24 milhões para os 4 anos. Esses recursos serão suficientes para obras complementares, porque obras já estão sendo feitas. Essa será feita em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, que colocará recursos nela. No Orçamento de 2004 estão alocados 10 milhões para essa obra.

Não vejo qual a incongruência que existe em relação a essa obra. Também não creio que o Plano Plurianual esteja eivado de erros. Não acredito nisso, mas acredito que erros



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

existam. Humildemente, reconhecemos a possibilidade de erros e os consertaremos tão logo forem identificados e avaliados pelas assessorias técnicas, mas aqui não há erro algum em relação à Hidrovia Tietê—Paraná.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É que o valor total é de 60 milhões. Isso é apenas um exemplo, na realidade. O valor total é de 60 milhões e ...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Vinte e quatro milhões.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas o total da obra é de 60 milhões. Veja o total da obra.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Mas a parcela do Governo Federal é essa de 24 milhões.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso precisa ser explicitado.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Existe uma parte do Governo. Várias dessas obras que estão aqui são em parceria. Por exemplo, a Inclusa de Tocantins, parceria com o Governo do Estado do Tocantins. Temos de colocar no Plano Plurianual a parte do Governo Federal, não dá para colocar a parte do Governo Estadual.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso precisa ser explicitado, senão como vamos saber se...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Nós podemos até procurar explicitar ao lado para ajudar o entendimento, mas não faz parte da peça orçamentária.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas tem de haver uma explicitação disso.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Deverá estar no Plano Plurianual do Governo do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O assunto está mais ou menos esclarecido e vamos iniciar os debates.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu pedi a palavra para uma questão de ordem. Eu gostaria de saber quantos inscritos foram à Mesa, Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputados, 28; 3 Senadores.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Vinte e oito Deputados e 3 Senadores. Indago a V.Exa. qual o tempo de cada Parlamentar para formular seus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Regimentalmente, são 5 minutos. Mas 5 minutos vai levar...

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Seguramente, mais de 3 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Duzentos e quarenta minutos, mais de 3 horas. Então, eu sugiro que o tempo seja reduzido para 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - E sugiro a V.Exa. que amplie de 3 questionamentos para blocos de 4 Parlamentares e 1 Senador, porque estamos em muito maior número do que o de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pode ser.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Ou 5 Deputados e 1 Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Aprovado. Está certo.

Iniciando os debates, com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, Ministro Guido Mantega, demais assessores, Sebastião, João, Sr. Relator, Deputado Jorge Bittar, acompanhei atentamente a exposição do Ministro. Comentava aqui com o Deputado Pauderney Avelino, quando, na sua exposição, o Ministro falava da estratégia que esse Governo teve de tomar no início do ano, sabendo que recebemos uma herança terrível para um País como o nosso — e é sempre importante registrarmos, a população tem de saber disso —, com uma inflação projetada de 40%; Risco Brasil acima de 2.500 pontos; dólar batendo a casa dos 4 reais; *C-bonds* (não foi mencionado aqui, mas é importante falarmos de um dos principais papéis negociados fora do Brasil) chegando a ser negociados a 47% do valor de face. Isso demonstra a desmoralização a que este País estava sendo submetido em termos de mercado em outros países.

Uma outra questão que é sempre importante resgatar. Durante anos, sempre reforçamos a discussão da nossa dívida externa, porém o grande problema causado pelo último dos pacotes a que o Brasil foi submetido, o Plano Real, levou a nossa dívida interna



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de uma faixa de 60 bilhões para quase 800 bilhões de reais, muitos deles investimentos de curto prazo que até hoje causam problemas no caixa do País.

Além de que, um dos últimos acordos, e principalmente o último acordo com o FMI, traz cláusulas de submissão que praticamente nenhuma nação do mundo hoje aceita, nem os países africanos, imaginem, nem o restante da América Latina aceitam a submissão a cláusulas como essa que caracteriza como despesa os investimentos das estatais e, principalmente, proíbem tais investimentos. Hoje, mais de 2 mil Municípios brasileiros deixam de investir em saneamento, mesmo tendo capacidade de endividamento.

Quanto à questão da execução orçamentária, nós, desta Comissão, acompanhamos a execução orçamentária nos últimos anos. Isso se transformou numa verdadeira brincadeira. O Orçamento com valores astronômicos, e sua execução frustrando, não só, à época, os Deputados e Senadores da Oposição, mas principalmente os da Situação, no último Governo.

Então, acho que esse realismo que trazemos aqui é uma novidade. É verdade, é uma novidade, porque sempre se fez de conta na República. Com grandes números é mais fácil, inclusive, ludibriar não só a quem acompanha a execução, mas também as pessoas comuns que não têm noção daqueles números astronômicos que a mídia, muitas vezes, divulga.

Essa estratégia macroeconômica foi difícil, sim, sobretudo na questão de manter os juros elevados. Ontem assistimos a mais um exemplo de que é possível gradativamente, com responsabilidade, atingirmos patamar aceitável de juros na Taxa SELIC. Esperamos que agora os bancos também cumpram a sua parte, façam alguma coisa definitivamente por este País.

Tivemos pacotes e pacotes: Cruzado, Bresser 1, Bresser 2, Bresser 18 — não me lembro mais —, Plano Verão, Plano Real. Desta vez, queremos o Plano Brasil e é óbvio que isso incomoda, Sr. Presidente, Sr. Ministro, os empacotadores de sempre. Não queremos mais viver de pacotes. De uma vez por todas, temos de desnudar este País, mostrar a realidade e, a partir daí, é fundamental termos clareza, e o PPA aponta para isso em algumas metas que nunca fizeram parte de nenhuma estratégia dos últimos Governos, porque não é pouca coisa a eliminação do analfabetismo num País como o nosso, acabar com a fome, e isso incomoda a elite deste País, porque a fome sempre foi moeda de troca eleitoral e vai deixar de ser, se Deus quiser.

A questão da água para o Nordeste virou uma indústria, assim como a questão do sistema elétrico. É importante recuperarmos uma coisa; se tivermos um crescimento acentuado no ano que vem, poderemos ter, sim, um apagão, porque o crime que se cometeu no setor elétrico... Ontem esteve aqui o Presidente Carlos Lessa, do BNDES, que expôs a realidade daquele contrato criminoso que foi feito com a empresa americana AES e que hoje o povo está pagando. É fundamental a auto-suficiência em petróleo. Há 50 ou 60 anos, essa elite que governava o País até o final do ano achava que o Brasil não podia ter petróleo. Eu me lembro do que os comunistas, os socialistas e os nacionalistas passaram naquela época; estudei História para compreender isso.

E uma coisa que eu queria ressaltar, Sr. Ministro, é a mudança da matriz de transporte. É criminoso o que foi feito nos transportes ferroviários deste País. É fundamental iniciarmos uma recuperação das ferrovias. Eu comentava com o Deputado Pauderney Avelino: o que dá para fazer em ferrovia na Amazônia? Ele disse: *"Talvez, pouca coisa, por causa do relevo, mas a saída para o Caribe e até para o Pacífico..."*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Por último, queria fazer uma pergunta. Se nós nos deixássemos envolver pelos empacotadores, esses dos pacotes, e não tomássemos as medidas duras que tomamos, que tipo de País poderíamos ter hoje, Sr. Ministro, que realidade econômica teríamos hoje em setembro de 2003? Essa a pergunta que deixo no ar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, bom dia a todos. Quero ir objetivamente, Sr. Ministro, para as questões do PPA e do Orçamento, que é o que traz V.Exa. aqui. Em primeiro lugar, já começamos a discutir aqui o PPA enviado por V.Exa. Discutimos aqui a metodologia, já que o Governo decidiu fazer um PPA participativo.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto a esse PPA participativo, nós até fizemos um protesto na Comissão de Orçamento, porque os Parlamentares não haviam sido convidados até àquela altura, e a partir dali começaram a convidar os Parlamentares. Mas lamento que o PPA Participativo do Governo tenha sido apenas a constituição da lei do PPA, já que as metas que foram traçadas nesse PPA não foram discutidas com a sociedade e nessas viagens feitas pelos Estados.

Depois, Sr. Ministro, o PPA, constitucionalmente, deve trazer as diretrizes, os objetivos e as metas administrativas do Governo. Chegamos a este ano, Ministro, com um nível de detalhamento tal que invadimos as ações, que não é objeto do PPA. Projetos, metas físicas, financeiras, atividades, operações especiais e chegou-se ao cúmulo, só faltou colocar o endereço do Município, do Estado onde vai ser realizada a obra.

Então, Sr. Ministro, em primeiro lugar, já tomamos uma decisão aqui de aglutinar as ações abaixo de 10 milhões de reais, mas nós entendemos que não está concluído o problema. Ele apenas se inicia, e nós precisamos discutir amplamente os objetivos do PPA.

Gostaria já de colocar aqui algumas premissas, para esse PPA. Por exemplo, no art. 3º do projeto de lei, o somatório das metas físicas dos projetos estabelecidos para o período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização, constitui-se em limite a ser observado pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

Sr. Ministro, vou propor a supressão do art. 3º, porque entendo que esse art. 3º engessou de tal forma esse PPA que não é só ruim para o Congresso Nacional, é ruim em primeiro lugar para o Governo de V.Exa., porque engessa, fixa as metas físicas de tal forma, que ele só poderá ser corrigido por lei específica. E no art. 5º, § 2º, que eu modestamente também vou propor a supressão, porque como diz aqui o § 2º: “...cada projeto de lei de revisão anual acrescentará...”. Há aqui uma novidade, a título de informação. Não existe essa figura legal. A Constituição não prevê, para o PPA, no art. 165, essa figura. E há aqui, também a título de informação, um novo exercício. Quer dizer, mesmo não querendo, o Presidente Lula, que já disse que não é candidato à reeleição, está entrando, através do Ministério do Planejamento e desse PPA, nos anos de 2008, 2009, 2010, porque a cada revisão entra um ano a mais no mandato do próximo Presidente da República, que, como Lula não será, conforme S.Exa. diz, candidato à reeleição, poderá ser V.Exa. poderá ser o Deputado Carlito Merss ou qualquer outro membro do Partido dos Trabalhadores, ou de partido aliado. Mas não podemos, de forma nenhuma Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, permitir que este Plano Plurianual, dito participativo, adentre em ações pelas quais ele não tem competência. E a competência a que me refiro aqui é a competência constitucional. Portanto, modestamente, também vamos propor, no momento oportuno, a supressão deste § 2º.

Por enquanto estou no PPA, Sr. Presidente, por isso pediria a tolerância de V.Exa. para que eu entre agora na questão orçamentária. Antes de entrar nessa questão, falarei sobre a reforma tributária, porque há ligação direta entre a reforma tributária e o Orçamento anual, já que temos, Ministro, alguns vácuos, alguns problemas de origem neste orçamento. E um problema de origem a que me refiro são as sentenças judiciais. Sentença judicial, conforme está no Orçamento elaborado por V.Exas., está descumprindo a LDO. Porque não podemos manter a sentença judicial como despesa financeira, porque é para não fazer despesa. A sentença judicial, para dar o cumprimento constitucional, tem que ser — deveria ser, pelo menos — despesa obrigatória. Mas, voltando à reforma tributária, como é que vamos buscar 6 bilhões de reais para atingir os 8 bilhões da negociação do Governo com os Governadores Estaduais, que apoiaram a proposta do substitutivo da reforma tributária? Como vamos resolver um problema que acho extremamente grave, Ministro, o dos Fundos de Desenvolvimento Regional. Conforme está no art. 159, letra “d”, da emenda aglutinativa do substitutivo do Relator, destina-se a financiamento de programas de desenvolvimento regional, por intermédio dos respectivos Estados. Como é que o Ministério do Planejamento vai sair dessa sinuca de bico? Porque financiamento de programa de desenvolvimento não é compatível com os investimentos que são destinados para Estados e Municípios a fundo perdido. Temos ainda outro problema grave. Estou aqui, Sr. Presidente, apontando problemas que entendo serem relevantes, por isso peço a tolerância de V.Exa. e dos companheiros Deputados e Senadores, porque essas questões que levanto são relevantes para a condução tanto dessa reforma tributária quanto para o País.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à COFINS, que o Ministro Guido Mantega aloca no Orçamento como receita condicionada, nós temos um problema: ou é um problema da reforma tributária ou é um problema do Orçamento. Se a COFINS sobre os produtos importados for não cumulativa, ela não vai arrecadar 4 bilhões e 400 milhões de reais, mas no máximo 1 bilhão de reais. E aí o Ministério do Planejamento, o Dr. João Bernardo e o Secretário vão ter um problema adicional, mas nós teremos mais: a CIDE, que deveria também já constar para cumprir os compromissos com os Governadores, não está também alocada para os Estados. E mais: 4 bilhões e 300 milhões reais ou algo mais do que isso, Sr. Presidente, estão na reserva de contingência, mas de 60% da CIDE estão esterilizados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - As colocações de V.Exa. são pertinentes, relevantes. No entanto, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu vou concluir. Como me falta tempo para levar adiante, eu diria o seguinte: salário mínimo. Nós recebemos, Sr. Presidente, a proposta orçamentária e, segundo a previsão que tínhamos, fizemos um cálculo que um salário mínimo chegaria a 272 reais, com ganho efetivo de 5%. Fomos informados esta semana pelo Ministério do Planejamento de uma correção. Portanto, não haverá neste Orçamento aumento real para o salário mínimo. O salário mínimo deverá ficar em 259 reais e no PPA não há previsão, até 2007, de ganho real para o salário mínimo.

E já concludo, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: com relação à nossa SUFRAMA...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço ao Deputado Pauderney Avelino que encerre.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - ...são tirados duzentos e alguns milhões de receitas que dos empresários que trabalham lá, dos funcionários das empresas industriais. Desses recursos o Governo está também condicionando, contingenciando 84 milhões 228 mil. Faço um apelo ao Ministro Guido Mantega para que reduza, pelo menos, essa reserva de contingência da SUFRAMA, porque esse dinheiro é distribuído aos Estados pobres da Região Norte, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. tem razão, mas vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É o pedido que faço a V.Exa., Presidente da Comissão, ao Ministro Guido Mantega e ao nosso Secretário João Bernardo, que também é amazonense.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de concluir pedindo esses esclarecimentos ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

A SRA. DEPUTADA TELMA DE SOUZA - Questão de ordem, Sr. Presidente. Tenho muito apreço pelos companheiros, mas a lista de inscrição tem mais de 50 Deputados ansiosos de conversar com o nosso Ministro Guido Mantega. Então, pediria que, sob o comando de V.Exa., os colegas fizessem intervenções sucintas, para que todos pudessem falar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - São 30 inscritos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Para uma questão de ordem, Sr. Presidente, bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Solicito a V.Exa. que seja rigoroso, porque aqui não há Deputado ou Senador saiba mais do que os outros, ou ter direito de falar 10 minutos. Senão V.Exa. não vai dar conta de levar esta audiência de forma objetiva, precisa, em duas horas, como poderíamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Correto. Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Sr. Ministro pela exposição organizada, séria. S.Exa. possui um grupo de assessores preparadíssimo. Mas falo aqui das questões da seguridade, em especial, a assistência social e saúde.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Orçamento da Saúde. V.Exa. está cumprindo parcialmente a Emenda Constitucional nº 29 e está misturando a Emenda Constitucional nº 31, que criou o Fundo da Pobreza, com a nº 29. Na prática estão sendo esterilizados 3 bilhões e 600 milhões de reais da Emenda nº 29, que foi uma conquista de todos desta Casa em 2000, com apoio direto da então Oposição. Três bilhões e seiscentos milhões! E mais: 900 milhões de reais não estão sendo cumpridos na Emenda nº 29, e quem diz isso não sou eu, é o Conselho Nacional de Saúde, é a Comissão de Seguridade, são os estudiosos que estão alimentando a Frente Parlamentar da Saúde e também a Frente Parlamentar das Santas Casas e dos Hospitais Filantrópicos.

Veto a dispositivo da LDO, depois outro Parlamentar vai desenvolver o tema, permitiu que fossem retirados da Saúde em torno de 4,5 bilhões de reais, desmontando uma conquista do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, cabe a pergunta: a Saúde brasileira vai bem? Eu não preciso aqui discorrer sobre o que as Sras. e Srs. Deputados e Senadores sabem muito bem. Houve melhora com a Emenda nº 29, cuja aprovação a área econômica boicotou até o fim, mas que nós vencemos em 2000. Agora, as ameaças voltaram, e voltaram com peso. Há extrema dificuldade de financiamento das UTIs, há problemas de medicação em todo o Brasil, há problemas em relação ao aumento dos tetos, há problemas de internação. O SUS não vai bem.

Se o Orçamento for aprovado como está, Sr. Ministro, começará um desfinanciamento progressivo da Saúde brasileira, que não estava saneada antes, mas estava no caminho de sê-lo, e tenho certeza de que V.Exa. vai revisá-lo, porque isso gera constrangimento mesmo em Deputados da base aliada, Deputados do seu partido, porque a liderança do meu partido, o PMDB, que também está na base aliada, está preocupada. Tiraram 3 bilhões e 600 milhões de reais da Emenda nº 29 — um verdadeiro buraco — e colocaram a Emenda nº 31, do Fundo da Pobreza, que esta Casa votou em votação memorável.

Agora, estão fazendo ações de saúde? Infarto, pneumonia, diminuição da mortalidade, vacinação? Não. Eles colocaram o dinheiro do Fundo da Pobreza no orçamento da Emenda nº 29 para fazer na maioria dos casos ações de combate à pobreza, jogando maqueavelicamente — espero que não, mas estou supondo — pobreza contra doente. Aí esterilizaram 3 bilhões e 600 milhões da Emenda nº 29, conquista de todos os Deputados e Senadores desta Casa. Quem diz isso? É o Conselho. Quem diz mais? A área técnica da Saúde da Comissão de Orçamento, que é neutra. E quem diz mais? Técnicos da Comissão de Orçamento, que afirmam que estão nos tirando 4,5 bilhões de reais.

Ao longo dos 4 anos do PPA — depois eu posso passar os dados —, esta medida vai tirar dos doentes, porque estão jogando pobre contra doente, vai tirar dos hospitais e dos postos de saúde 21 bilhões de reais no PPA. Os Estados e os Municípios vão continuar com o exemplo da União, que mudou a LDO, sobre a qual o Líder da Frente Parlamentar vai falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Perondi, apenas para concluir.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vou reduzir minha fala.

Se os Estados e os Municípios vão seguir essa decisão do Ministério do Planejamento, vão tirar mais 18 milhões dos Estados e dos Municípios. Isso precisa, com certeza, ser revisto, e com urgência.

Mas o que fizeram? Colocaram o Ministério das Cidades no Ministério da Saúde; colocaram um pouquinho do Ministério da Justiça no Ministério da Saúde; colocaram o Fundo de Garantia, mas sem o dinheiro, no Ministério da Saúde, para fazer ações de saúde, conforme a Constituição e a Lei nº 8.080.

Tenho certeza de que o Presidente Lula — quando eu o interroguei há 15 dias, em Porto Alegre, ele se surpreendeu — vai receber os Deputados, provavelmente nos próximos 15 dias, e nós vamos mostrar os fatos a ele. Isso, Sr. Presidente, precisa, sim, ser corrigido com urgência. Trata-se de um desfinanciamento progressivo da Saúde. É desmontar o que esta Casa construiu, Sr. Presidente.

Para encerrar, está aqui a documentação do Conselho Nacional para quem quiser verificar.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, passo rapidamente às perguntas, Sr. Presidente: primeiro, quero saber do Ministro se o Fundo da Pobreza dentro da Saúde não está substituindo fonte, porque o Fundo da Pobreza é para suplementar área de saída. Segundo, porque V.Exa. colocou 828 milhões da CPMF de Saúde no Fundo da Pobreza? Fundo da Pobreza, V.Exa. entende como receita com despesa — e não é antiga, mas a nova, de 3 anos para cá. V.Exa. misturou. V.Exa. não está anotando, mas eu posso, depois de passado a limpo, encaminhar-lhe dos dados. Por que transformou o Ministério da Saúde num superministério? Em consequência, faltar para os doentes, para as crianças dos Municípios.

O SUS vai bem? Não vai bem, Sr. Presidente. Para o ano que vem, o Sistema Único de Saúde tem apenas 600 milhões para reajuste. Resultado: não vai ter reajuste. Esses 600 milhões só dão para o crescimento vegetativo de atendimento. V.Exa. sabe que esses 600 milhões só dão para o crescimento vegetativo?

Segundo, V.Exa. tem noção do desgaste político que o Lula vai sofrer? Na área de assistência social, por exemplo, onde está no Orçamento do ano que vem o dinheiro do agente jovem e do Programa de Combate ao Trabalho Infantil? Não vou nem falar sobre a importância desse programa. Eu tenho material para isso, mas outros colegas vão falar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, podemos fazer uma observação de fogo amigo, não é. Nós estamos lutando pela Saúde, pela Assistência Social, e isso não pode acontecer.

Sr. Ministro, os próprios Deputados do Partido dos Trabalhadores estão constrangidos com essa ação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, eu me reservo para falar mais ao final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO - Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, são apenas 3 as questões que tenho a apresentar. V.Exa. colocou energia e educação como prioridades no PPA. Realmente, energia é prioridade do Brasil; se queremos desenvolver, temos de investir em energia, porque estamos já chegando no limite da capacidade instalada. Sucede que orçamento de 2004 houve um corte de 69% em energia. Em educação, ocorre o mesmo. Educação é fundamental. Entendo que o Governo deve investir prioritariamente em educação, mas houve uma queda de 19 bilhões, em 2003, para 15 bilhões, em 2004, no orçamento, o que representa 10%.

Temos também o caso do salário mínimo, uma prioridade para o PFL. O Brasil deveria ter um salário mínimo hoje de 100 dólares, é a proposta do nosso partido. O PT gostaria que tivéssemos um salário mínimo maior, mas não vejo recursos para o aumento do salário mínimo.

Para concluir, Sr. Ministro, aprovamos no ano passado o Fundo Constitucional do Distrito Federal e temos um aumento de acordo com a receita corrente líquida da União — essa discussão já foi travada em seu gabinete pela Bancada de Brasília. No entanto, o cálculo que veio do Ministério tomou por base a receita líquida de janeiro a janeiro de 2004, não de julho a julho, o que dá uma diferença a menor de aproximadamente 200 milhões. Isso prejudica muito a cidade, inclusive esses recursos seriam importantes para o Plano de Cargos e Salários dos professores, que é uma promessa do Governo.

Então, são essas três questões que coloco a V.Exa., querendo entender melhor qual é efetivamente a proposta do Orçamento de 2004 e se esse erro no que se refere ao Fundo Constitucional de Brasília vai ser corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Rafael Guerra, para concluir o primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro Guido Mantega, abordo mais ou menos o mesmo tema levantado pelo Deputado Darcísio Perondi, em nome da Frente Parlamentar da Saúde, que, presentes Deputados de todos os partidos, se reuniu ontem definir um posicionamento suprapartidário.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estivemos com V.Exa. há questão de 30 dias com a Comissão de Seguridade Social e Família, com representação de Parlamentares de todos os partidos. Levamos a preocupação do Setor Saúde em relação ao veto ao § 2º do art. 59 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esse parágrafo e esse artigo estão na LDO desde a aprovação da Emenda nº 29, sendo repetido anualmente. Neste ano estavam presentes inclusive na proposta enviada pelo Executivo.

Fomos surpreendidos com o veto, e, na oportunidade, V.Exa. e seus assessores nos disseram que a intenção era não tirar recursos da Saúde, mas acrescentar-lhe os recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Saímos satisfeitos com essa informação, porém o projeto que chegou à Comissão de Orçamento, do qual sou Relator, não correspondeu à informação que tínhamos. Na verdade, foram retirados das ações e serviços de saúde 3 bilhões e 571 milhões.

Naquela oportunidade, Sr. Ministro, nós dissemos a V. Exa. que, mesmo acreditando que o Governo, comprometido com o social, não iria retirar recursos da saúde, estávamos preocupados com o efeito cascata. Isso poderia representar um mau exemplo para Estados e Municípios.

E eu trago aqui matéria publicada pela imprensa — provavelmente vários dos presentes a esta reunião leram ontem essa matéria — segundo a qual o Governo do Rio de Janeiro está copiando esse posicionamento do Governo Federal. Tramita na Assembléia Legislativa do Rio projeto considerando ações de saúde o cheque-cidadão, programa de distribuição de leite em pó, programa de distribuição de sopas, atenção a idosos, doentes, trabalhadores rurais, merenda escolar. Quer dizer, exatamente o efeito em cascata que naquela reunião nós prevíamos que pudesse acontecer já começou a acontecer.

Isso representa, Sr. Ministro, para não me alongar muito, uma perda em 2004 de mais de 4 bilhões de reais — 4,5 bilhões aproximadamente. Se incluirmos Estados e Municípios, chega perto de 10 bilhões. Se aceitamos isso na LDO — e fica também como parâmetro para o PPA —, a perda do setor saúde será de 40 bilhões nos próximos 4 anos, somando-se recursos do PPA, da União, mais recursos dos Estados e dos Municípios.

Para concluir, eu queria, neste momento, em nome, como eu disse, da Frente Parlamentar da Saúde, fazer um apelo mais uma vez ao Governo, a V. Exa., aos Líderes da base do Governo nesta Casa, para que possamos construir um acordo, encontrar as fontes e garantir os recursos da Saúde. Isso certamente irá evitar, como já foi dito em vários documentos que chegaram às nossas mãos — do Conselho Nacional de Saúde, da própria assessoria da Casa —, que sejamos obrigados talvez até a tentar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque estaria havendo uma dupla contabilidade de mesmos recursos para cumprimento de dois dispositivos constitucionais. Nós estaríamos usando duas vinculações da Emenda nº 29, para a mesma aplicação final.

Deixo, portanto, esse apelo. Gostaria de ouvir mais uma vez o posicionamento de V. Exa. E certamente, como Presidente da Frente Parlamentar, tenho inclusive o compromisso, que é também, volto a dizer, suprapartidário, de realizar toda mobilização que se fizer necessária —no Congresso Nacional e na sociedade civil —, para que a Saúde não perca recursos que levou 12 anos para alcançar no Orçamento da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro para responder aos questionamentos.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar respondendo uma indagação do Deputado Carlito Merss, que perguntou o que estaria acontecendo no País, caso não tivéssemos tomado essas medidas duras no início deste ano, de ajuste fiscal, de política monetária. Não posso traçar um quadro preciso, porque isso pertence à esfera da adivinhação, mas diria que estaríamos numa situação muito difícil, porque teríamos mantido a desconfiança que pairava sobre a capacidade de solvência da nossa dívida, portanto, sem nenhum crédito adicional.

As empresas brasileiras, com dívidas em dólares, estariam com a corda no pescoço. E grandes empresas, inclusive sólidas, de setores importantes, estariam também com a corda no pescoço. O dólar poderia estar a 5 reais, o que causaria uma bolha inflacionária imensa, maior do que os 40% que o senhor mencionou. Estaríamos com 50% ou 60%. A inflação se tornaria incontrolável. Imaginem a taxa de juros que teríamos de praticar para



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tentar segurar essa situação. Então, sem crédito, Risco País acima de 2 mil pontos, sem nenhuma confiança dos credores, todo mundo dizendo que iríamos entrar em moratória, aí a moratória viria. Estaríamos entrando num processo de “argentinização”. Estaríamos cumprindo a moratória prevista por alguns analistas internacionais.

É claro que as medidas não são suaves. Elas têm um custo, têm um ônus. Mas a crise econômica em que o País estaria talvez nos levasse a uma crise política de repercussões inimagináveis. Acho que conseguimos debelar todos aqueles problemas, que saímos do aperto, que apagamos o incêndio. E agora o País está pronto para crescer. Os juros estão caindo — caíram 6,5% ao longo dos últimos meses. Então, estão numa trajetória cadente. Há uma gradativa reconstituição do crédito.

É claro que a economia sofreu bastante nesse período, mas ela já dá sinais de recuperação. Saímos do sufoco. Saímos até melhor do que outros países que passaram por processo semelhante, porque não foi só o Brasil que sofreu crise nos últimos tempos. Tomemos o exemplo da Coréia, país emergente considerado eficaz. Em 1997, a Coréia teve uma crise financeira e levou um ano para sair dela, e, em 1998, quando assumiu o novo Presidente, teve que fazer acordo com o Fundo Monetário. E 1998 foi um ano de ajuste. A Coréia teve um PIB negativo de quase 6%. Agora, já saiu da crise. O México, para sair da crise de 94, levou mais de um ano e, no primeiro ano pós-crise, teve um PIB negativo de 4%. Eu poderia citar outros exemplos aqui.

Mas o Brasil vai fazer esse ajuste com o mínimo desgaste, com PIB positivo. Este ano não será um PIB magnífico, mas será um PIB positivo. Significa com um sacrifício menor. Saímos bem da situação em que estávamos no ano passado. Eu diria que isso constituiu até uma surpresa. Vários analistas ficaram surpresos com a capacidade de reação que tivemos, o que significa o acerto da política adotada — política dura, que causou sacrifícios, principalmente do Estado, que teve de reduzir investimentos e gastos. Não baixamos nenhum pacote fiscal, como o senhor mencionou, o que, aliás, era muito fácil: *“Bom, estamos precisando 13 bilhões ou 14 bilhões, fazemos um pacotinho e arrecadamos 14 bilhões”*. Seria muito mais cômodo; para o Ministro do Planejamento seria uma beleza.

A coisa mais difícil para o Ministro do Planejamento é fazer um contingenciamento, ter que reduzir despesas importantes. Então, seria muito mais cômodo, mas não praticamos isso, porque o País não agüenta mais aumento de tributos. A sociedade está exaurida. A produção não pode mais continuar sendo castigada. Optamos por esse caminho. Difícil para o Governo cortar na própria carne, reduzir custos e aumentar eficiência.

O Deputado Pauderney Avelino me fez um conjunto longo de questões que eu levaria...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não tanto longo quanto eu gostaria, que ainda ficou muita coisa.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu percebi, Deputado. Vou tentar respondê-las todas, na medida do possível.

Quanto à participação popular na elaboração do Plano Plurianual, posso lhe assegurar, Deputado, que foi a mais ampla possível. Não foi mais ampla porque tínhamos o limite de tempo. Tínhamos que entregar essa peça orçamentária até o final de agosto e, portanto, tivemos de limitar o período de discussão. Mas nunca houve, na história deste País, um plano plurianual tão discutido como esse. Fizemos 27 fóruns regionais, dos quais participaram mais de duas mil entidades da sociedade civil. E todas elas, depois de participarem, discutirem as diretrizes e as prioridades, mandaram-nos um relatório dizendo que estavam contempladas na definição das prioridades que estão aqui.

Consultamos também os Governos Estaduais. Todos os Governadores mandaram seus Secretários de Planejamento, por mais de 4 vezes. Fizemos 4 fóruns aqui em Brasília com os Secretários de Planejamento. Fizemos discussões regionalizadas. Na Região Norte, com os Ministros que tinham a ver com aquela região; o mesmo nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Procuramos contemplar todas as demandas. Fui 4 vezes ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um fórum representativo, discutir o Plano Plurianual. E uma infinidade de vezes tivemos discussões com entidades da sociedade civil, na FIESP, na ABDIB. Fui pessoalmente a diversas reuniões.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos fóruns regionais, os Srs. Deputados tinham de ser convidados pelas bancadas. A idéia é que os Governadores chamassem os Deputados para aqueles fóruns regionais e eles fossem contemplados. Se não houve uma participação plena, procuraremos corrigir isso. Por isso mesmo, estamos estabelecendo que haja uma revisão anual do Plano Plurianual, para que ele continue tendo a participação da sociedade, a fiscalização e a correção de rota que se fizerem necessárias.

O detalhamento excessivo se deu porque ficam mais claros os projetos escolhidos pela sociedade. Talvez eu concorde com V.Exa. em que há um detalhamento excessivo. Do meu ponto de vista, poderíamos simplificar, embora assim fique mais claro o que a sociedade escolheu.

O Brasil é um país muito grande, há demandas de todas as regiões. Mas podemos estudar em conjunto uma maneira de promover a aglutinação dessas demandas. Então, teremos até as duas versões. A sociedade vai poder se encontrar e fazemos uma aglutinação para que ele se torne mais fácil de manejar. E aí eu concordo com V.Exa.

Não há nenhuma intenção do Governo de interferir nas gestões do próximo Governo, embora o Plano Plurianual preveja a definição de metas para 2007. Então, inevitavelmente, ele entra. É a lei que assim o determina. A rigor, esse plano tem como horizonte um período muito maior do que os 4 anos; é um projeto de longo prazo, mas que não precisa ser necessariamente realizado pelo Governo Lula. Um plano de longo prazo tem que ter 10 anos, 15 anos, 20 anos de perspectiva. E ele foi feito com essa perspectiva.

Na Exposição de Motivos está dito que se trata de um plano de longo prazo. Agora, caberá aos próximos Governos dar continuidade ou não a ele, não é responsabilidade do nosso Governo. As revisões periódicas previstas são no sentido de, a cada ano, podermos aperfeiçoar esse instrumento, com sua discussão na sociedade. Porém, o aperfeiçoamento se dará apenas para o ano seguinte e o nosso limite é 2007, ou seja, a última revisão a ser feita será em 2006 e terá validade para 2007. Não há nenhuma propósito de intromissão ou de engessamento para os anos vindouros. Esse é o sentido da revisão anual.

O senhor pergunta quais são as conseqüências da reforma tributária. Quando foi elaborado o projeto de lei orçamentária, a reforma tributária ainda não tinha tramitado. Portanto, tivemos de nos basear no projeto que estava sendo enviado pelo Executivo, levar em consideração as matérias ali presentes, as receitas condicionadas. Não poderíamos adivinhar quais seriam as emendas a serem feitas, emendas que até este momento ainda não estão efetivadas. Então, o projeto do Executivo não contém essas emendas.

Em relação às sentenças judiciais, colocamos o valor de 1 bilhão e 800 milhões a título de despesas financeiras, pelo seguinte: estamos questionando a grande maioria dessas sentenças judiciais. Só para dar um exemplo, numa análise preliminar, detectamos a inclusão de precatórios já pagos: 144 milhões de precatórios pagos. Pretendemos derrubar essas decisões, porque elas não têm fundamento. Seria como ocupar um espaço precioso da despesa orçamentária com um gasto que, eventualmente, não vai realizar-se, porque vamos questionar tudo, porque achamos que são indevidas. Seria um esbulho ao interesse público permitir que essas ações prosperassem.

Então, se colocássemos 1 bilhão e 800 milhões a título de despesa, teríamos de retirar de alguma despesa importante. Esse é o dilema na feitura do Orçamento. Os recursos são escassos. Se colocarmos 1 bilhão e 800 milhões para pagar precatórios, como despesa — uma despesa que, provavelmente, não vai realizar-se —, retiraríamos de onde? Iríamos ter de retirar de despesas importantes: área social, área de infra-estrutura. Aí seria uma situação mais apertada ainda.

O Fundo de Desenvolvimento Regional foi concebido, como V.Exa. disse, para financiar o desenvolvimento. Financiar significa uma despesa financeira. Portanto, alocamos no Orçamento apenas o impacto em termos de custo e não toda a despesa. O Fundo de 2 bilhões e 100 milhões produzirá uma despesa de 350 milhões, que é o que foi previsto no Orçamento.

Na ocasião em que elaboramos o projeto de lei orçamentária, não estava consignado, na redação original proposta de reforma tributária, que esse fundo seria repassado aos Estados. Isso foi acrescentado depois. Vamos ter de aperfeiçoar, ver como funciona.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na verdade, é um fundo financeiro, vai financiar o desenvolvimento regional, mas terá de haver uma devolução e vai haver um subsídio, que será de 350 milhões. É o que está consignado no Orçamento.

Em relação à COFINS, foi estimada, no Orçamento, uma receita de 4,4 bilhões de reais. Eu sustento que essa receita pode ser auferida mesmo com a transformação da COFINS em tarifa não cumulativa, porque será usado o procedimento semelhante ao que foi usado com o PIS.

O PIS também foi transformado em uma receita não cumulativa. Porém, a alíquota a ser definida terá de permitir que a arrecadação seja neutra, ou seja, no caso, a mesma arrecadação que se teria se houvesse uma receita em cascata aplicada de forma diferente. Não sabemos ainda qual vai ser a alíquota. A questão está em estudo. E, inclusive, poderemos ter alíquotas diferenciadas por setores.

Em relação à CIDE, também ela não estava no projeto original; portanto, não podíamos considerar seu impacto no Orçamento. De qualquer maneira, temos uma válvula de escape: o Congresso Nacional já autorizou a utilização de alíquotas diferenciadas para a CIDE. O objetivo da CIDE é criar um certo equilíbrio de preços no setor de combustíveis. Então, quando o preço do petróleo cair, poderemos aumentar a alíquota da CIDE, e o Congresso Nacional já autoriza-nos a fazer isso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Então V.Exa. está dizendo que o Governo pretende aumentar a alíquota da CIDE?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Estou dizendo que o Governo poderá aumentar, caso a queda do preço do petróleo assim o permita. Porque usamos a CIDE desta maneira: a alíquota pode subir se o preço do petróleo cair, de modo que não cause ônus à sociedade. Nesse caso, teremos aumento de arrecadação e poderemos acomodar esse aumento de despesas. Mas isso, como disse, é algo que vai ser definido ao longo do tempo. Temos a autorização congressual. E a perspectiva é a de que o preço do petróleo venha a cair, e, nesse caso, poderemos aumentar a alíquota sem causar ônus à sociedade.

Em relação ao salário mínimo, tenho repetido que o aumento do salário mínimo ainda não está definido. O Presidente Lula tem o compromisso de elevar substancialmente o valor do salário mínimo. Temos tido dificuldades, neste primeiro momento de Governo, pelas restrições fiscais e orçamentárias, de dar aumentos maiores.

Esse aumento será definido apenas em abril, depois de verificarmos a dinâmica da receita — a receita pode aumentar mais ou menos — e à medida que forem verificados esses parâmetros que utilizamos para o reajuste dos gastos da Previdência Social.

Está havendo uma expansão dos gastos da Previdência Social de 17 bilhões, o que equivale a 16,2%. Dentro desses recursos, poderemos encontrar uma parte para aumentar o salário mínimo. Como? Caso não haja o aumento vegetativo, projetado em quase 4% — aumento expressivo — e com a inflação menor. Estamos projetando uma correção de 7,92%. Se a inflação for menor e o aumento vegetativo for menor, teremos um espaço para o aumento do salário mínimo.

É claro que vamos precisar de recursos de outras áreas, como fizemos em 2003, quando houve o mesmo procedimento. Havia um volume de recursos insuficiente para o aumento expressivo do salário mínimo, mas o Presidente resolveu; o Congresso Nacional tinha colocado, salvo engano, 4 bilhões e 800 milhões, que não eram suficientes, porque o aumento da Previdência Social foi de 9 bilhões. Faltavam então 5 bilhões, e o Governo inteirou essa conta. Vamos ter de retirar de alguma outra área, mas quando houver a decisão.

Em relação à SUFRAMA, ela sofre do mesmo mau de outros fundos que, em parte, têm de ser contingenciados por falta de recursos. Tudo vai recair na falta de recursos. Por que tem de haver contingenciamento de uma parte do fundo da CIDE, que são 8 bilhões? Não é por prazer sadomasoquista da área de orçamento, mas porque faltam recursos. Se liberarmos todos os recursos da SUFRAMA, vamos ter de retirar esse dinheiro de algum gasto. É tudo assim. Vamos liberar o FUST, a CIDE, todos os fundos... Libera-se 10 bilhões, 15 bilhões, e vai retirar-se 15 bilhões das despesas orçamentárias, porque isso se transforma em despesa orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que fazemos? Mantemos contingenciados, porém, caso a receita venha a permitir, liberamos. Liberamos este ano, salvo engano, 28 milhões dos recursos da SUFRAMA para os Estados do Norte do País. Se houver aumento de recursos, faremos novas liberações.

Quando ao fundo da CIDE, a idéia é de que a parte que está contingenciada possa ser transformada em fundo de financiamento para as ações na área de transporte. Não é um gasto orçamentário, mas pode financiar-se ações na área de transporte, de modo a potencializar o uso da CIDE.

A vida é dura e a realidade orçamentária é mais dura ainda. O cobertor é curto, se se puxa para um lado, ele falta do outro.

Aliás, queria dizer que não sou candidato a nenhum cargo eletivo, porque V.Exa. mencionou essa possibilidade.

Com referência às considerações do Deputado Darcísio Perondi, quero dizer que estamos, sim, cumprindo a Emenda Constitucional nº 29 em sua íntegra. Essa emenda estabelece uma forma de reajuste dos recursos da Saúde.

Em 2003, os gastos da Saúde terão de perfazer, com exceção da folha de salários, 23 bilhões 950 milhões de reais. Esse é o total que vai ser gasto em 2003. Em 2004, os gastos da Saúde, feita a correção pelo PIB nominal, serão da ordem de 29 bilhões e alguns quebrados. E serão gastos 29 bilhões na esfera da saúde.

Quando há algum tempo tive o prazer de receber o nobre Deputado Darcísio Perondi, o Deputado Rafael Guerra e outros integrantes da bancada da Saúde esclareci quais eram os propósitos do Governo ao vetar determinado dispositivo da LDO, de modo a poder colocar uma parte do Fundo de Combate à Pobreza nos gastos de saúde. O Fundo de Combate à Pobreza é apenas fonte e podemos colocar esta fonte em vários gastos. Então, disse naquela ocasião: a nossa intenção não é colocar gastos de Previdência ou gastos de dívida dentro da Saúde. O propósito é colocar gastos do Fundo de Combate à Pobreza dentro da Saúde, porém gastos de saúde. Os 29 bilhões que estão sendo alocados na Saúde são gastos da área da Saúde, eles contêm parte desse Fundo de Transferência de Renda. Nos gastos tipicamente da área de Saúde, como o saneamento, a Saúde tem um organismo chamado FUNASA para o trabalho de saneamento, e esse é um gasto de saúde. Estamos aumentando os gastos da área de saneamento; são ações importantes de prevenção a moléstias e a outros problemas sérios, e esses gastos já na Saúde.

Estamos colocando também ações ligadas à alimentação de famílias desnutridas. Até já existe na área da Saúde um programa para nutrízes. Estamos aumentando esse programa, colocando dentro dele bolsas-alimentação. Essas bolsas serão alocadas de acordo com critérios da Saúde para atingir famílias que estão tendo problemas de saúde por falta de alimentação. Essas bolsas têm uma condicionalidade de saúde, ou seja, as famílias abrangidas por esses programas terão de comparecer a postos de saúde; os filhos terão de ser vacinados; as nutrízes terão de passar por exames médicos e, portanto, haverá uma compatibilidade plena com as despesas da Saúde. Não está sendo colocada em uma despesa que não seja da área de Saúde.

As despesas do Fundo de Transferência de Renda que não dizem respeito à Saúde estão em outro Ministérios. Por exemplo, despesas que dizem respeito à educação, como a bolsa-escola, estão no Ministério da Educação, e assim por diante.

O SUS está tendo um aumento de recursos de 2003 para 2004. Na dotação de atendimento, tivemos 13,4 bilhões em 2003 e vamos ter 14,07 bilhões em 2004. Na área de medicamentos: 713 milhões em 2003 e 1,76 bilhão em 2004.

Então, existe uma expansão. Talvez não seja a expansão desejada pelos senhores da Bancada da Saúde. Gostaria até de poder colocar mais recursos na área da Saúde, porém é o que se pode fazer diante das dificuldades.

O Ministério das Saúde é o que está sendo aquinhado com maior expansão de recursos, mais de 5 bilhões, e, portanto, está abrigando também essas ações da área de inclusão social, mas, repito, sempre com ações típicas da área de saúde. Portanto, não há nenhuma incompatibilidade ao usar a fonte criada pela Emenda nº em diversos Ministérios. Então, as despesas, pela natureza do gasto, estão sendo alocadas no Ministério da Saúde.

Para os próximos 4 anos, não está definido o destino do Fundo de Combate à Pobreza. Então, essa conta que está sendo feita é imprópria, indevida; não está definido com



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

serão compostos os gastos da Saúde para os 3 anos consecutivos a 2004. Essa é uma decisão que ficará para depois.

Uma das preocupações que os senhores me trouxeram, o Deputado Guerra e o Deputado Perondi, naquela reunião, foi a de que Estados e Municípios pudessem se utilizar do veto que estávamos fazendo àquele dispositivo e usassem gastos de pessoal e de previdência na Saúde. Prontamente, nós nos dispusemos a fazer um projeto de lei que proibisse essa utilização. O nosso objetivo é não permitir o pagamento de inativos e de dívida com recursos da Saúde. Não me parece adequado usar merenda escolar como gastos na Saúde, não é um gasto de saúde. No Governo Federal, isso não vai ser feito, porque merenda escolar é um gasto de educação, alocado no Ministério da Educação. Não nos cabe julgar as ações, mas fizemos essa emenda impedindo que Estados e Municípios pudessem introduzir nos gastos constitucionais de saúde despesas que não fazem parte deste conceito.

Quanto às despesas dos programas: Gente Jovem e Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, eles estão alocados no Ministério de Assistência Social, são típicos do Ministério e nele estão alocados.

Na verdade, estamos fazendo uma mudança importante em todos esses programas de inclusão social. Amanhã será anunciado pelo Presidente da República uma integração desses programas que antes estavam dispersos e tinham um alto grau de irracionalidade. Serão integrados, racionalizados, de modo a ter uma eficácia maior, aumentando o volume de recursos que estão sendo despendidos nessa área. Então, de 2,6 bilhões em 2002, 4,3 bilhões em 2003, teremos 5,3 bilhões em 2004, nesses programas de inclusão social, que serão muito mais racionais e muito mais eficazes. Os programas Gente Jovem e Erradicação do Trabalho Infantil estão incluídos nesse bolo de 5,3 bilhões.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Ministro. Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, quero...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Ainda não cheguei à parte do nobre Deputado; estou respondendo na sequência...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - V.Exa. respondeu várias questões que suscitei.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Respondi porque era em conjunto com a interpeleção...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Só quero lembrar a V.Exa. que acabamos de votar a prorrogação por 4 anos da CPMF. O Líder do meu partido até me liberou para eu votar favoravelmente, e votei pela Saúde. Da alíquota da CPMF, 0,20% vai para a Saúde e 0,08% para o Fundo de Erradicação da Pobreza. Não podemos misturar as duas coisas. Faço um apelo a V.Exa. — estou ouvindo a resposta — para que leve a questão ao exame da sua equipe, a fim de que possamos estudá-la em vista até tudo o que já foi votado na Casa relativamente à reforma da Previdência e à reforma tributária e encontrar uma solução. Na verdade, a própria CPMF separa o que é para o Fundo de Combate à Pobreza e o que é para a Saúde. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, esses valores todos poderão ser remodelados a partir da discussão que se faça no Congresso. A única questão é que as contas têm de fechar e os limites estão estabelecidos. Colocar mais recursos para determinado setor significa tirar de outro. É isto que temos de avaliar: os efeitos no conjunto do Orçamento. Melhor do que eu, os senhores sabem que temos de olhar para todas as áreas ao mesmo tempo. A Saúde é importante; a Educação é importante; a Assistência Social é importante, assim como a Infra-estrutura, e as contas têm de fechar. Se conseguirmos desembocar numa equação que satisfaça melhor, então o Executivo estará aberto a essas discussões, mas não podemos desequilibrar as contas.

Repito: procuramos fazer o Orçamento de 2004 da forma mais realista possível. Como lhes disse no início, poderíamos ter colocado 10 bilhões a mais de receita. Não teria nenhum conflito agora, mas depois, quando tivéssemos de contingenciar porque não dispúnhamos do recurso, teríamos o conflito. Preferimos usar essa estratégia. Vamos discutir claramente quais são os problemas e as dificuldades e ver como podem ser acomodadas.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Ministro, um minutinho. A Emenda nº 31 é fundo, não é fonte, e se destina a ações específicas na área da pobreza, ações



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suplementares (art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Houve mistura de duas emendas com atividades distintas, suplementares. Isso é inconstitucional. Haverá ações do Ministério Público no Supremo, Sr. Ministro. Peço que V.Exa. revise para não haver esse problema. Isso está gerando constrangimento na sua própria base. V.Exa. misturou, numa jogada que não acredito diabólica, pobreza contra o doença, Sr. Ministro. O legislador foi sábio: ele votou a Emenda nº 29, ações específicas da Saúde, e a Lei Orgânica definiu o que eram ações condicionantes — estou falando de condicionalidades. Posteriormente, este Congresso, de forma sábia, generosa e inteligente, criou o Fundo da Pobreza, como ação suplementar. O senhor não o fez, o senhor e a sua equipe estão esterilizando cerca de 3,5 bilhões de reais. Nem mesmo complementou o PIB nominal, falta ainda 1 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, consultamos detalhadamente a Constituição, e a modalidade que utilizamos é perfeitamente constitucional, temos pareceres jurídicos que mostram isso. A Emenda nº 31, fundo ou fonte, pode ser alocada em vários Ministérios, desde que atenda à finalidade social. Estamos utilizando uma modalidade permitida pela lei, não está havendo nenhuma violação constitucional. Eu posso lhe passar os pareceres jurídicos para que V.Exa. os avalie. Não pretendemos cometer nenhuma irregularidade constitucional.

Passo agora a responder às indagações do Senador Paulo Octávio, que abordou a questão da energia, mencionando um possível corte nessa área. Senador, não houve nenhum corte. Os recursos que o senhor mencionou são recursos a serem gastos pelo Ministério em ações de custeio. As ações de investimentos não estão colocadas aqui, porque todas elas são ações de investimentos do capital privado. A esmagadora maioria da construção de hidrelétricas, termelétricas e linhas de transmissão são feitas pelo setor privado, com financiamento do BNDES. Para os próximos 4 anos, 30 bilhões de reais serão despendidos nessa modalidade, mas é tudo recurso do setor privado ou financiamento do setor público.

A diferença que o senhor identificou no Ministério de Minas e Energia diz respeito vale-gás, que foi colocado nesse programa de transferência de renda. Então, o recurso está lá, só que agrupado no programa de transferência de renda, que consideramos mais adequado, porque é uma ação eminentemente de inclusão social, que não diz respeito exatamente a uma ação do Ministério de Energia.

Por outro lado, os gastos com educação não estão caindo, estão subindo. Os gastos do Ministério da Educação em 2003 deverão perfazer, até o final do ano, 13,2 bilhões de reais e em 2004, 14,8 bilhões. Portanto, há um aumento, e aí temos inclusive que cumprir uma obrigatoriedade constitucional. A área de educação é protegida constitucionalmente, e temos de gastar até 18% de toda a receita resultante de impostos no setor.

Em relação ao salário mínimo, acredito que já respondi à pergunta: ainda não existe uma definição, e, quando for tomada, o Governo vai encontrar os recursos necessários para o aumento real do salário mínimo.

Quanto ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, ainda não chegamos a uma conclusão, se estamos cumprindo ou não o dispositivo constitucional, mas acreditamos que, em breve, chegaremos a uma conclusão. E, se houver uma irregularidade, será sanada, com o acréscimo de recursos que serão repassados ao Distrito Federal.

O SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO - Sr. Ministro, é importante, com referência à questão do Fundo Constitucional do DF, termos uma resposta o mais cedo possível, porque envolve salários. E estamos agora justamente construindo o Plano de Cargos e Salários dos professores. Por isso, é importante a resposta do Ministério o quanto antes.

Queria também entender um ponto relativo à energia. Sei que para a concessão do auxílio-gás, que recebeu 711 milhões no ano passado, não existem verbas para 2004. E o senhor disse uma coisa importante: 30 bilhões de investimentos privados para os próximos anos. Foi o que entendi. Esses investimentos privados já estão consolidados, já há as empresas que vão fazê-los, ou são simplesmente suposições? E esse dinheiro todo é do BNDES?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - A situação é a seguinte: uma parte das hidrelétricas já foi licitada, a outra ainda está em licitação; uma parte das linhas de



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

transmissão já foi licitada, as obras já começaram, e a outra ainda será licitada. O BNDES vai entrar com 24 bilhões e um consórcio de bancos deverá financiar a outra parte.

São projetos com alta possibilidade de implantação, não se trata de mera projeção subjetiva. Houve detalhada análise dos projetos em andamento, no interesse das empresas: uma parte dessas hidrelétricas já está até começando a ser feitas em 2003 e as termelétricas vão ser concluídas este ano.

Estamos também com investimentos na área de gás, o que vai permitir aporte de energia elétrica para regiões carentes do País. Então, é uma conta bastante precisa, eu diria, que vai eliminar a possibilidade de apagões e de falta de energia. Nos próximos anos não teremos esse problema, mesmo porque hoje a energia está sobrando, mas com essas novas hidrelétricas e termelétricas teremos um acréscimo de cerca de 14 mil megawatts, o que corresponde a uma Itaipu inteira. E temos mais uns 12 mil megawatts, por causa dessas linhas de transmissão que poderão remanejar energia das regiões onde há excesso para as regiões carentes. A questão energética está equacionada no País para os próximos 8 anos ou 10 anos.

O SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO - Fico muito feliz com a notícia, mas o senhor falou, em sua exposição, que serão construídos 14 mil quilômetros de redes de transmissão. Também é investimento privado?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso não pode, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Exatamente, investimento privado. Uma parte das linhas de transmissão já foi licitada. Há grande interesse do setor privado em linhas de transmissão. Fizemos uma concorrência recentemente e 45 empresas se inscreveram. Um lote de linhas de transmissão já foi licitado e outros serão licitados; tudo investimento do setor privado, com financiamento do BNDES e outras agências de financiamento.

O SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO - Agradeço a V.Exa. a resposta.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Já respondi as observações do Deputado Rafael Guerra em relação ao veto na LDO: buscamos eliminar a possibilidade de Estados e Municípios fazerem mau uso das verbas da Saúde; os recursos que estão sendo alocados na Saúde são recursos de saneamento e ações típicas dessa área e não há dupla contabilidade. Repetindo: a Emenda nº 31 é uma emenda fonte, de um fundo que nos permite fazer alocação em diversos Ministérios, e uma parte deles foi alocado no Ministério da Saúde, e não há qualquer incompatibilidade. Para os próximos 4 anos, não está definido como serão alocados os recursos do fundo; portanto, não está definido se será desta ou de outra maneira. Essa é uma discussão que será feita no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, saúdo V.Exa., o Ministro Guido Mantega, o nosso Relator, Deputado Jorge Bittar, o Dr. João Bernardo, o Dr. Sebastião, e os demais colegas desta Comissão.

Sr. Presidente, tenho rápidas indagações a fazer ao Ministro. Início afirmando que a estratégia de desenvolvimento a longo prazo do Governo Federal estabelece um horizonte, tanto para os orçamentos, quanto para o Plano Plurianual. Se considerarmos, Sr. Ministro, o plano em grandes números, ele faz a seguinte distribuição: orçamento fiscal e da seguridade, 1 trilhão, 367 bilhões; investimentos das estatais, 143 bilhões.

Porém, o Governo Federal estipulou na Lei Orçamentária para 2004 apenas 7 bilhões de investimentos. Aí eu pergunto, Sr. Ministro, como se pretende executar o previsto no PPA diante do que está colocado como previsão? Acerca desses 7 bilhões, ainda faço a seguinte pergunta: no tocante à complementação dos recursos pela iniciativa privada, quais as garantias que temos? Na verdade, essa abordagem fica muito solta em função de que o próprio PPA não tem ainda critérios estabelecidos de implantação.

Eu queria que V.Exa. discorresse um pouco mais sobre como se darão esses investimentos previstos e de que forma, não havendo, digamos assim, um Plano B.

De igual forma, a lei orçamentária projeta um aumento de 7% nas despesas da área social. Eu pergunto, Sr. Ministro, se esse aumento é nominal ou é real. Sete bilhões. Está descontada a perspectiva de inflação?



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Uma terceira indagação. Foi perguntado sobre o possível reajuste do salário mínimo — eu não ouvi a resposta — mas eu queria ter informação a respeito do salário do servidor público federal. Como o Governo está prevendo o gasto com o aumento do salário do servidor público. Eu li uma projeção de, pelo menos, 2,5% para o salário mínimo, que poderá vir a ser de 259 reais, o que, adianto desde logo, nós, do PFL, achamos muito pouco.

Sr. Ministro, algumas perguntas que eu iria formular V.Exa. já as respondeu. Inclusive no que diz respeito ao Fundo de Combate à Pobreza, eu divirjo do Deputado Darcísio Perondi do Deputado Rafael Guerra. V.Exa. está certo em assegurar que os recursos oriundos do Fundo não são especificamente para, digamos assim, serem investidos na Saúde, excluindo a parte, por exemplo, da FUNASA.

Na verdade, tivemos no passado o Projeto Alvorada, que aplicou recursos do Fundo de Combate à Pobreza na construção de sanitários e sistemas de abastecimento de água em comunidades carentes. Então, o recurso do Fundo de Combate à Pobreza pode sim, ser utilizado para despesas como foi feito e como está sendo feito, inclusive, com relação ao Projeto Alvorada, com restos a pagar, e nós pedimos a V.Exa. que proceda a estudos para ver se, ao final do ano, atingido o superávit, esses serem recursos liberados.

Por outro lado, Sr. Ministro, não ficou claro para mim como será tapado o rombo previsto com a reforma tributária. Quando o orçamento e o PPA foram enviados, a reforma estava em discussão, foi aprovada em primeiro turno na Câmara, deverá sê-lo no segundo turno e seguirá para o Senado. Porém, Sr. Ministro, não estamos vendo claramente de onde virão os recursos em razão das emendas que foram introduzidas, recursos da CIDE, Fundo de Compensação, etc.

Eu gostaria de saber como V.Exa. objetivamente analisa essa questão, e não sei se é em virtude disso que o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado, já anda declarando em entrevistas à imprensa que só interessa ao Governo aprovar a DRU, a CPMF e diminuir as alíquotas de ICMS, talvez, antevendo — quem sabe? — uma situação irresolúvel. Portanto, V.Exa. nos dá a oportunidade de saber como o Governo analisa essa questão.

Para concluir, Sr. Presidente. Confrontando, Sr. Ministro, em termos reais, os valores da lei orçamentária de 2003 com a de 2004, observamos uma redução de quase 30% no orçamento para a Região Nordeste, e se levarmos em consideração os valores relativos a investimentos, a redução percebida no orçamento é de 22%. Ainda em relação a investimentos, a Região Norte perde 21% comparativamente à lei orçamentária de 2003.

Eu gostaria, então, que V.Exa. desse algumas explicações com referência à redução de investimentos no Norte e no Nordeste, regiões que precisam, sim, de mais investimentos e não de corte de investimentos.

Faço essas indagações a V.Exa. e agradeço à Mesa a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Passo a palavra agora ao Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, Srs. Secretários, Sr. Relator Jorge Bittar, sobre o questionamento aqui levantado em relação à Saúde, é claro que temos de discutir, mas, nesta oportunidade, quero só fazer um breve comentário. A Saúde no Brasil não pode ser vista apenas pela ótica hospitalar. Precisamos, de fato, de ações básicas de saúde no Brasil e pensar, em saúde de forma universal, através do Sistema Único de Saúde.

E, pensando dessa forma, o Fome Zero é um instrumento eficiente para fazer saúde no Brasil. Precisamos fazer esse debate com concepções ideológicas. Há um novo Governo, há um novo jeito de administrar, há uma nova estratégia de investimentos social e de concepção social neste País.

Sr. Ministro, eu quero, em primeiro lugar, elogiar o detalhamento do PPA, fazer uma espécie de contraditório com aquilo que foi levantado aqui. Sou Deputado Federal pela primeira vez, e, analisando o detalhamento do PPA anterior, vejo que este discrimina investimentos de recursos e as metas de uma forma extraordinária e fica muito mais fácil para nós, inclusive, organizar orçamento e a acompanhar a sua futura aplicação. Então, elogio V.Exa. pelo detalhamento feito no PPA.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A segunda questão diz respeito à consulta qualificada. Apesar de ser um sonho um dia poder fazer uma espécie de orçamento participativo federal, a participação trouxe para o bojo do orçamento debates sociais diferentes, demandas sociais diferentes e demandas reprimidas de regiões e Estados brasileiros que não eram consultados. Isso tudo está na proposta orçamentária, no planejamento futuro do Governo e vem ao encontro de um projeto popular de governo que qualifica essa ação no seio da sociedade brasileira.

Nesse sentido, não tenho dúvida de que ela propõe um Estado forte e o reorganiza, propõe um Estado propositivo, fiscalizador e investidor em áreas sociais. Quando elege a saúde como prioridade número 1, quando elege a educação como prioridade número 2 ou quando investe nas áreas estruturantes, o Governo pensa num novo marco econômico, porque pensar um novo modelo econômico é pensar também no desenvolvimento social humano.

Não dá para continuarmos com 20 milhões de analfabetos no Brasil se quisermos repensar um novo marco econômico. Precisa alfabetizar, sim, a fim inclusive de qualificar a mão-de-obra para o futuro. Para a mão-de-obra ter acesso ao mercado de trabalho no futuro precisa se alfabetizar, o Brasil precisa, de fato, pôr em prática o Fome Zero, o Fundo de Combate à Pobreza e todas as ações possíveis para que o cidadão se sinta incluído nesse processo.

Vivemos nos últimos anos sob uma política monetarista que buscou construir um Estado mínimo, que buscou enxugar a máquina administrativa para fazer face ao endividamento interno e externo brasileiro. Basta ver que nossa balança comercial, nos últimos anos, foi extremamente negativa. Esse saldo positivo neste primeiro ano traz também, de certa forma, uma preocupação para o Governo brasileiro, é claro, porque o setor produtivo nacional foi desmantelado. Temos, a partir daí, uma capacidade excedente na nossa produção interna. E parece-me que a preocupação do Governo é aumentar o consumo ano que vem. Algumas ações são importantes, como a geração de emprego, a distribuição de renda — ontem inclusive houve o lançamento de linha de financiamento para a linha branca — o próprio Programa Fome Zero, a desoneração dos produtos da cesta básica, por meio da reforma tributária, o microcrédito e várias outras iniciativas. Nesse sentido, Sr. Ministro, há uma contradição que eu gostaria de entender melhor, e com certeza V.Exa. tem a resposta. Estamos construindo um novo marco econômico, saindo desse modelo monetarista e, digamos assim, entrando num modelo que proporciona o crescimento econômico da Nação brasileira. Nosso sistema produtivo está desmantelado? Será que vamos dar conta do aumento do consumo com o crescimento econômico e o controle da inflação em 5,5%, proposto para o próximo ano? Temos segurança nesse índice inflacionário? Estamos construindo uma transição desse modelo. E o crescimento econômico, para o próximo ano, é ousado e positivo. Creio que isso é possível. Mas temos o controle efetivo?

Outra questão importante, pensando no fortalecimento do Estado, é o aumento da arrecadação. Se a proposta da reforma tributária não aumenta a carga tributária proporcional, em âmbito nacional, desde que exonere alguns setores, isso leva ao equilíbrio. Quanto podemos ter seguro, com crescimento de 3,5%, na arrecadação no País? A meu ver, é preciso um incremento de receita na busca de um Estado forte, ou seja, dispor de recursos para fazer políticas públicas destinadas à sociedade e atender à demanda apresentada no PPA. E o incremento de receita, no meu entendimento, vem prioritariamente do crescimento econômico. Parece-me, então, que devemos entender isso melhor. Se a equipe do Ministério do Planejamento tem seguro essa arrecadação em relação ao crescimento econômico, o que representa hoje para Estados, Municípios e o Brasil como um todo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Vou suspender por 3 minutos a reunião. O Ministro precisa dar um telefonema e, logo em seguida, retornará.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Reiniciando a reunião, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, que disporá de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, vou extrapolar esse tempo, até porque ouvi atentamente V.Exa. manifestar-se por 17 minutos. Como sou disciplinado e quero que todos participem, inicio cumprimentando o Ministro e sua equipe e destacando a importância de o Estado brasileiro voltar a fazer planejamento de longo prazo. O modelo adotado no passado desarticulou o Estado que confiou muito no mercado —



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inclusive o Presidente anterior sabe muito bem que o resultado dessa falta de planejamento levou ao apagão, ao crescimento da dívida pública a um valor absurdo que impõe muitas restrições fiscais ao crescimento econômico que se tem tentado, a muito custo, implementar.

Outra questão elogiável é o fato de que essa é a primeira vez, pelo que ouvi dos nossos colegas mais antigos, que a discussão do PPA está sendo feita de forma democrática nesta Casa, com a presença do Ministro, pois, no passado, a maioria não permitiu que fizesse um profundo debate sobre o PPA.

Estou ouvindo críticas ao PPA de Deputados que eram da Situação e hoje estão na Oposição. No passado, os que hoje estão Situação não tiveram a oportunidade de sentar *tête-à-tête* com o Ministro do Planejamento e fazer uma crítica democrática. Portanto, é elogiável essa nova situação, que aponta para um outro tipo de relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo.

A discussão preliminar do PPA, da qual participei, em Rondônia, envolveu quase 40 entidades da sociedade civil organizada, inclusive o MST, a FETAG, a CPT, as quais tiveram a oportunidade de saber, dentro do princípio de ampla discussão democrática, o que o Governo pensa em fazer no que se refere à reorganização do Estado brasileiro e de aplicação correta dos recursos públicos.

Ouvi atentamente observação feita por um colega Parlamentar acerca da Saúde no Brasil. Nesse ponto, concordo com a opinião de que não se pode pensar na saúde de maneira compartimentalizada, como se a saúde fosse simplesmente a saúde curativa, hospitalar. Boa parte das pessoas que procuram os hospitais públicos assim o fazem em virtude de desnutrição, ou porque não têm acesso à água tratada, ou porque não têm acesso a saneamento básico, situações que as levam a adquirir doenças.

Quando, porém, passamos a pensar na saúde de maneira integrada, ampliada, envolvendo outros valores e serviços de natureza pública, reduz-se muito o acesso ao hospital e, em conseqüência, diminui-se o gasto com a saúde curativa, passando o foco da ação governamental à saúde preventiva, que é, na verdade, a finalidade de uma política correta de Governo.

Há ainda uma outra questão muito importante no PPA que merece ser destacada. Eu li a peça apresentada com relação ao detalhamento. Aquilo que poderia ser uma crítica, eu, na verdade, elogio, porque ao se detalhar o PPA e compatibilizá-lo com o Orçamento, tira-se, e muito, o poder discricionário que poderia ter o Presidente, os Governos de não aplicar corretamente a verba pública.

Nós sabemos como é pesado nesta Casa o *lobby* na escolha de prioridades. Sabemos que, muitas vezes, devido a esses *lobbies* não se perpassa o interesse público. Muito dos interesses corporativos se manifestam nas leis que saem desta Casa, e nem sempre as leis que saem desta Casa atendem ao interesse público; na verdade, elas atendem ao interesse do grupo mais poderoso, do *lobby* mais forte que transmuda a vontade política em leis, e muitas vezes a lei não atende ao interesse da sociedade brasileira.

Sr. Ministro, a pergunta que eu faço neste momento é se no tocante à poupança interna — que do período de 2004 a 2007 aponta para o percentual de 19,26% em 2004 e permanece em 19,29% em 2007 — levou-se em consideração o aumento que poderia ter essa poupança interna com os fundos de pensão. Ou seja, caso se conclua a reforma da Previdência, esse fundo de previdência complementar não elevaria a poupança interna? Como no PPA não se aponta para uma variação da poupança interna, pergunto se foi levado em consideração a possibilidade de haver um crescimento da poupança interna em função do fundo complementar de previdência, previsto na reforma da Previdência.

A outra indagação que eu faço, como membro da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas, é com relação aos recursos previstos para o setor. As diretrizes da área social contemplam a ampliação de recursos para a proteção das populações indígenas, principalmente para o fortalecimento da FUNAI? Hoje está ocorrendo na Câmara dos Deputados um seminário organizado pela Comissão da Amazônia em que se discute não só o fortalecimento da legislação de proteção aos povos indígenas, como também a ampliação das verbas públicas para garantir política efetiva na promoção e na sustentabilidade dos povos indígenas. Gostaria de saber se existe essa diretriz no programa.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outra questão que levanto é sobre a sustentabilidade da Amazônia. Venho de uma região onde o desenvolvimento tem de estar pautados, porque não há harmonia entre a melhoria da qualidade de vida da população amazonense com respeito ao meio ambiente. Assim, gostaria de saber se as ações propostas no PPA apontariam no sentido dessa harmonização entre a melhoria da qualidade de vida, o crescimento econômico e uma ação integrada com o meio ambiente.

São as considerações que eu faço e aguardo, de maneira atenta, a resposta do Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários, meus cumprimentos a todos. Devo confessar, Sr. Ministro, que quando V.Exa. iniciou sua exposição sobre a política macroeconômica, apresentando o quadro que aí está, em um primeiro momento pareceu-me que eu estava vendo o Ministro Malan. Mas também devo confessar que, no momento seguinte, percebi que não era o Ministro Malan. O Ministro Malan e o Ministro Martus eram muito mais ousados.

O que vi foi que V.Exas. atacaram o efeito Lula, que aumentou a inflação, o Risco Brasil, o dólar. Mas isso foi efeito eleitoral. A postura que o PT adotava historicamente levou a esse fato de repercussão econômica. E V.Exas. atacaram esse efeito de forma muito ortodoxa, a ponto de estarmos chegando a uma Taxa SELIC de 20% para outubro deste ano, quando, um ano atrás, mesmo no pico da campanha eleitoral, ela era menos de 20%. Mas essa é a estratégia macroeconômica que V.Exa. adotou e já expôs aqui.

Em um segundo momento, V.Exa. fez a exposição sobre o PPA. Enquanto estava fazendo tal exposição, eu me lembrei da escritora americana Eleanor Porter, que lançou uma novela em 1912, intitulada Pollyanna. Essa novela relata a história de uma menina, cujo pai encomendou para o Natal uma boneca que ela estava pedindo há muito tempo. Ao receber o presente e abri-lo, ela verificou que não era uma boneca, mas um par de moletas. Ela chora e reclama. O pai disse: *“Por que você está reclamando, Pollyanna?”* Ela responde: *“Porque eu esperava uma boneca.”* O pai disse: *“Mas você deve ficar satisfeita, porque não precisa usar o par de moletas.”* Cria-se, a partir daí, a figura de Pollyanna como o jogo do contente.

Quando vi V.Exa. fazer a exposição, lembrei-me de Pollyanna. Neste momento, diria que V.Exa. parece a Pollyanna, fazendo o jogo do contente. Ora, no início do seu período de Ministro, V.Exa. disse que o valor de 1,1 trilhão do PPA anterior era uma fantasia, não existia, era uma brincadeira. Mas agora apresenta um PPA de 1,85 trilhão, que deve corresponder, aproximadamente, a 1,1 trilhão, aplicado algum índice de inflação.

Mas V.Exa., fazendo o jogo da Pollyanna, disse: *“nesses 4 anos vamos eliminar a fome e o analfabetismo, vamos dar água ao Nordeste e fazer a mudança da matriz de transporte”*. V.Exa. não disse que vamos eliminar parte da fome, que já é um percentual expressivo. Isso tudo é o jogo da Pollyanna, Sr. Ministro. Isso não existe, é uma fantasia. Vamos aplaudir, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Goldman, V.Exa. está imitando o Presidente Lula, que faz metáforas e usa as figuras dessa maneira. Eu preferiria que V.Exa. se limitasse ao assunto ora em discussão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, nunca admiti censura na minha vida, nem no período da ditadura, nem vou admitir. Não estou ofendendo ninguém. Estou fazendo uma exposição que no Parlamento é muito comum, sem nenhuma ofensa, com todo respeito ao Ministro, que é um homem sério. Aliás, conheço S.Exa. muito antes de ser Ministro. Como economista há muito tempo leio seu material. Li inclusive debates por ele coordenados, com a participação de economistas conhecidos, como o Ministro Serra, por exemplo. Eu o respeito muito, mas acho que, neste momento, está fazendo um jogo, que a mim lembrou o jogo do contente, que é a história da Pollyanna.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, no Orçamento existe uma série de despesas sem recursos correspondentes, e não são poucos. A compensação pela constitucionalização da Lei Kandir, além dos 3,9 bilhões, que estão no Orçamento deste ano e que no do próximo ano não aparecem, há o acordo feito neste Congresso, aprovado já. V.Exa. diz: *“Mas, quando fiz o Orçamento, não sabia.”* Ora, mas V.Exa. colocou nesse mesmo Orçamento 4,4 de



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

COFINS sobre importação, que também foi aprovado recentemente. O acordo feito no Congresso, pelo levantamento da Assessoria, obriga-nos a ter 6 bilhões de compensação da Lei Kandir ou pelo menos 3,9 bilhões, que já existiam no Orçamento deste ano, e não há nenhuma razão para não existirem.

A partilha da CIDE é de 1,66 bilhão; a do financiamento do desenvolvimento regional, de 1,75; a do Fundo Constitucional do Distrito Federal, de 0,20. As emendas da saúde e do fundo da pobreza são constitucionais. V.Exa. utilizou o mesmo recurso para cobrir duas emendas constitucionais, duas destinações constitucionais, isto é, 3,57, e diz que isso não é inconstitucional! Então, cria-se uma emenda constitucional para atacar a pobreza. Na realidade, utilizamos recursos, sim, para a saúde, mas como adicionais à emenda da saúde, não como um cobrindo o outro, utilizando o mesmo cobertor para duas atividades.

A sentença judicial é transitada em julgado. Como entrar com uma ação contra isso depois de transitado em julgado? Qual a perspectiva de vencer? Isso não consta? Somando tudo, dá 15,27 bilhões. Eu não sei como o Deputado Jorge Bittar vai se virar para fechar 15,27 bilhões, levando em conta 4,4 de receita consignada da COFINS.

E o salário mínimo, Sr. Presidente? O Presidente Lula reafirmou este ano que vai dar 100% de aumento real — repito: 100% de aumento real — até o final do seu governo. Já deu menos de 2%. Neste Orçamento, com o novo valor do salário mínimo, a repercussão na Previdência é de 7,8%. Provavelmente será o próximo índice de inflação. Portanto, o aumento real previsto é zero, e ainda há o compromisso do Presidente de dar 100% de aumento real. Não somos nós que estamos prometendo isso.

Como o Deputado Jorge Bittar vai conseguir esse percentual no meio dessa dificuldade? E como o Presidente assume esse compromisso perante a população? S.Exa. reafirmou isso este ano: 100% de aumento real. E agora, no Orçamento, vem zero! São essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Amir Lando) - Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, já falaram 4, agora o Ministro teria de falar.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Deputado João Magno, trocando com o Leonardo, pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para fechar o primeiro bloco, concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de maneira didática, tivemos a oportunidade de assistir à exposição do Ministro Guido Mantega. S.Exa. analisou os aspectos, os detalhes, explicitou eventuais dúvidas seja na área do Orçamento, da lei orçamentária, seja do Plano Plurianual de Investimentos.

S.Exa. mostrou com realismo a disponibilidade nas atuais circunstâncias. Ninguém pode fazer milagres em termos de orçamento. Temos uma receita que está visível como fonte e que chega a um valor global de 400 bilhões. Desses, 60 bilhões são repasses obrigatórios aos Estados e Municípios. O que nos resta? Trezentos e quarenta bilhões. Desses, 124 estão comprometidos com a Previdência e mais 117 como amortização e pagamento de juros da dívida. São 2 pontos que, de certa forma, encurtam a capacidade de investimento. Mais que isso: encurtam o Orçamento. Os demais Ministérios não dispõem de todas as ações de governo mais de 100 bilhões.

Vamos ter capacidade de inventar ou até de visionar? Como podemos alvitrar novas fontes de receita? Isso é impossível. Não vamos aumentar a carga tributária nem criar um imposto novo, nem, de maneira escamoteada, aumentar 1% da carga tributária ao ano.

Como Relator-Geral do Orçamento tive oportunidade de trabalhar diretamente com o Deputado Alberto Goldman. Eficientíssimo na condução da Comissão de Orçamento, rigoroso, muito rigoroso, como quer o nobre Deputado, na condução, sobretudo do tempo, na tramitação. Aquele foi o momento em que realizamos inclusive inovações importantes: pela primeira vez, consignamos recursos para o salário mínimo com previsão no Orçamento. Acho que o grande ganho naquele momento, nobre Deputado Goldman, foi conseguirmos o uso dos dados da movimentação financeira da pessoa física e jurídica para fins fiscais.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É preciso que se registre que não houve qualquer abuso, qualquer desvio, nem perseguição política, nem uso indevido desses elementos que a Receita conquistou para controle da correta aplicação da lei tributária, principalmente verificar se estavam ou não sendo cumpridas as obrigações tributárias.

Entendo que fizemos essa inovação. Mas vejo que V.Exa. hoje, nobre Deputado Goldman — cito-o pessoalmente para elogiá-lo —, com veemência, exige mais do que se possa dar. E V.Exa. sabe mais do que ninguém das restrições que temos em termos de Orçamento, sobretudo neste momento em que vivemos uma crise — não vou repetir os indicadores macroeconômicos, porque tanto V.Exa. como esta Casa o conhecem.

Há um esforço brutal do Governo, inclusive um pedido de sacrifício à Nação, para retomarmos o desenvolvimento econômico e social. Neste momento há um esforço, um apelo, e não podemos, diante das necessidades da Pátria, negar nossa contribuição. E o Governo está exigindo que olhemos o Brasil para a frente, a fim de recuperar o desenvolvimento econômico e social, talvez no próximo exercício ou ainda no curso deste, com geração de emprego e renda, o que proporcionará a felicidade da população. Falo não de um sonho nem de nenhum espetáculo, mas da necessidade imperiosa do desenvolvimento.

Por isso, saliento que este é um PPA participativo. Foram realizadas 27 audiências, uma em cada Estado da Federação, onde a sociedade civil, os Governos Estaduais, as Assembléias, as instituições públicas, os Prefeitos foram ouvidos.

Estão aí as particularidades do PPA que fogem um pouco das generalizações a que estávamos acostumados. É evidente que podemos alterar a quantidade, é uma demanda geral, para facilitar a execução. Há artigos neste particular que precisamos estudar, para desobstruir o caminho do PPA e torná-lo mais flexível. Vamos examinar tudo isso. É essa a soberania absoluta do Congresso representada nesta Comissão Mista.

Nobre Presidente, não estamos aqui no espetáculo do jogo do contente que se imagina. Pelo contrário. Estamos no jogo do sacrifício, do realismo, das dificuldades que assombram o País. Nesse esforço geral, todos nós, da Oposição e do Situação, usando inclusive a grande imantação popular, buscamos um país que realmente olhe para dentro, que conquiste o mercado interno, enfim, que seja do povo brasileiro. Somos mais de 175 milhões de pessoas. Na medida em que incluirmos os que formam essa grande massa de exclusão social, vamos, com absoluta certeza, aumentar nossa capacidade de mercado, de gerar bens, de gerar o futuro, proporcionando felicidade a todos. Será, sobretudo, um sonho realizado. Planejar é inventar o futuro. Todos juntos temos de sonhar, para que o sonho se torne realidade. E vamos, inventando o futuro, buscar a felicidade, o idealismo, que é o que tanto o PPS como a lei orçamentária fazem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Começarei respondendo às indagações do Deputado Claudio Cajado, que não está mais na sala.

Indaga S.Exa. sobre a questão do horizonte estabelecido no Plano Plurianual. De fato, procuramos estabelecer uma estratégia de longo prazo, um horizonte de longo prazo, e coordenar as ações de governo nessa direção.

O País não pode viver pensando somente no curto prazo, como viveu durante muito tempo, pensando apenas no dia-a-dia. Temos de ter perspectiva de longo prazo, para orientar a Nação, os investimentos, os esforços do setor privado, do setor público, para obtenção de determinados objetivos de longo prazo. E procuramos reintroduzir isso no País com o Plano Plurianual.

O Plano Plurianual é um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Estamos reintroduzindo o planejamento que há muito tempo estava afastado do País.

O Deputado diz que os recursos próprios que estão alocados no Plano Plurianual para o ano de 2004 são de 7 bilhões de investimentos. De fato, S.Exa. tem razão. É uma cifra pequena em termos de capacidade de investimentos, mas ao longo dos próximos anos do Plano Plurianual esses recursos estão crescentes porque a situação fiscal vai melhorar, a partir do próprio crescimento do País e não a partir de aumento de tributos. É o crescimento que cria um círculo virtuoso, aumenta os recursos que o Estado tem disponíveis para fazer investimentos nas áreas de infra-estrutura e social.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Além disso, nesse plano de longo prazo estão previstos investimentos e atração de investimentos do setor privado, diante da escassez de recursos do setor público. E essa escassez vai melhorar, mas nunca poderemos chegar à situação do passado, como, por exemplo, do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, quando o Estado se dava ao luxo de responder por 13% de toda a formação bruta de capital fixo, ou seja, 13% dos mais de 20% de investimentos. Não há mais essa possibilidade. Então, o Estado tem de desenvolver mecanismos para atrair o setor privado.

Quando colocamos no Plano Plurianual a possibilidade de parcerias com o setor privado, a idéia não saiu da nossa fértil imaginação, nem dos nossos técnicos. Fizemos contatos com o setor privado, consultamos entidades de classe — a ABDIB, a FIESP e outras —, que demonstraram interesse, sim, em participar de projetos como construção de rodovias, construção de hidrelétricas e obras de infra-estrutura.

Então, não é apenas o que os ingleses chamaram de *wishfull thinking*, um desejo de que haja investimento do setor privado, mas é a partir da consulta e do interesse de setores que hoje estão estagnados. O setor de construção está parado, assim como o de bens de capital. Eles recebem com grande alegria a possibilidade de realizar, em conjunto, projetos de grande magnitude. E nesse sentido estamos desenvolvendo instrumento que será muito útil para viabilizar essas parcerias: o projeto PPP — Parcerias Público-Privadas. Esse instrumento será encaminhado a esta Casa, em breve, e possibilitará um raio maior de parcerias com o setor privado. As obras, os projetos que não têm rentabilidade própria no primeiro momento, e o Estado tem de viabilizá-las, adquirirão capacidade de rendimento próprio e passarão a caminhar com seus próprios pés.

Com isso, poderemos atrair o setor privado, ampliar o raio de ação do Estado, indicar projetos — em áreas em que o mercado não faz essa indicação, será um instrumento muito útil.

Quanto à questão do salário do servidor público, estamos prevendo no Orçamento de 2004 um aumento de gastos na folha de pagamento da ordem de 5 bilhões e 400, se não me engano, que servirão para cobrir as despesas adicionais. Isso já engloba reestruturação de carreiras, aumento salarial, outros benefícios que estão sendo negociados com os próprios servidores.

Neste ano, instituímos uma comissão permanente, um canal permanente, composta de representantes dos trabalhadores e dos sindicatos. Pela primeira vez há um diálogo entre Governo e trabalhadores. Outros governos não abriam nenhum tipo de diálogo. Os servidores sentam-se com uma comissão de representantes dos Ministros e discutem os benefícios que poderão ser-lhes concedidos, tais como reestruturação de carreiras, realização de concursos, fortalecimento da profissão. É nesse fórum que será discutido o aumento dos servidores. Então, não posso antecipar nada e queimar uma discussão muito produtiva, que já está sendo realizada. Há recursos para conceder aumento aos servidores, mas depende da alocação entre benefícios de fortalecimento da carreira, área de saúde, de alimentação e o aumento de salários propriamente dito.

“Há uma suposta redução de investimentos no Nordeste?” Não há essa redução. O Deputado tomou como base a lei orçamentária de 2003 e não os recursos efetivamente disponíveis. S.Exa. comparou 2004 com 2003, tomando como base a lei orçamentária de 2003, cujos recursos não existem, porque uma parte foi contingenciada. Então, os recursos disponíveis são os da lei menos o contingenciamento. Esses são os recursos realmente despendidos no Nordeste neste ano — não só no Nordeste, como em outras áreas. É esse o parâmetro que tem de ser comparado com os gastos a serem efetivados em 2004, que são superiores para o Nordeste e outras áreas carentes do País.

O Deputado Vignatti menciona a importância do detalhamento do PPA, de forma a permitir visualizar mais facilmente as demandas da sociedade. De fato, Deputado, posso afiançar que foi mais ampla possível essa consulta à sociedade brasileira, que, pela primeira vez, encontrou canais de participação, o que é difícil. V.Exa. imagina realizar consultas, num país como o Brasil, que é continental, enorme. Realizamos 27 fóruns regionais, dos quais todos os Ministros participaram, todos foram escalados para participar. Portanto, o Governo participou. Em outros Planos Plurianuais o próprio Governo não participava. Os Ministros do Planejamento e da Fazenda faziam os planos e os outros ficavam sabendo



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

depois. Os Ministérios participaram de todos os fóruns, discutiram intensamente. Portanto, estão envolvidos.

O importante de se fazer uma consulta ampla é que não é um plano do Governo. É um planejamento da sociedade, que vai participar, cobrar a aplicação dos recursos. É, portanto, um grande avanço nos instrumentos democráticos de participação do País.

As prioridades sociais são nítidas no programa. Mesmo que haja poucos recursos, eles foram alocados prioritariamente na área social, na área de saúde, educação, etc.

Se a nossa estratégia econômica for bem-sucedida, teremos mais recursos ainda no futuro. Estamos fazendo todo esforço para viabilizar um crescimento vigoroso da economia brasileira. Há uma preocupação de aumentar a nossa participação no mercado externo para diminuir a nossa vulnerabilidade, que é o nosso flanco, o nosso ponto frágil, ao longo de todos esses anos, que nos submeteu a crises internacionais.

Mas isso não exclui o fortalecimento do mercado interno. Pelo contrário. Criar um mercado de massa no País é uma meta muito importante. Estamos fazendo um conjunto de ações de governo, de modo a criar um mercado de massa, que dará vigor a um novo modelo econômico. E nós já estamos tomando medidas para fortalecer o consumo das famílias de baixa renda, da pequena e média empresa e assim por diante.

De fato, estamos tentando um novo marco econômico no País, que vai viabilizar, sim, a compatibilização entre estabilidade e crescimento. Não há incompatibilidade. A questão de que não se pode crescer muito senão vem a inflação foi apresentada pelos liberais. Depende da situação. Há situação em que não se cresce, gerando-se somente inflação. Então, não há nenhuma incompatibilidade. É claro que, para isso, é preciso tomar as medidas certas, fazer o saneamento adequado, controlar a inflação em bases sólidas. Com isso, será possível crescer e ao mesmo tempo manter a inflação sob controle.

O Deputado Eduardo Valverde também mencionou a importância de reintroduzir o planejamento de longo prazo. O Brasil é um país de longa tradição de planejamento, que no período neoliberal foi abandonada, o que trouxe prejuízos ao País. Foi o período em que houve menos crescimento. Podemos questionar o planejamento passado, dizendo que era intervencionista, que os militares faziam um monte de besteiras e tudo o mais. De fato, há várias críticas a serem feitas. Mas foi muito mais eficaz do que o período posterior, em que o País deixou de fazer planejamento, deixou de crescer, deixou de se desenvolver.

O novo planejamento é moderno, tem a participação da sociedade, é descentralizado, respeita a natureza federativa do País, tem a participação dos vários níveis de governo. Isso significa, sim, reorganização do Estado. Estamos reorganizando, reestruturando o Estado, que se havia deteriorado no passado, havia sofrido um processo de esvaziamento. O Estado tem que ser forte. Ele não precisa ser grande, mas tem de ser forte, de modo a exercer o seu papel: fazer planejamento, combater as desigualdades sociais e as desigualdades regionais, porque isso o mercado não faz. Tem que haver a mão do Estado para fazer isso.

Em relação à poupança interna, o senhor examinou a série de poupança interna que apresentamos. Concorde que é até meio conservadora, e que se pode ter um nível de poupança interna maior do que a que os técnicos colocaram na mensagem, e que a meu ver é modesta. Procuramos ser mais comedidos. É melhor ser mais modesto para depois conseguir um patamar maior. Temos a possibilidade, sim, de aumentar consideravelmente a poupança interna. Os fundos complementares são importantes para isso. Outras ações também estão sendo pensadas no âmbito do mercado de capitais, como a criação de fundos específicos de financiamento. Vamos dinamizar o mercado de capitais e amplificar a poupança interna. A poupança interna tem que predominar em relação à poupança externa, invertendo o modelo que predominou no passado. Isso é perfeitamente possível.

Quanto à questão dos povos indígenas e da sustentabilidade da Amazônia, vários fundos estão sendo criados no Orçamento para beneficiar essa região do País. Para atendimento aos povos indígenas, há recursos de 188 milhões previstos no Orçamento. E para demarcação e meio ambiente, 63 milhões. Além disso, essas áreas serão beneficiadas pelas ações que o Governo está planejando. Para a área norte do País, que possui muitos povos indígenas ainda, e para a região amazônica, há várias ações. Não tenho tempo para descrevê-las, mas nessa região muitos habitantes não têm energia elétrica. Há o plano de eletrificação, que vai levar energia elétrica para a maioria dos domicílios ao longo de 3 ou 4 anos. Haverá também o fornecimento de água, de meios de comunicação, etc. Várias



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

rodovias e ferrovias serão construídas nessa região, o que beneficiará esses povos que o senhor mencionou.

O Deputado Alberto Goldman fez algumas ponderações, dizendo que o Ministro Pedro Malan era mais ousado do que eu ou o nosso Governo. Devo reconhecer, Deputado, que o senhor tem razão. Ele era mais ousado. Precisou de muita ousadia para manter o câmbio fixo no País engessado ao longo de 4 anos. Precisou de muita ousadia para duplicar a dívida pública brasileira, que saiu de 30% para 60% do PIB, quase quebrando o Estado brasileiro. Em relação à taxa de juros, então, nem há comparação. A ousadia dele era muito maior do que a nossa. Dou mãos à palmatória aqui, porque ele praticava taxas de juros de 40%, 50% e 60%. Foi o período em que o Brasil praticou os maiores juros da terra. Ele nos deixou ainda, de saída, um...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Agora já estão ganhando.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não estamos ganhando não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, V.Exa. terá direito a falar depois.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Recebemos de presente uma situação de quase moratória. O Brasil estava, no ano passado, à beira da moratória. Não fomos nós que criamos a moratória. Então, diria que realmente me curvo à ousadia dele, que foi muito maior. Ele fez ouvidos moucos a todas as críticas da Oposição sobre essas questões.

A respeito do câmbio fixo, nós nos cansamos de dizer que era um equívoco, desde 1994, quando essa modalidade foi adotada. Dissemos que isso ia nos levar a crises sucessivas. E, no Brasil, houve pelo menos 5 crises em razão dessa ousadia cometida por um governo que voltou as costas para a questão da vulnerabilidade externa. Naquele tempo, dizia-se que quanto maior o déficit de transações correntes, melhor para o País. É um absurdo, um disparate dito com ousadia por ele e por aquele outro, Presidente do Banco Central, que também era tão ousado quanto o Ministro Pedro Malan. Talvez mais ousado ainda, porque às vezes o Ministro Pedro Malan se escondia atrás do Presidente do Banco Central.

Não queria olhar para o passado. Não fiz nenhum comentário a respeito aqui. O senhor percebeu. Não tratei de 2002. Temos que olhar para a frente. Erros foram cometidos. Vamos deixar isso para lá, porque não resolve nada ficarmos relembando esse passado, aliás de triste memória, em que a economia brasileira cresceu à taxa baixíssima. Foram 8 anos de taxas ridículas de crescimento, talvez as menores da história do País, graças a essas ousadias cometidas, que estamos tendo de consertar.

Tivemos, sim, a coragem de aumentar a taxa de superávit primário. Não é algo fácil de fazer. Precisou de ousadia sim. E não foi o Fundo Monetário Internacional que nos impôs isso. Decidimos fazê-lo, para poder dar um fim a esse desequilíbrio que estava se formando na economia brasileira.

Mas nem o combate à inflação foi bem-feito neste País. Todo mundo dizia: "*Não, pelo menos conseguiu estabilizar*". Conseguiu estabilizar coisa nenhuma. Estávamos com 30% de inflação no fim do ano passado. Que estabilidade é essa? Então, nem crescimento nem estabilidade.

Realmente não gostaria de olhar pelo retrovisor. Vamos olhar para a frente. Os erros foram cometidos — repito —, mas vamos tentar saná-los e criar as condições para que este País retome o crescimento em bases sólidas, sem inflação.

E o senhor me desculpe. Fomos muito ousados sim. Houve as taxas de juros elevadas que tivemos de praticar para poder apagar esse incêndio com o aumento do superávit primário. São medidas evidentemente impopulares que tivemos de tomar e que deram um resultado surpreendente. Mostramos os dados em relação à essa questão.

Quanto ao Plano Plurianual, que ele é um conto de Pollyanna, acho que o senhor deve ter lido esse conto durante o Avanço Brasil. Então, está confundindo os planos. Durante o Avanço Brasil, de fato havia um conto de Pollyanna, porque foram apresentados projetos que não foram realizados. Então, garanto a V.Exa. que fizemos um programa mais modesto. Embora o número seja de 1,87 trilhão, é preciso deflacionar. Afinal, esse plano Avanço Brasil é de 2000. Os números são de 1999 e de 2000. Então, é preciso deflacionar. Quando o senhor olhar projetos de infra-estrutura e de participação no setor privado, verá que os nossos números são menores do que os que estavam no Avanço Brasil.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Garanto aos senhores, e verificaremos isso ao longo dos próximos anos, que boa parte do que está posto é exeqüível. Não colocamos nada que não possa ser executado. Podemos nos encontrar futuramente e dizer que há cerca de 20 milhões de analfabetos, que serão beneficiados por programas que já se estão iniciando. Com os recursos que existem, temos condição de realizar educação. Quando falamos em 100% de erradicação significa que se atingirmos 97%, há uma margem de 3% que será impossível ser atingida. Essa porcentagem está dentro dos conceitos internacionais em relação a países emergentes. É possível, sim, erradicar ou eliminar mais de 90% do índice de analfabetismo.

Existem programas de erradicação do analfabetismo que contam com o apoio da iniciativa privada, que está sendo chamada e é responsável pela execução de parte desses programas. Não é nenhuma meta ilusória que estamos estabelecendo.

A erradicação da fome também é possível. Não é possível a erradicação da pobreza. Não se pode tirar 50 milhões de pessoas da linha de pobreza, que corresponde à população de todo um país. Daremos atendimento a 50 milhões de pessoas com algum tipo de programa social que elevará o padrão de vida e garantirá a alimentação. O básico é a alimentação. As pessoas terão recursos para se alimentar. Se será 100% ou 99% não sei. Existe margem de erro. Mas o Programa de Transferência de Renda e Inclusão Social terá recursos para atender a 11 milhões e 400 mil pessoas. As contas já estão feitas. Poderá haver frustrações. As metas serão atingidas, se conseguirmos promover o crescimento sustentado e se a taxa de crescimento for da ordem de 3,5%, 4,5%. Projetamos taxa menor do que o Avanço Brasil. Podem verificar que a projeção era maior no Avanço Brasil.

Acreditamos que isso seja possível. Não é obra de ilusionismo. É realista. Teremos de ter um pouco de ousadia para estabelecer essa meta e persegui-la. E vamos persegui-la de todas as maneiras.

A auto-suficiência em petróleo é perfeitamente possível com os investimentos que a PETROBRAS está fazendo. São favas contadas. A PETROBRAS tem capacidade de investimento de 7 bilhões de dólares anuais. Fará novas unidades de refino. Esse plano é bastante realista. Foi modesto. Poderíamos ter incluído novas cifras. Conversamos com o setor privado, que está disposto a participar. É parceiro no crescimento e está interessado que o plano dê certo e que o crescimento seja implantado no País.

Quanto a eventuais despesas que não dispõem de recursos, posso dizer que fizemos o Orçamento com base no projeto de reforma tributária que conhecíamos, não com dispositivos criados e adicionados ao longo do tempo. De fato, o Fundo de Compensação dos Estados não está posto.

A COFINS já estava prevista no substitutivo. A CIDE não estava prevista. Procuramos, na medida do possível, colocar no projeto de lei as receitas condicionadas à reforma, mas que eram conhecidas. As que não eram conhecidas teremos de alocar agora. É um trabalho conjunto do Parlamento com o Executivo. Faremos esforço para a acomodação dessas receitas.

Com relação às sentenças judiciais, que na verdade são ações, nós já temos ações contrárias a elas. Já há ações nossas em curso para anulá-las, porque elas não têm efeito. Por isso há possibilidade de anulá-las. Precatórios já foram pagos. Então, é fácil anular esse tipo de questão.

No que diz respeito ao salário mínimo, o Presidente cumprirá sua promessa. S.Exa. não disse que a iria cumprir nos 2 primeiros anos. Portanto, ainda há 4 anos para cumpri-la. Não vamos nos antecipar.

Nos primeiros anos tivemos menos possibilidade de aumento, pelas dificuldades que todos sabem. Nos próximos anos, os aumentos serão maiores. Não há nada que nos faça acreditar que isso não será cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - V.Exa me confirma a figura da Pollyanna. O salário mínimo foi confirmado agora. Realmente não foi em 4 anos. Não precisava ser nem no primeiro nem no segundo ano. O primeiro ano 2, segundo ano zero, terceiro e quarto anos teremos aumento real de 100%. Só pode ser efeito de Pollyanna. Esse efeito está confirmado até no Orçamento, que afirma que este ano teremos aumento do PIB de 1,8%.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Era a imagem que se tinha. O IPEA anunciou a previsão de 0,5% do aumento do PIB para este ano. Os números estão aí e demonstram o irrealismo disso.

O PT passou 4 anos atacando o Governo anterior, porque o superávit primário era de 3,25%, 3,5%, 3,75%. Ouvimos esse ataque durante 4 anos. Os senhores agora apresentam 4,25%. Fomos atacados não porque estávamos com números baixos, mas porque estávamos com números altos, porque o superávit era muito grande. V.Exa. chega e impõe número mais alto. O mínimo que se pode exigir é coerência com o discurso de todos esses anos que ouvimos dia e noite, de todos os Parlamentares, genericamente.

O Orçamento é uma suposição, é uma previsão. Não vejo como é possível sequer fechar o Orçamento este ano. Como nós, da Comissão, fecharemos o Orçamento diante dos compromissos assumidos pelo Governo na reforma tributária com o aumento de despesas? O Deputado Gilmar Machado disse que é para o ano que vem. Mas não foi esse o acordo feito aqui. A previsão da aprovação da reforma tributária é para este ano e para aplicar o ano que vem. Não é para aplicar em 2005, mas em 2004. A Lei Kandir estabelece 3,9%. Ela não é de hoje e estará em vigor, salvo engano, até 2005. Há 3,6 bilhões ou 3,9 bilhões que não foram incluídos. Como será possível fazer esse Orçamento? Ele não existe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Deputado Alberto Goldman, em relação ao superávit primário praticado pelo Governo anterior ele era inútil. O Governo praticava superávit primário alto, mas depois quebrava as contas do Estado com juros fantásticos. Era inútil, era um esforço que o País estava fazendo. Criticávamos o Governo por isso. Agora, sim, fazemos superávit primário e ajuste fiscal rigoroso para libertar a política monetária. O Governo anterior fazia política fiscal mais ou menos rigorosa, que não segurava a situação e, ao mesmo tempo, fazia uma política monetária rígida. Atirava em várias direções. Uma coisa anulava a outra.

Este Governo começou fazendo política fiscal rigorosa, tendo em vista o quadro dramático em que se encontrava o País, a fim de mudar a política monetária. Temos de diminuir a taxa de juros até um nível compatível com o crescimento. Dessa forma, ficará evidenciada a diferença de estratégia de política econômica que estávamos fazendo. A nossa política de superávit primário não impede o crescimento econômico. A política anterior impedia, colocava um freio no crescimento econômico, o que não haverá agora.

Quanto ao salário mínimo, havia 4,8 bilhões, e a despesa da Previdência com o aumento de 20% cresceu 9 bilhões. Portanto, não eram suficientes. Posso garantir que haverá aumento de salário real este ano sim. Não deverá ser expressivo, porque existem limites, claro, mas encontraremos os recursos no momento adequado, tendo em vista o comportamento da receita e da inflação, o que poderá facilitar. O Presidente Lula vai cumprir essa promessa.

No que se refere à Lei Kandir, de fato continua em vigor, mas não estabelece valores. Então, o valor pode ser zero. O valor até 2003 é de 3,9 bilhões, para 2004 pode ser zero. Não foi estabelecido valor.

As emendas da reforma tributária colocaram de fato o problema, que vamos ter de absorver, de aumento de despesas. Em conjunto com o Parlamento vamos encontrar uma maneira de melhor adequá-las.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento e parabênz ao Ministro Guido Mantega e toda a equipe econômica do Governo Lula pelo controle da crise, pela queda da inflação e pela confiança nos setores da sociedade.

Assumimos o Governo com o País em uma crise profunda, mas houve queda no Risco Brasil. Isso demonstra a diferença e a proposta do nosso Governo de acertar tanto na política econômica como no planejamento.

Destaco a forma como foi elaborado o Plano Plurianual — PPA: permitiu a participação popular. Houve realização de seminário no INESC com a participação de mais de 300 entidades do movimento social e popular; houve plenárias estaduais. No meu Estado, Minas Gerais, tivemos oportunidade de participar tanto da plenária geral como de



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

plenárias específicas setoriais, nas quais discutimos e demos contribuição para elaboração do Plano Plurianual.

No início da reunião, na parte da manhã, elaborei pergunta relacionada à reforma tributária. Minha preocupação era a influência da reforma tributária no Orçamento que estamos discutindo e iremos aprovar até o fim do ano. Das perguntas dos Deputados que me antecederam e das explicações de V.Exa. tirei várias dúvidas. A minha pergunta está respondida. Mas, se V.Exa. quiser, poderá completá-la.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento V.Exa. pelo empenho na realização deste debate, enriquecido pelas explicações do Ministro Guido Mantega.

Sr. Presidente, estava questionando a posição do PSDB e do PFL em criticar este Governo. O que é um período de 8 meses diante de uma realidade de 8 anos?

Não vou citar a questão crônica do câmbio e endividamento do País, tanto interno quanto externo. O mais crônico foi que este País não foi governado, não conseguiu resolver seus problemas. Foi presidido nos eventos internacionais. Este País conheceu seu Presidente nos eventos internacionais, através da televisão. Não o conheceu andando pelo interior do Nordeste, sobretudo do Piauí, e pelas regiões que vivem problemas crônicos. O PSDB e o PFL terão de fazer mea-culpa perante a população e não para nós.

Sr. Ministro, não estou aqui para bajulá-lo, até porque tenho algumas considerações críticas.

Quero saber qual é o real Orçamento. Não um orçamento ilusório. O extremamente importante para esta Comissão é começar pelo debate do PPA.

Espero que a proposta orçamentária para o próximo ano passe por amplos debates com a sociedade, sobretudo no que se refere à área de investimento.

Nós, do PT, valorizamos o Orçamento Participativo. Sabemos que não é um Município, não é um Estado, mas a União, e que cabe, ainda assim, o debate com a sociedade, a fim de captar seu anseio.

A equipe de V.Exa. tem desenvoltura, capacidade para se sentar com a população para explicar-lhe a técnica de formulação de um orçamento. A sociedade tem anseios e problemas diários.

Gostaria de fazer um apelo a V.Exa. em relação ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. Tive de ausentar-me quando o Senador Paulo Octávio usava da palavra, porque fui dar uma entrevista fora da Câmara.

Na reunião entre V.Exa. e a bancada do Distrito Federal foi entregue uma planilha. Não sei se ela está correta, porque foi feita outra planilha e identificada variação da receita corrente líquida na faixa de 18,82, se não me engano, quando foi corrigido em 13%. Nos meus cálculos, confere com o relatório preliminar da Comissão, é na ordem de 200 milhões. Para o senhor ter idéia, havia sindicalistas ouvindo a sua exposição. Hoje os professores têm uma assembléia para deliberar sobre a greve. Então, o posicionamento, o mais rápido possível, do Ministério do Planejamento será decisivo para nós.

Sr. Ministro, diante da recente crise que a Argentina viveu de restabelecimento de relações com o Fundo Monetário Internacional, há possibilidade de essa negociação refletir nos próximos entendimentos do Brasil com o FMI?

O Governo, neste momento, retoma a valorização das suas empresas estatais não apenas no que diz respeito aos números de investimento, mas a uma política voltada à soberania nacional, sobretudo nos setores energético e petrolífero do País. Como o Ministério focaliza a retomada dos investimentos das empresas estatais brasileiras?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Sr. Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acompanhei atentamente a exposição do ilustre Ministro e vi que, pela primeira vez, temos, como já era esperado, inovações precisas, um orçamento caracterizado por um modelo de governo, por uma opção de governo, pela qual a sociedade brasileira trabalhou tantos anos para conquistar. Tanto o Orçamento quanto o PPA têm sido trabalhados numa linha



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

realista. Tive uma pequena experiência no Poder Executivo e sei o que é trabalhar com planejamento. Todo e qualquer planejamento tem uma rota, mas não se pode prever as tempestades que ocorrerão nela. Portanto, trata-se de peça que demanda margem adequada de flexibilidade.

Lamento que o Deputado Alberto Goldman, do PSDB, não se encontre neste plenário, porque S.Exa. tomou um tempo grande com o jogo da Pollyanna. Parece que S.Exa. desistiu de si próprio, no tempo do Governo do PSDB, para tentar colocar no Governo que estamos construindo. Buscamos precisar essa história do jogo do contente dentro de uma realidade, tanto no Orçamento quanto no PPA, trabalhar num espaço de terra arrasada — podemos dizer dessa maneira —, apontar um rumo para tirar o País dessa situação caótica, a curto prazo, e apontar, para médio e longo prazo, soluções concretas para os problemas que herdamos, que não são tão simples.

Sr. Presidente, lamento que alguns Deputados tenham usado 10 minutos do tempo e, inclusive, que tenham reaparteado fora de hora e de ordem. Fiz uma questão de ordem, pedindo rigor. Serei breve, para não nos afastar da ordem adequada.

Ao Deputado Alberto Goldman, gostaria de dizer que essa história da Pollyanna deve ser aplicada ao que o Governo anterior fez nos últimos 8 anos em termos de infra-estrutura. Peguemos, por exemplo, as estradas federais, a situação de estrangulamento, precariedade, abandono e ausência de investimentos. Minas Gerais, que tem a maior malha rodoviária do Brasil, hoje está numa situação de perigo constante por falta de investimentos em infra-estrutura. A dívida, nesse período, saiu de 50 bilhões de dólares e foi para 700 bilhões. É ela que joga o Brasil no desemprego, na recessão. Agora, estão querendo que em 8 meses, 9 meses resolvamos tudo, num passe de mágica.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Deputado, ainda são reais, não são dólares.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. ainda está aqui. V.Exa. falará no horário adequado.

Inclusive observei o tom sarcástico com que foram feitas as considerações, porque, na verdade, elas encobrem o que está dentro, o conteúdo verdadeiro daquela história. Estamos na outra rota e não temos a presunção de dizer que estamos fazendo tudo certinho. Sabemos que vamos fazer algumas coisas que muitas vezes têm a ver com a limitação da mão humana, mas o que importa é que o rumo que estamos adotando é coerente. Se examinarmos a repercussão desse rumo diante do povo brasileiro, se avaliarmos a pessoa do Presidente Lula e o seu governo, veremos que o povo está sendo generoso conosco nas pesquisas de opinião e nos resultados concretos apontados.

Por isso quero dizer que, além da questão da dívida há a adequação do Estado brasileiro à exigência neoliberal, cuja responsabilidade é de autoria do PSDB. Vejamos pelo crivo moral a bandalheira que foi o resultado dos processos de privatização...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Magno, vamos nos ater ao tema da reunião, ou então seremos Pollyannas aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite, este é um debate interessante. Temos que mostrar a outra face da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado, trabalhamos pensando no amanhã. O que passou, acabou, não volta mais.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Mas é importante não perdermos a referência da história, Sr. Presidente. Senão, anula-se tudo o que aconteceu 8 anos atrás e passam-nos uma responsabilidade que não tivemos. Também cometemos erros quando éramos Oposição. Não quero eximir-me de eventuais falhas cometidas pelo Partido dos Trabalhadores, mas quero apontar para o fato de que o caminho que estamos desenvolvendo, o planejamento que o Dr. Guido Mantega está apresentando é realista, preciso e inovador; tem a participação do povo nas discussões, o que coroa, neste exato momento, a força de um governo, a força de um modelo. Isso é uma conquista da sociedade brasileira.

A aprovação que se está apresentando não é artificial, não é simplesmente retórica ou resultado de algum esforço de *marketing*. O povo brasileiro sente a segurança de um novo rumo no Governo Lula ao acompanhar a cotação do dólar, como foi dito nessa exposição. O dólar, que hoje está cotado a 2,90 reais, estava cotado a 4 reais. O Risco



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Brasil, que alcançou 2.500 pontos, desceu para 655 pontos. O ilustre Deputado Alberto Goldman tenta nos responsabilizar pela bancarrota do processo eleitoral que tentou eleger o Serra, o que era uma química impossível porque o modelo do candidato do PSDB estava exaurido pelas próprias contradições e falhas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Magno, o tempo de V.Exa. está se esgotando.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, faço minhas considerações finais e agradeço a V.Exa. pela paciência. Esperei 4 horas para ter esse direito.

Ilustre Ministro, é importante estarmos atentos à questão da infra-estrutura. Talvez seja esta, depois da recessão e do desemprego, uma das questões mais graves que o Brasil está enfrentando hoje.

É urgente construir e reparar as estradas brasileiras. Minas Gerais tem 22% de toda malha rodoviária brasileira, a situação é gravíssima. Peço-lhe atenção especial para a duplicação da BR-381, que vai de Belo Horizonte a Governador Valadares. O Ministro Anderson Adauto anunciou o edital de licitação para elaboração do projeto técnico e é essencial que este eixo seja integrado, ligando Belo Horizonte à rodovia Rio/Bahia. Hoje essa é a estrada que mais mata e inibe o desenvolvimento econômico não só em Minas, mas em todo o Brasil.

Notei um crescimento muito modesto na parte de infra-estrutura, embora saiba que corresponde à realidade. É preciso olhar esse problema com muito carinho, especialmente para o ano de 2004, de forma a alavancar os recursos necessários. Pesquisas de vários órgãos que lidam com estradas federais demonstram que essa estrada é vital para o desenvolvimento econômico do Brasil e é onde mais ocorre acidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Srs. Componentes da Mesa, Sr. Ministro, cumprimento V.Exa. pela exposição. É uma satisfação estarmos aqui para interpelá-lo sobre alguns assuntos que nos afligem.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não falarei do passado, mas do presente. Espero que esse superávit de 4,25% do PIB, que gerou a queda da produção industrial e do consumo e a perda de postos de trabalho, todo esse grave quadro que vivemos hoje, não se repita e não se agrave no futuro.

Minha maior preocupação neste momento é a intenção do Governo de unificar os programas sociais. O Governo tem manifestado reiteradas vezes a necessidade de integrar e estabelecer uma coordenação para esses programas. Além disso, V.Exa. diz que não podemos comparar o Orçamento deste ano com o do próximo ano, porque grande parte dele está contingenciada. Fica difícil fazer comparação com outro ano. Sabemos que, embora contingenciado o orçamento, e espero que esta não seja a norma, ao chegar ao fim do ano este Governo, que se diz inovador, atropelará esta Comissão com um conjunto de projetos de leis para ser votado, levando-nos a perder a perspectiva do que realmente foi gasto neste ano.

O Programa Fome Zero, que na minha opinião vem substituir o Projeto Alvorada, integra assistência social, saúde, educação, habitação, saneamento e organização agrária. Chama a atenção o fato de que 51% desses recursos não estão regionalizados em 2004, e o partido de V.Exa., nesta Comissão, sempre teve essa preocupação. Entendemos que a descentralização é vital para a eficácia dos programas. Comparada ao ano passado, houve expressiva concentração desses recursos, que era de 37%, não permitindo dessa forma a regionalização tão reivindicada. Paralelamente, percebemos nesse conjunto de ações uma queda no Nordeste da ordem de 15%; no Sudeste, de 8,7%; e no Sul, de 8,8%; exceção feita ao Centro-Oeste, que permanece da mesma forma.

A segunda pergunta diz respeito ao Programa Fome Zero. Fica difícil para todos nós Senadores e para mim especialmente, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, acompanhar o desempenho do Programa Fome Zero, uma vez que nem no PPA nem na peça orçamentária existe qualquer indicação ou rubrica que se refira aos programas que o integram. A propósito, auditoria recente do TCU recomenda a necessidade de o Poder Executivo identificar no PPA 2004/2007, em rubrica orçamentária própria ou em quadro



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anexo, cada uma das ações que mantêm correlação com o programa. Gostaria de saber se V.Exa. conhece essa recomendação do TCU e se a mesma foi atendida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sr. Ministro, tenho algumas observações a fazer sobre as diferenças citadas das verbas sem cobertura no Orçamento. Sei que V.Exa. já respondeu, vou deixar de mencioná-las, para não ser repetitivo.

O § 2º, do art. 5º, do texto da lei do PPA diz o seguinte: *“Cada projeto de lei de revisão anual acrescentará, a título de informação, um novo exercício físico financeiro à projeção plurianual”*. O que isso quer dizer? Que vamos votar o PPA do futuro mandato? O PT pretende fazer um PPA para o segundo mandato e já deixá-lo votado no Congresso? Gostaria de obter um esclarecimento sobre essa questão.

Há uma referência à distribuição de 2,4 milhões de uniformes para alunos carentes do ensino fundamental. É uma meta interessante. Gostaria que V.Exa. explicasse a lógica dessa nova proposta que se agrega às tarefas do Governo.

Em relação à questão da saúde, também já amplamente debatida, não vou insistir. A meta de redução do déficit habitacional em 25% para 2007 significa financiar 1,2 milhão de habitação. Regularização fundiária para população de baixa renda de 780 mil títulos. Não estou entendendo essas metas como compatíveis com as dos próprios Ministérios. O Ministério das Cidades não tem, na sua projeção própria, viabilização de recursos necessários para isso. Eventualmente, V.Exa. poderá estar pretendendo usar as companhias estaduais de habitação, mas gostaria de um esclarecimento sobre essa meta apresentada.

Quando V.Exa. fala de micro e pequenas empresas menciona *“apoio e incentivo a arranjos locais de 66 para 124. Aumenta a participação das micro e pequenas empresas na exportação de 10% para 20%”*. Está lógico. Isso é possível dentro de uma ação efetiva de financiamento dessas empresas. *“Aumento da oferta de crédito da microempresa em 2%, corresponde a 42 bilhões”* também é lógico. V.Exa. já comprovou que o BNDES agora está agindo com mais atenção. Não consegui entender o que se pretende dizer com *“apoio e incentivos a arranjos locais de 66 para 124”*. A meta da agricultura, safra de 150 milhões de toneladas de grãos, também considero possível de ser atingida, em função dessa capacidade de abrir novas fronteiras, mas não vejo, correspondentemente, investimentos em infraestrutura suficientes para sustentar o transporte de uma safra de 150 milhões de toneladas. A meta é incompatível com a crise advinda da atual pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, porque eles também vão exigir investimentos para seus assentamentos. Preocupa-me muito a questão da infra-estrutura. Não consegui ver recursos necessários para viabilizá-la. A área de transporte está mais razoável, embora eu também tenha diferenças, mas, devido ao adiantado da hora, não quero sobrecarregar V.Exa. com perguntas.

Faço uma consulta sobre a proposta de execução na área de auxílio à família na condição de pobreza, 2.645.500.000 reais, isso representa 8% do investimento da saúde, ou seja, 8% do investimento proposto na função saúde destina-se a combate à pobreza, a auxílio à família na condição pobreza extrema. Parece-me que há uma superposição, porque há recursos do Fundo da Pobreza alocados na área da saúde. Então, queria entender com clareza se o que se pretende é não agregar valores para não investir o percentual que a lei determina, ou se realmente o Ministério da Saúde vai tomar conta dessa questão do Fundo da Pobreza.

Em relação ao saneamento, a proposta do Executivo vem com 48 milhões para saneamento para 2004. Acho um valor extremamente pequeno, sendo que 29 milhões são para outros encargos e apenas 16 milhões para saneamento básico urbano. Então, tirei o extrato, estou realmente espantado. É um valor extremamente pequeno. Tínhamos 224 milhões no Orçamento de 2003 para saneamento, caiu para 16 milhões, o resto é para pagamento de encargos dos valores já assumidos.

Sr. Ministro, já havia consultado V.Exa. anteriormente sobre a publicação *Fundamentos da Política Econômica do Governo Lula*. V.Exa. fez uma palestra, e temos os dados desta palestra, que estamos usando sempre para comparação. Como isso foi falado



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

depois da eleição, imaginamos que já havia o desconto do entusiasmo da campanha eleitoral.

Então V.Exa. diz: *“Com relação às metas de inflação, um dos equívocos é determinar números rígidos, mirando muito baixo e achando que o Brasil pode ter taxas parecidas com as da Suíça, Alemanha ou Estados Unidos. Acontece que como País emergente ele tem mais pólos de estabilidade do que nações ricas. O próprio desequilíbrio das contas externas faz com que a taxa cambial tenda a oscilar mais do que a taxa dos países mais avançados”*.

Aqui há uma crítica que V.Exa. faz às tentativas que fizemos no Governo de Fernando Henrique, de baixar a inflação, de ter índices que chamamos civilizados de inflação abaixo de um dígito, mas V.Exa. diz que *“é um equívoco o Brasil determinar números rígidos mirando muito baixo”*.

Há uma incompatibilidade nesta visão em relação ao que está colocado no Plano Plurianual, que me parece são números de inflação civilizados.

Também quero voltar a discutir a questão dos miseráveis. O senhor diz: *“Ou seja, aproximadamente 44 milhões de pessoas sobrevivem com menos de um dólar por dia. Essa é a população que vive abaixo da linha de pobreza”*.

Todos esses receberão um novo cartão, não lembro como se chama. *“Vamos extinguir o bolsa-escola, bolsa-alimentação, PET etc. e vamos criar um novo cartão”*.

Não sei a marca de propaganda desse cartão que os senhores pretendem implementar.

Esses 44 milhões receberão esses benefícios? Há suporte no Orçamento para isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Exmo. Sr. Ministro, queria fazer rápidas perguntas, mas me sinto no dever — como primeiro Deputado a falar logo em seguida a essa magna intervenção do Deputado João Magno, que teve um tempo privilegiado e que o aproveitou bem para assacar uma série de acusações ao Governo anterior — de responder algumas dessas indagações. Peço a V.Exa. que me conceda uma pequenina parcela do tempo dado ao Deputado João Magno.

Os gráficos apresentados hoje pelo Sr. Ministro mostram com clareza que essa intervenção na economia, que precisou ser feita este ano, que fez com que as exigências do FMI fossem consideradas como frouxas, porque eles pediam 3%, 3,5% de superávit primário e foi dado 4,25%.

O compulsório obrigatório dos bancos retido foi altíssimo e a taxa de juros também chegou a valores muito altos, como preço pago não por herança maldita recebida. Os gráficos mostram muito bem que esses índices que agora estão voltando ao normal eram os dos anos de 2001 e 2002, no primeiro semestre.

O que ocorreu? No segundo semestre houve efeito em função das perspectivas de vencer as eleições um partido que durante toda a sua vida pregou o rompimento com o FMI, a moratória, a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, esse preço teve de ser pago agora para readquirir a confiança; é preço pago e não herança recebida do Governo anterior.

Portanto, ouvir hoje que receberam o Governo na antessala da moratória é algo que não tem nenhuma base científica e desmerece quem faz essas ponderações.

Temos tido sempre o cuidado de fazer crítica, pode ser até ácida, mas baseada sempre em fundamentos, no conhecimento sistematicamente adquirido. Pode ser que por isso a nossa crítica seja menos retumbante do que a do Deputado Darcísio Perondi, chamada belo brilhante Deputado Carlito de fogo amigo muito pior do que o fogo dos oposicionistas. Mas a realidade é que não podemos deixar passar críticas que não têm nada a ver com a economia desenvolvida no Governo anterior. Aliás, os gráficos mostram. Agora que se está retornando aos níveis de taxas de juros praticados no primeiro semestre do ano passado. Agora que se está retornando aos níveis de taxa de câmbio praticadas no primeiro semestre do ano passado. O câmbio explodiu no segundo semestre em função da perspectiva de ganhar o Governo, um partido que tinha feito todas essas promessas e que os brasileiros acreditavam que iriam cumprir as suas promessas, e os estrangeiros também pensaram que iria haver grande ruptura, que não houve afortunadamente.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, agora, que se volta aos patamares que eram praticados, não podemos admitir que seja dado como culpa do Governo anterior, inclusive dizer que foram pacotes amaldiçoados do Governo passado, foram embrulhos. Não houve nada disso.

Estamos hoje vivendo essa adequação e preparando-nos para o crescimento, em função, primeiro, de herança bendita da política agrícola praticada no Governo anterior, que permitiu essa explosão de passarmos, em poucos anos, de 70 milhões de toneladas de grãos para mais de 120, fruto de plantios dos governos anteriores. Este ano, não se plantou nenhum pé, a não ser a safrinha, e o Governo vai colher os louros de uma safra recorde.

Então, gostaria que as coisas fossem feitas com muita seriedade, sem imputar culpa a quem não tem. E acima de tudo baseando-se em dados, para que possamos elogiar quando o Governo merecer os elogios e criticar com base em números, em dados objetivos, aritméticos, matemáticos e não em subjetividades.

Quanto às perguntas, são muito rápidas, Sr. Ministro. O Orçamento Geral da União prevê um aumento de receita de 41 bilhões. Como vai se dar esse aumento de receita? É via crescimento da economia? Não bate com a revisão feita do crescimento do PIB deste ano, que vai ficar em menos de 1%. De menos de 1%, vamos dar um salto para 3,5% no ano que vem ou esse aumento virá de aumento da carga tributária?

Em todos os momentos, o Presidente da República e o Ministro Palocci negam que haverá aumento da carga tributária. Diz que votamos aqui autorizações para aumentar a carga tributária, que é o que foi feito nessa malfadada reforma tributária, que ganhou esse nome, mas, na verdade, é uma reforma do ICMS, e uma autorização para prorrogar indefinidamente, por todo o tempo do Governo do PT, a DRU e a CPMF, que também ficou permanente durante o Governo do PT. Vai haver aumento dessa carga tributária? Parte desses 41 bilhões advém de aumento da carga ou vem de aumento da atividade econômica?

Estou tirando a terceira hipótese, imaginando que nenhum bilhão venha de aumento da inflação. Essa hipótese, pelas suas explicações claras, está afastada. Ao que tudo indica, o Governo vai batalhar firmemente para que não haja aumento da receita via inflação.

Novamente, quero reforçar a questão de não aparecer os 3,9 bilhões da compensação pela Lei Kandir. A justificativa de que isso não tinha ainda sido votado na reforma tributária, neste caso, não é viável, não é uma justificativa que possa ser aceita, porque essa compensação já vinha sendo feita.

Agora, a justificativa que o Sr. Ministro deu de que não poderia colocar o que estava para ser votado, que seria um arroubo de otimismo já colocar no Orçamento algo que os Deputados ainda não haviam votado tem procedência e precisa ser respeitado. Não poderia se dar a essa petulância de já colocar na sua peça orçamentária algo que ainda não foi votado. Mas, em função disso, pergunto: não valeria a pena, em função de tudo que foi votado, retirar esse projeto por 15 dias, pegar toda a sua equipe, em tempo integral, ganhando hora extra até, revê-lo e nos mandar com as essas correções? Há muita coisa equivocada, que não bate. O trabalho vai ser insano para conseguir corrigir todas essas impropriedades.

Ouvimos as suas afirmações, muito ponderadas, equilibradas, sobre o que se pretende e os megaobjetivos. Um desses megaobjetivos é incentivar o setor produtivo a ganhar competitividade, a ter capacidade de aumentar a sua produção, estimular a sua capacidade de gerar empregos e renda. Mas quando se olha os números, quando passa do âmbito das idéias e aterriza no mundo das coisas, não bate. Vejam: para a nanotecnologia, a previsão é de apenas 77 milhões; para aumentar a competitividade das cadeias produtivas, 15 milhões, com “m” de milho, não é com “b” de bola.

Ora, é muito pouco. Será que vamos ficar esperando que o crescimento seja acima dos 13,5%? O que está aqui é com base em que vai crescer 3,5%. Vamos esperar 4% ou 4,5% para ter esse superávit, esse excesso de arrecadação, para poder destinar mais recursos a esses setores?

O que estamos vendo? Que não há políticas industriais, que não haverá setor estimulado, que a economia vai crescer apenas com a manipulação das variáveis básicas.

Será que vamos alcançar isso? O exemplo do agronegócio mostra que o caminho é outro. Foram dados maciços recursos para securitização das dívidas, recursos da modernização no MODERFROTA; uma fortuna investida para desapropriar 20 milhões de hectares, uma área maior do que o Uruguai, para fazer reforma agrária. Pode não ter sido



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito bem feita, será aprimorada, mas tudo isso para desafogar a pressão daqueles que querem terra, para que aqueles que estão produzindo, que são agricultores tradicionais, pudessem produzir. Portanto, fico imaginando que não vai haver nada de políticas industriais.

Para encerrar, Sr. Presidente, a última pergunta. Aqui os enganos são tantos que selecionei apenas um, porque tenho certeza de que é um equívoco, é uma coisinha de nada, pontual, depois de ter passado por esses grandes assuntos que apresentamos, como política industrial e outros assuntos.

Olhem que interessante. O PPA prevê mais recursos para fazer um anexo aqui na Câmara e um anexo no Senado do que para políticas industriais. Mais recursos para fazer o anexo V da Câmara e mais recursos para fazer o anexo III do Senado do que para nanotecnologia e para aumentar a competitividade das cadeias produtivas.

E olhem que é coisa feita certamente sem muito cuidado, mas que deverá ser corrigida. O metro quadrado de construção do prédio aqui da Câmara ficará em 360 reais; é algo modesto. O metro quadrado de construção no Senado, 1.150 reais — aqui ao lado.

Esse privilégio para o Senado é casual? Acho que essas coisas, às vezes, desmoralizam. São pequenos detalhes que acabam dando idéia equivocada de uma peça que é fundamental. Não há nada mais importante para nós, Deputados, do que nos debruçarmos sobre estas duas peças: o Orçamento e o PPA.

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, antes de fazer a minha intervenção no que diz respeito a esta audiência pública, queria fazer um registro para aprimorar nossos trabalhos. Já que não consta do Regimento da Casa, gostaria que, na próxima reunião da Comissão de Orçamento, discutíssemos e estabelecêssemos uma norma para as inscrições. A forma como está sendo feita a inscrição é injusta e precisa ser mais civilizada. De nada adianta chegarmos aqui às 14h, nesse atropelo a que assisti hoje na Comissão. Esse é um ponto para aprimorarmos o nosso trabalho.

Sr. Ministro, depois de 4 horas de debate, parabênizo V.Exa. pela capacidade de ouvir e de debater de forma serena esses assuntos. Mas confesso que fiquei preocupado. Estou preocupado já há algum tempo com essa peça orçamentária. V.Exa. apresenta como inovação a meta e a discussão nas audiências públicas, que é salutar, sim; trata-se de uma inovação nesse processo. Na minha visão, o PPA tornou-se um orçamento, e nos restará colocar no Orçamento Geral os valores do subtítulo. Se pudéssemos — queria ouvir a opinião de V.Exa. — fazer um agrupamento por programa, talvez fosse mais oportuna essa discussão na Casa, mesmo porque V.Exa. mesmo reconhece que é uma peça complexa, longa e extremamente detalhada, e o prazo para discussão é curto.

Tenho e cultivo a visão de que o Presidente Itamar Franco deixou para Fernando Henrique um Brasil bem melhor do que aquele que recebeu de Collor; Fernando Henrique, por sua vez, deixou para Lula um Brasil melhor do que recebeu de Itamar Franco. E eu, como brasileiro pertencente a um partido de Oposição, o PSDB, torço, luto aqui nesta Casa, apresento minhas posições, mas quero que o Presidente Lula deixe para o próximo Presidente um Brasil bem melhor do que o que recebeu de Fernando Henrique.

A par disso, vejo uma coisa que diz respeito à minha região, uma preocupação que V.Exa. trouxe para nós: a questão do modelo, da matriz de transporte. Na nossa área, os principais meios de transporte são os dois mais caros do mundo: o aéreo e o rodoviário. E quando V.Exa. fala em transporte hidroviário e ferroviário, isso vem ao encontro de nosso interesse. Mas, por incrível que pareça, não vi ação no PPA nem no Orçamento que compatibilizasse nossa necessidade com nossa realidade. Há mais de 20 mil quilômetros de rios navegáveis na Amazônia, e até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há 25 mil quilômetros.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Há 25 mil quilômetros de rios navegáveis na Amazônia, e até hoje não vi preocupação do Governo em induzir ou modernizar esse sistema de transporte, que cultivamos através de uma tecnologia até centenária.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro aspecto, Ministro, diz respeito a abrir-se uma janela para o mundo. Prestei muita atenção à questão da forma de crescer. Precisamos ter poupança interna ou poupança externa. Já que exaurimos nossa capacidade externa de captar recursos, temos que estimular nossas exportações, até para gerar poupança interna, oportunidade de emprego, renda e melhor qualidade de vida para toda a nossa sociedade.

A par disso, temos uma situação interessante, agora, na reforma tributária. Trouxemos para esta Casa, em 1999, um reclamo, quando da discussão da PEC nº 175, referente à compensação financeira sobre o saldo positivo das exportações. Nós, do Pará, por exemplo, exportamos recursos não-renováveis, exportamos recursos naturais e contribuimos com mais de 10 bilhões de reais, nos últimos 5 anos, para a balança comercial deste País, em divisas líquidas. A proposta foi aprovada na PEC nº 175, quando o Deputado Mussa Demes era Relator e o então Deputado Germano Rigotto era Presidente da Comissão, e não foi votada em plenário.

Agora, ao se discutir, fala-se no fundo para compensar a Lei Kandir. Já tivemos a experiência de perder 500 milhões de reais com a Lei Kandir e mais 100 milhões no Ministério dos Transportes em recursos que ele cortou do Orçamento. Muito embora esteja com um superávit de quase 4 bilhões e 300 milhões de reais, preferiu o mais fácil: cortar as emendas parlamentares e de bancada.

Então, Ministro, no final de uma madrugada — inclusive com a colaboração de meu partido, sem ouvir nossa bancada do Pará —, quando se atendeu ao reclamo de desonerar os bens de capital, jogou-se no fundo de compensação financeira das exportações 1 bilhão e 350 milhões de reais, fruto do resultado do Estado de São Paulo. É continuar sangrando uma região periférica, pobre, menos desenvolvida em benefício de um Estado desenvolvido. E fico pensando: como vamos mudar essa matriz de crescimento dentro de uma economia globalizada? Eu, a cerca de 4 mil quilômetros do Brasil rico e desenvolvido, tendo que competir e produzir lá para vir competir aqui! Não temos condições, Ministro, de fazer isso. É preciso mudar essa matriz e abrir uma janela para o mundo, a fim de gerar emprego e renda.

Não vou falar sobre a questão de herança, já amplamente discutida, nem de outros casos. Prefiro olhar o passado com a visão do futuro; olhar pelo pára-brisa e não pelo retrovisor, mas não posso esquecer as coisas boas que foram aqui abordadas. Quero perguntar ao Ministro sobre a questão da PPP, um assunto que não foi abordado aqui, muito embora quero dizer *en passant* que os 36 bilhões de reais constituem-se em uma alternativa de financiamento de obras de infra-estrutura no Plano Plurianual de 2004 a 2007. Pelos cálculos do Ministério, o Governo deixará de comprometer cerca de 36 bilhões de reais do superávit primário dos 4 anos. A pretensão do Governo é garantir a remuneração do capital investido pelas empresas privadas que participarão da parceria, inclusive com a promessa de que tais recursos não serão alvo de contingenciamento, cortando, se necessário, outras despesas.

Pergunto: como pode garantir que tal despesa não afetará o resultado primário, visto que os recursos serão para pagamento de despesa essencialmente primária? Como pode o Governo garantir, diante de um nível de investimento de 7,8 bilhões de reais, previsto na Lei Orçamentária para o próximo ano, que cortará outras despesas, no caso de contingenciamento, frente a uma remuneração da PPP, que seria uma despesa de 9 bilhões de reais? E está anunciando agora, por meio da imprensa, um novo contingenciamento de cerca de 600 bilhões de reais — é a imprensa que está dizendo.

Aliás, Ministro, a imprensa também está dizendo que o Governo vai substituir os Ministros dos Transportes, da Educação, de Segurança Alimentar e da Integração Nacional e que V.Exa. vai para o BNDES. Pergunto, já que estamos com quase 10 meses de Governo: V.Exa. irá para o BNDES, segundo a imprensa, por que não deu certo no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por que o Presidente do BNDES não conseguiu administrar o órgão?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos esgotar o número de inscritos para, então, o Ministro responder.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Ministro, quero dizer aos membros da Mesa e aos Deputados que ainda se encontram presentes que tinha a plena certeza de que este ano iríamos comer o pão que o diabo amassou, principalmente o amassado nos últimos 8 anos. Ontem, Ministro, participei do encontro realizado pelo Presidente Nacional do INCRA com todos os superintendentes daquele órgão. Eles afirmaram a preocupação com o contingenciamento dos recursos da reforma agrária no Brasil. Disse o seguinte para um superintendente: *“Olha, o INCRA está praticamente sem dinheiro. Mas diante do que já fizemos neste ano, mesmo sem dinheiro, imagine se estivéssemos administrando o INCRA nos últimos 10 anos”*.

Quero dizer com isso que temos o desafio de aplicar, nos próximos 4 anos, o dinheiro que está previsto no PPA, mas precisamos fazer uma boa aplicação desses recursos. Falo com a experiência de quem está há 22 anos na região oeste do Estado Pará, uma das mais difíceis. Só o trecho que tráfego normalmente, mil quilômetros de Rodovia Transamazônica, que vai de Marabá a Itaituba, fica intrafegável durante 6 meses. Essa é a situação. Às vezes até de moto, como faço no inverno, é difícil trafegar. Por que isso acontece? Muitas vezes, Ministro, o dinheiro aprovado no orçamento para a região Amazônica, mais precisamente para o Estado do Pará, é liberado em dezembro. E na região Amazônica há diferença também: enquanto o Estado do Pará está-se acabando em chuva, Roraima está queimando.

Gostaria de registrar — e já entreguei um documento a V.Exa. — que estou solicitando audiência para que possamos conversar mais profundamente sobre esse assunto. Penso que precisamos liberar esses recursos levando em consideração os aspectos climáticos.

Veja bem: no Pará, Estado onde há duas superintendências do INCRA e o maior número de assentamentos do Brasil, os recursos ainda estão contingenciados. Se esses recursos forem liberados só em dezembro, não será possível fazer obras em janeiro e fevereiro, porque em janeiro inicia-se o período de chuvas. Por isso, grande parte do dinheiro tem ido para o ralo naquela região.

Lembro-me de que, na posse, o Presidente Lula falou uma coisa com a qual concordei: a corrupção não é só desviar o dinheiro, é também aplicar mal o dinheiro. Talvez não seja possível para o nosso Governo aplicar esse método de liberação de recursos este ano, mas acredito que a partir do próximo ano poderemos levar em consideração essa realidade. Na Amazônia, por exemplo, são 6 meses de chuva; no Pará, Amapá e outros Estados, 6 meses de sol. Então, o dinheiro deve ser liberado mais cedo, a partir de julho. Se liberarem os recursos em dezembro, parte dos mesmos não será aplicada e parte será mal aplicada.

Levanto esse problema porque já há esse debate na região amazônica entre vários Parlamentares. Sempre chamarei atenção para essa questão, a fim de que possamos aplicar bem os recursos do PPA. Para o trecho de rodovia entre Marabá e Itaituba há 210 milhões de reais no PPA, sendo 28 milhões de reais para este ano que podem ser gastos nessa recuperação. Se os recursos forem investidos até dezembro, com certeza essa população que está sofrendo há 20 anos não sofrerá mais no próximo inverno.

Estamos mostrando à população um PPA que garante recursos para investimentos em obras estruturais importantes. Pretendo discutir isso em audiência com V.Exa., Sr. Ministro, e equipe, para que possamos em situações como essa liberar os recursos em tempo hábil para que possam ser bem aplicados.

Volto a dizer: tenho certeza absoluta de que no nosso Governo os recursos vão render muito mais, porque não serão desviados, como o foram na região amazônica. E falo porque tenho acompanhado. Por exemplo, quanto aos recursos da SUDAM tenho certeza de que, além de não serem desviados, serão muito bem aplicados, inclusive com a participação popular, com controle social, conforme o novo modelo que também estamos discutindo na implantação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Parlamentares, por ocasião da reforma tributária, aprofundi-me muito nos dados do Brasil. Fiz um perfil socioeconômico — é uma tabela que chamo de A a Z — de todos os Estados brasileiros, com os indicativos econômicos e sociais, o PIB *per capita*, ICMS, FPE, FPM.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passarei à mão de V.Exa., Sr. Ministro, para uma avaliação. Pelo que mostro aqui, as grandes disparidades estão concentradas em duas regiões, a Norte e a Nordeste, tanto é que elas aparecem aqui em vermelho, porque estão muito abaixo da média nacional. Com base nisso, apresentei emendas para diminuir as desigualdades regionais, porque é um compromisso do Presidente Lula, reiterado também na mensagem presidencial que ele encaminhou no dia 17 de fevereiro deste ano. Apesar de todos os nossos esforços, lamentavelmente, a emenda por nós apresentada na Comissão foi rejeitada. Eu propunha uma distribuição das contribuições, diminuindo o percentual, evidentemente, para que fosse compartilhado com todos os Estados um aumento real em torno de 30%, uma vez que o FPE é distribuído pelo inverso da renda *per capita*. Sr. Ministro, só posso entender de diminuição quando se tratar os desiguais desigualmente. Enquanto se tratar desiguais igualmente, ou desigualmente, em favor dos mais poderosos, a tendência é aprofundar desigualdades regionais.

Estamos apreensivos com o que foi aprovado na reforma tributária no Congresso Nacional. O Orçamento do DNIT destina 123 milhões para o Estado do Mato Grosso do Sul, que tem apenas 2 milhões e 140 mil habitantes; para o Piauí, destina 24 milhões, que correspondem a mais ou menos dois terços, tanto da área, quanto da malha rodoviária dos dois Estados.

Então, Sr. Ministro, também vim ver a proposta. Não a comparei com o orçamento, até porque os Deputados fazem crescer o orçamento para cada Estado. Comparei a proposta de 2003 com a de 2004. Veja o que deu. A Região Centro-Oeste aumenta 31%; a Região Nordeste cai 1,19%; a Região Norte cai 0,07%; a Região Sudeste, no todo, em todas as obras, sobe 37,39%; e a Região Sul sobe 21,69%.

A proposta de V.Exa., Sr. Ministro, aumenta em torno de 6,43% o orçamento para investimentos, mais ou menos a inflação projetada para 2004, que é em torno de 5,5%. Agora, onde estão as disparidades? Na Região Centro-Oeste, a que mais subiu foi Mato Grosso do Sul, que teve um aumento de 70%; na região Nordeste, a que mais subiu foi a Bahia, com um aumento de 65%, e a que mais decresceu foi o Piauí, do Governador Wellington, que é do PT, partido do Governo, com uma redução de 30,49%. Em 2003, a proposta original era de 139, enquanto a proposta de V.Exa. propõe 97.

Na região Norte, as propostas que mais cresceram foram para o Amazonas, Estado mais rico da região, com um aumento de 31%, e o Amapá, não sei nem por quê, com um aumento de 101%. Os Estados que mais decresceram foram Tocantins, com 35,03% de redução, Roraima, que caiu 44%, e o Acre, também governado pelo PT, com uma queda de 37%.

Na Região Sudeste, Sr. Ministro, as que mais cresceram foi o Estado mais rico de todos, São Paulo, com 62%, a própria região, com obras não definidas por Estado, com 48%, e o Rio de Janeiro, com 208%. Na Região Sul, a que mais perdeu foi Santa Catarina, com 60%, e a que mais cresceu foi o Paraná, com 20%.

Essas são disparidades que não entendo. Questionando o Sr. Ministro dos Transportes hoje a respeito da disparidade existente entre o Mato Grosso do Sul e os outros Estados de regiões pobres, como o Nordeste, S.Exa. disse que esse foi um erro do Planejamento. Se foi ou não erro, não sei, mas está publicado e são esses os dados de que dispomos aqui na Comissão de Orçamento.

No PPA, Sr. Ministro, V.Exa. elege como grandes metas diminuir o analfabetismo, atender ao Programa Fome Zero e dar água ao Nordeste. Mas quando se refere à água para o Nordeste, não define qualquer meta. Queria saber qual a meta para o Nordeste, principalmente para o semi-árido nordestino.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, serei breve, dado o adiantado da hora.

Indago, inicialmente, sobre uma questão que me parece de difícil entendimento, relativa às metas prioritárias: a expansão do PIB, em 2004, para 3,5% e a redução da taxa anual de inflação de 9,1% para 4%. Se este ano não se reduzir a taxa de inflação para 4%,



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

provoca-se uma recessão e devemos fechar o ano com um crescimento de aproximadamente 0,5%. Para caminharmos de 0,5% de crescimento este ano de 2003 para 3,5% em 2004, entendo como inalcançável a redução da meta anual de inflação, IPCA, de 9,1% para 4%.

Com isso, parece que o Governo pretende evitar que o Congresso Nacional reestime a receita do Orçamento Geral da União de 2004. Essa é uma pergunta que deixo ao Sr. Ministro.

Foi abordada pelo Parlamentar que me antecedeu a questão da incoerência entre o crescimento do agronegócio e o gargalo da infra-estrutura.

O que observamos até agora no espetáculo do crescimento foi única e exclusivamente por intermédio do agronegócio. Temos metas ousadas. Torcemos para que isso aconteça, para que, em 2007, possamos ter safras de grãos de 150 milhões de toneladas/ano, aumento de exportação de carne de 1 milhão de toneladas/ano, sendo 3 milhões em 2007, erradicação de febre aftosa etc. Essas metas parecem-nos incompatíveis com a situação da infra-estrutura e os recursos alocados para a área de infra-estrutura — conservação, restauração de estradas, supra-estrutura do setor ferroviário, portos. Entendemos que há uma incoerência. Gostaríamos de ouvir a opinião do Ministro a esse respeito, haja vista que a grande preocupação é que nos próximos anos haja uma crise de abundância, ou seja, termos crescimento efetivo no agronegócio, na produção do País — grãos, carnes —, mas, por outro lado, não dotamos nossa infra-estrutura das condições mínimas necessárias para acompanhar esse crescimento.

Sou do Estado do Paraná, que lidera a produção de grãos no País e também a exportação de carnes, estando em segundo lugar. Temos dificuldades nos portos, nas estradas e nada consta para o setor rodoviário paranaense no PPA. Comparando com os Estados da Região Sul, com o Orçamento Geral da União, PPA com recursos do Tesouro e PPA com recursos não-governamentais, o Paraná tem estado em desvantagem, inclusive em relação aos Estados da Região Sul.

Gostaria que o Ministro nos desse um panorama a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Amauri Robledo Gasques.

O SR. DEPUTADO AMAURI ROBLEDO GASQUES - Sr. Presidente, serei breve, porque precisamos ter alguns esclarecimentos em cima de algumas dúvidas.

O Ministro disse de forma bem clara que o cobertor é curto. Sabemos que todo esse contingenciamento a que está sendo submetido o País neste Governo tem a ver com a geração de um superávit, que, em última instância, serve para que se pague o serviço da dívida, que chega a 10 bilhões por mês.

Gostaria de saber de S.Exa. se não houve por parte da sua Pasta, no mínimo, um estudo ou uma sugestão para que houvesse alguma mudança na política de pagamento da dívida. Como qualquer pessoa de bem, o Ministro deve se ver angustiado em ter de executar um orçamento onde se retira dinheiro da saúde. Gostaria de saber se o Ministro, parte integrante e vital na formação desse orçamento, não sentiu a obrigação de sugerir a mudança do pagamento da dívida para que pudesse respirar de uma forma mais tranqüila. O Governo conseguiu, passando seu rolo compressor aqui, aprovar a reforma tributária, que procura aumentar impostos e promover esse superávit que dessangra, promove uma saída do País de recursos que poderiam ter sido melhor equacionados e acabariam com a angústia que certamente existe no nosso Ministro quando esses recursos são retirados da Saúde, em especial.

Obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Vou começar respondendo às questões levantadas pelos Deputados Leonardo Monteiro e Wasny de Roure. O Deputado Monteiro fez menção à participação da população na elaboração do Plano Plurianual e pergunta de que maneira a reforma tributária influencia na definição do Plano Plurianual e do Orçamento anual.

Já havia dito aqui que certamente a reforma tributária vai influenciar. A parte conhecida foi absorvida e incorporada à proposta e a parte não conhecida deverá ser incorporada agora, em conjunto com o Congresso. Não há alternativa. Vamos ter que fazer uma adaptação, de modo que as contas possam fechar.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Wasny pergunta sobre o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Já havia dito aqui que está sob estudo e não temos uma posição. Devemos cumprir o preceito constitucional. Então, assim que tivermos uma posição, avisarei rapidamente, pelos desdobramentos que V.Exa. mencionou com os professores etc.

Quanto ao reflexo da negociação da Argentina com o Fundo Monetário diria que reflete até certo ponto. O que refletiria era o não-pagamento por parte da Argentina. Sabemos que a situação da Argentina afetou muito o Brasil nos últimos tempos. Desde que a Argentina entrou em *default*, ano passado, aumentou a desconfiança em relação à dívida brasileira. Isso, evidentemente, nos afetou.

Uma outra coisa que nos afetou foi a queda das atividades na Argentina, o que prejudicou o comércio bilateral Brasil/Argentina. Diria que isso está em superação. A Argentina está-se recuperando. Mas o Brasil hoje goza de uma posição privilegiada em relação ao Fundo Monetário. Não estamos com o pires na mão, como estávamos no ano passado, quando precisávamos dos recursos para fechar as contas, do contrário o País poderia quebrar. Nossa situação hoje é outra. Isso é reconhecido por todos os analistas. Já podemos negociar com soberania. Estamos negociando com soberania e olhando para os interesses do País. Nem sei se vamos ou não prorrogar esse acordo. Isso ainda está em discussão. Mas se for feita a prorrogação, será em condições favoráveis, que não impeçam o crescimento do País dentro de regras que interessem ao Brasil. Os interesses do Brasil estão colocados em primeiro lugar. Não sei se a Argentina pode fazer uma negociação dessa natureza, porque sua situação é completamente diferente da nossa.

Diria que é bom que a Argentina consiga um caminho para os seus problemas. Torcemos para que isso seja bem-sucedido, porque formamos um bloco, o MERCOSUL, que, aliás, se está fortalecendo, que está sendo reforçado por novos membros. O Peru já está entrando no MERCOSUL. O Presidente Lula está trabalhando para que a Colômbia, a Venezuela e outros países ingressem no MERCOSUL de forma a formar um forte bloco regional, comercial, que vai ser bom para todo mundo. Então, é claro, interessa que a Argentina consiga equacionar seus problemas, que ainda são bastante delicados.

A política de investimento das empresas estatais é muito importante para o Governo, porque elas hoje detêm uma boa parte da capacidade de investimento do Estado. Enquanto o Governo Federal possui uma capacidade de 7 bilhões de investimentos em projeto, as empresas estatais chegam a mais de 25 bilhões no próprio ano. Temos que somar os 2 valores para termos o nível de investimento do Governo Federal. Nossa política é de fortalecimento dessas empresas. Não há nenhum plano de privatização, como eventualmente houve no passado, em outros Governos. E elas têm desempenhado um papel estratégico e fundamental.

Hoje, todos conhecem o papel da PETROBRAS, que, em breve, nos vai levar à auto-suficiência em petróleo. Aliás, essa é uma conquista importante para o País, pois estaremos menos sujeito às oscilações do mercado internacional.

No campo energético, a ação da ELETROBRÁS também é importante, porque há capacidade de investimento de uns 4 bilhões por ano, que são essenciais para a nossa auto-suficiência no setor elétrico.

O Deputado João Magno ressaltou as inovações introduzidas na elaboração desses orçamentos. O fato foi que definimos antes um projeto de desenvolvimento, ou seja, nesse processo orçamentário foi precedida a definição de um projeto de longo prazo: definição das prioridades, das diretrizes estratégicas e depois foram elaborados os orçamentos perseguindo as diretrizes estabelecidas. Portanto, foi uma metodologia programada. Existe um projeto estratégico orientando esses orçamentos.

S.Exa. menciona a infra-estrutura brasileira, que é uma preocupação do Governo. Sabemos que para viabilizar o crescimento econômico, precisamos ter uma infra-estrutura, uma logística de transporte, energia etc. à altura deste crescimento. E há risco, sim, de gargalos na área de infra-estrutura, não vou negar, porque há mais de 10 anos que se fazem investimentos precários nesse segmento. Por isso o Governo está muito preocupado com o setor de infra-estrutura e está dando-lhe uma atenção especial. É claro que os investimentos do setor público não são suficientes, porém, contamos com investimentos do setor privado. O setor privado está sendo mobilizado, e os mecanismos que temos viabilizarão a sua maior participação.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os instrumentos que temos são regime de concessões para as rodovias. Esse regime está sendo retomado. É uma lei que já existe, tinha sido paralisada e está sendo retomada.

O regime de concessões também na área de energia elétrica é perfeitamente eficiente; com a definição do modelo de energia elétrica que está sendo finalizado vamos ter mais investimentos no setor de energia.

Um marco regulatório está sendo definido no setor de transporte rodoviário e no setor de saneamento. Vamos finalizar esse marco regulatório e estimular as concessões no setor de saneamento.

Digo mais uma vez: o setor público tem recursos limitados e não pode realizar todos os projetos, porém, o setor privado está interessado e fará os investimentos que são necessários se lhes forem dadas as condições para isso.

Concordo com o Deputado João Magno quando disse que o Estado de Minas Gerais possui um conjunto de rodovias em péssimo estado de conservação. Aliás, uma das prioridades do Governo é um plano de recuperação das rodovias federais. Esse plano já começou a ser posto em prática em 2003. São recursos consideráveis para os próximos 4 anos, em torno de 1 bilhão e 300 por ano. De modo que ao cabo de 4 anos, 70% da malha rodoviária brasileira, que representa cerca de 56 mil quilômetros de pavimentação, serão recuperados. Esse programa já começou. Certamente o Estado de Minas Gerais será beneficiado. E a rodovia BR-381, Governador Valadares—Belo Horizonte, consta no Plano Plurianual como rodovia a ser realizada.

A Senadora Lúcia Vânia mencionou a questão da integração dos programas sociais do Governo que buscam uma melhor eficácia. Hoje eles estão dispersos, usam um cadastro questionável, não atingem, objetivamente, a população necessitada, já que muitas vezes são redundantes.

Esses cadastros estão sendo refeitos. Os programas estão sendo unificados para ser uma ação mais completa. Ao mesmo tempo, o Governo vai estabelecer uma ação junto às famílias carentes, uma ação integrada de saúde, de educação e contra a fome. Isso dá mais resultado, dá uma sinergia a esses programas e com mais recursos.

O Programa Fome Zero não está regionalizado ainda porque o cadastro está sendo todo redefinido. As cidades contempladas estão sendo definidas agora, porque estamos inutilizando o cadastro anterior e fazendo um novo cadastro. Creio que mil cidades já estão identificadas. A cada mês novas cidades são introduzidas, as cidades mais carentes do País. Portanto, beneficia em cheio as Regiões Norte e Nordeste, que são as regiões que possuem mais cidades carentes. A regionalização está garantida em função disso.

Esclareço a V.Exas. que a resolução do TCU foi publicada no dia 18 de agosto, no que diz respeito ao PPA.

Serei breve, pois tenho de responder dezenas de questões que me foram feitas.

O Deputado Ricardo Barros questionou a previsão anual do Plano Plurianual. Não é uma invasão do próximo Governo, é uma revisão anual deste Plano Plurianual de 2004 a 2007. A última revisão será em 2006.

Parece-me que esta revisão é um instrumento que vai melhorar a gestão do Plano Plurianual. Em vez de se definir um programa rígido agora em 2003, válido para os 4 anos, nós, em conjunto, poderemos fazer revisões. A revisão não é do Ministério do Planejamento, é do Congresso. Portanto, se o Congresso não quiser fazer revisão, não faz; se quiser referendar, confirmar tudo o que já estava, não faz revisão. Mas me parece extremamente oportuno fazer revisões para ajustes de rotas, para adaptação da situação planejada no Plano Plurianual para a realidade que estará ocorrendo.

S.Exa. pergunta sobre os uniformes. O Ministério da Educação está introduzindo um programa de concessão de uniformes para alunos carentes, começando com 2,5 milhões de uniformes. A idéia é atingir o maior número possível de alunos carentes e garantir que os alunos brasileiros das famílias carentes possam ter um uniforme para irem à escola.

Déficit habitacional. Um dos objetivos do Plano Plurianual é reduzir em 25% o déficit habitacional. Diria que é uma meta perfeitamente factível, que significa a construção de 1 milhão e 200 mil habitações. Para V.Exas. terem uma idéia, no ano de 2003, já estamos construindo 340 mil habitações com recursos do Ministério das Cidades e financiamento da Caixa Econômica Federal. Só este ano, 340 mil habitações já estão em construção, portanto, é perfeitamente factível, ao cabo de 4 anos, completarmos 1 milhão e 200 mil habitações.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diria até que é modesta esta meta, que está respaldada em números concretos de capacidade de financiamento da Caixa Econômica Federal.

Outra questão dele é em relação aos arranjos produtivos locais, 66 arranjos. Na verdade são os *clusters* regionais, arranjos produtivos locais dedicados a algum tipo de atividade que estão espalhados pelo Brasil. Estamos prevendo o aumento da cobertura do Governo de 66 para 124, se não me engano, ou 127 *clusters* regionais, que terão apoio do Governo com infra-estrutura, com crédito, de modo que eles se viabilizem. O aumento das exportações é importante e continuará sendo promovido pelo Governo, assim como o crédito para a agricultura.

Gostaria de assinalar que o volume de crédito atribuído à agricultura na safra 2003/2004 é o maior da história do País: 32 e meio bilhões de reais, que vão viabilizar esse aumento da safra de grãos e permitirá que, ao cabo de alguns anos, o Brasil se torne o maior produtor de alimentos do mundo. Essa é uma meta perfeitamente factível, se houver apoio do Governo com essas ações de concessão de crédito e outras facilidades para a agricultura.

Um Deputado questionou a questão da Saúde. Reitero que o Fundo de Combate à Pobreza pode ser alocado em várias atividades sociais, inclusive nas atividades de Saúde, e ao ser alocado para uma atividade da Saúde, torna-se um gasto da Saúde, sendo perfeitamente compatível com a Constituição.

Em relação aos gastos de saneamento, estamos evoluindo de um gasto de 224 milhões, não para 16 milhões de reais, conforme o Deputado mencionou, mas para 671 milhões de gastos de saneamento, quase 700 milhões, só com recursos diretos do Governo, sem contar os gastos em saneamento que serão feitos com recursos da Caixa Econômica Federal, que são da ordem de um bilhão e 400 milhões, somente este ano. Continuaremos ampliando esses recursos para saneamento. Os recursos de saneamento estão sendo ampliados, de 2003 para 2004, de forma expressiva.

O Deputado fez referência a uma palestra que dei no ano passado, em que mencionava que as metas de inflação que o Governo vinha adotando nos seus vários programas eram muito rígidas. Queria dizer ao Deputado, que, infelizmente, não está aqui, que confirmo aquilo que disse; e, ao contrário, não esqueçam o que falei. Confirmo que o Governo passado praticava metas de inflação excessivamente rígidas, que tiveram que ser alteradas. Aliás, nos últimos anos, todas as metas que o Governo estabeleceu foram revistas para cima, e as metas que estamos estabelecendo são realistas. A meta de inflação de 5,5% para 2004 é realista. A meta do Governo anterior era menos de 3% para 2004. Aumentamos a meta para 5,5%, e ainda temos uma margem de tolerância de 2,5% para cima e para baixo. Portanto, alargamos a meta de inflação e a tornamos realista. Em 2007, daqui a 4 anos, a meta será de 4%, perfeitamente realista.

Confirmo aquilo que disse no passado. Estamos tendo metas que permitem trabalhar com a perspectiva de uma inflação baixa em termos de país em desenvolvimento, mas que não impeça o crescimento do País.

Dizia também, naquela ocasião, que havia 44 milhões de brasileiros que recebiam menos de um dólar por dia. Portanto, estavam abaixo da linha de pobreza. Indagava se os programas de transferência de renda darão cobertura. Digo que sim. Estamos trabalhando com a perspectiva de que até 2006, não 2007, com o programa de transferência de renda, sejam atendidas 11,4 milhões de famílias, que perfazem mais de 44 milhões de habitantes, até o ano de 2006. Portanto, essas famílias receberão algum tipo de bolsa, algum tipo de benefício, serão retiradas da miséria absoluta. De que forma? Com o cartão unificado. Estamos tendo um cartão unificado. Por exemplo, naquele cartão estão os benefícios ligados à saúde, educação e outros benefícios de inclusão social.

O Deputado Antônio Carlos Thame faz um comentário sobre os gráficos que apresentamos, dizendo que em 2001 e 2002 a situação era muito melhor, portanto, esse quadro se agravou em 2002 e melhorou agora, em 2003.

Gostaria de lembrar ao Deputado que em 2001 tivemos a crise energética, a situação era de crise e não era uma situação confortável. Em 1999, tivemos uma crise cambial aguda, com desvalorização, perda de divisas, o dólar subiu consideravelmente. Não é responsabilidade do novo Governo essa situação atribulada da economia brasileira que se deu ao longo do tempo. Sofremos 5 crises ao longo desses anos. Portanto, não posso dizer



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que era numa situação confortável. Houve um único ano tranqüilo, o ano 2000, no segundo Governo, mas os demais anos formam atribulados. Diria que hoje estamos caminhando para uma normalidade, que todos desejam, inclusive V.Exa., com certeza. Não vamos ficar discorrendo sobre a herança, porque a herança já foi. Agora, vamos olhar para a frente.

De fato, a agricultura já vinha demonstrando um dinamismo no ano passado. Reconheço, porém, que o Governo demorou para lembrar da agricultura. A produção de grãos ficou estacionada durante muitos anos. O potencial, sempre tivemos; o Brasil tem um grande potencial, que não estava sendo aproveitado. O Governo passado acordou num certo momento, começou a estimular, e estamos colhendo os frutos disso e ampliando. Vamos apostar na agricultura, que será cada vez mais produtiva e mais competitiva. Isso é bom para o País.

V.Exa. pergunta como a Receita vai aumentar 40 bilhões a partir dos dados. Esse dado foi obtido com uma prudente análise do desempenho de cada receita. É assim que calculamos; não é com base no crescimento do PIB. Qual vai ser o comportamento do IPI? Qual vai ser o comportamento do Imposto de Importação? Qual vai ser o comportamento do Imposto de Renda de pessoa física ou jurídica? É calculado criteriosamente o desempenho de cada tributo, e chegamos nesse valor, que eu diria que é modesto, que é 11% a mais que 2003, e não é um crescimento elevado. Nada mais é do que o crescimento do PIB de 3,5%, mais 5,5% do crescimento da inflação, porque isso está em valor nominal, e mais um pouco de eficiência arrecadatória. Diria que esse número é bastante realista, Deputado. É um número bastante realista para a Receita no próximo ano.

Evidentemente, com as emendas na reforma tributária precisaremos fazer adaptações, que faremos em conjunto, de modo que esse orçamento continue coerente, consistente e executável, da forma mais tranqüila possível, para o próximo ano.

Também temos uma preocupação muito grande com as cadeias produtivas, Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. Em relação a isso, estamos finalizando uma política industrial, que não está no corpo do Orçamento, mas será apresentada à opinião pública em breve. Está na sua fase final e vai definir uma série de medidas, fortalecendo as cadeias produtivas brasileiras, medidas de caráter fiscal, como, por exemplo, redução do IPI para segmentos de bens de capital, só para dar-lhe um exemplo, crédito maior, facilidades de crédito para esse setor.

A ciência e a tecnologia têm recursos sim. O Ministério da Ciência e Tecnologia terá, em 2004, 2 bilhões de reais. Não é pouco; é uma dotação expressiva. A nanotecnologia faz parte das pesquisas da EMBRAPA. A EMBRAPA, que se vinha deteriorando nos últimos anos, está recebendo uma injeção de recursos: 85 milhões a mais do que determina a lei. Portanto, é uma preocupação do Governo estimular e dar suporte à EMBRAPA, que é uma empresa de primeira linha, uma empresa de pesquisa que muito contribuiu para a produtividade do setor agrícola. O papel da EMBRAPA, V.Exa. sabe melhor do que eu, foi fundamental para desenvolver pesquisas que ampliaram a produtividade do setor agrícola brasileiro. Portanto, está dentro da nossa preocupação e está recebendo 85% a mais de recursos em 2004 em relação a 2003.

O Deputado Anivaldo Vale faz um comentário dizendo que cada Governo acrescentou em relação ao outro. Concorde com V.Exa. Penso que cada Governo deu algum tipo de contribuição. Não sou daqueles que fazem tábula rasa do passado. Cada um deu o que pôde, e torço para que V.Exa. tenha razão e que o nosso Governo possa trazer ao País melhorias em relação ao Governo anterior. Isso será bom para todos nós.

A matriz de transporte deve ser mudada no País, porque trabalhamos com a matriz mais cara do mundo. V.Exa. mencionou transporte aéreo e transporte rodoviário. Talvez o transporte rodoviário seja mais fácil e barato de implantar e mais custoso para operar. Essa é a explicação por que todos optam pelo transporte rodoviário, mas queremos mudar essa matriz, é claro que sem abandonar o transporte rodoviário, porque é o que fundamentalmente existe hoje. Temos que recuperar a malha rodoviária e, ao mesmo tempo, estimular a malha ferroviária e hidroviária. Estamos fazendo isso.

Está contemplada no Plano Plurianual a melhoria de 10 mil quilômetros de malha hidroviária. Temos vários rios navegáveis no País, temos que construir eclusas, temos que fazer desassoreamento de rios e várias obras estão sendo contempladas: eclusa de Lajeado, eclusa de Tocantins, desassoreamento do rio São Francisco. Enfim, existem várias obras. A



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

par disso, temos que recuperar a Transamazônica, que está deteriorada. Temos várias rodovias totalmente deterioradas, como a rodovia Manaus—Porto Velho, enfim, toda a malha rodoviária precisa ser recuperada.

Portanto, vamos fazer ações nas várias frentes. Na frente ferroviária, Ferrovia Norte-Sul e Transnordestina, trechos importantes dessas ferrovias serão construídos de modo a estabelecer uma malha ferroviária mais eficiente. E fazer a conexão, porque em várias partes do País temos rodovias; depois, o transporte segue hidroviário; depois, segue ferroviário; e assim vamos construindo uma malha de modo a reduzir os custos.

Não faltam ações do PPA na Amazônia, Deputado. Diria que há várias ações aqui. Algumas, sei de cabeça, como, por exemplo, no campo da energia, a construção de gasodutos: Urucu—Manaus, Coari—Manaus, Urucu—Porto Velho. Há linhas de transmissão que vão levar energia elétrica. Sabemos que hoje essa região consome óleo *diesel*. A energia mais cara do mundo é a queima de óleo *diesel* e é até poluidora. Temos o compromisso de levar energia para a região amazônica. A estrada que mencionei, a Manaus—Porto Velho, é a única via de comunicação rodoviária que existe. Vamos fazer também a BR-163, de baixo para cima. A Cuiabá—Santarém também é uma rodovia que vai beneficiar essa região. Enfim, existem várias iniciativas nessa região que vão beneficiá-la.

V.Exa mencionou a questão do financiamento de obras de infra-estrutura via PPP, se isso entra no gasto primário. Quando estão colocados o Plano Plurianual, parceria não é só PPP, parceria abrange também regime de concessões. Quando mencionamos a palavra parceria no Plano Plurianual é num sentido mais abrangente, não é só esse novo instrumento do PPP.

O regime de concessões não aumenta o primário e o regime de concessões que já existe aprovado pelo Congresso vai ser utilizado para rodovias, fundamentalmente. Pode ser usado para ferrovias. O setor energético já existe, pode ser usado, não impacta gasto primário, porque o Governo simplesmente está dando uma concessão para o setor privado, não está pondo dinheiro nenhum, não há ônus para o Governo. O ônus é do setor privado, que, depois, vai cobrar uma tarifa e vai se ressarcir daqueles gastos que realizar.

Existe, sim, a idéia de aprovar-se um projeto para um tipo de obra que não tenha uma rentabilidade imediata. Por exemplo: a duplicação da BR-101, de Natal até Salvador. É uma rodovia muito importante para seis Estados do País, vai fomentar o turismo, o transporte de carga, mas num primeiro momento não tem a rentabilidade convidativa para grupos privados irem lá implantar. Não dá para dar uma simples concessão. Diria que daqui a 5 ou 10 anos haverá um potencial de rentabilidade. Enquanto isso não acontece, fazemos um contrato de PPP. Significa que o Governo se compromete em complementar a rentabilidade daquela rodovia. Digamos que se possa estabelecer um pedágio, mas o pedágio consegue suprir apenas 50% do retorno necessário para garantir os investimentos de capital. A União faz um contrato dizendo que complementa aqueles 50% até que essa rodovia se torne auto-suficiente, rentável e não precise mais colocar dinheiro. O que entra no Orçamento é a projeção do dispêndio que o Governo terá ao longo desse tempo. Isso é despesa primária, mas não o investimento para duplicação da estrada.

Essa modalidade de PPP não é uma novidade, vem sendo praticada na Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal com muito sucesso. De modo que esses gastos respeitarão a Lei de Responsabilidade Fiscal e todos os limites legais estabelecidos para os gastos no setor público.

Em relação ao volume de superávit que vamos produzir nos próximos 4 anos, não sei quanto vai ser o superávit primário, porque mencionamos que a partir de 2005 teremos um instrumento anticíclico, que provavelmente vai alterar o volume de superávit primário a ser realizado. Então, o que podemos garantir: 4,25, em 2003/2004. A partir de 2005, vamos introduzir o mecanismo anticíclico ainda não definido pelo Governo, que poderá alterar o volume do superávit. Portanto, não está garantido, não dá para dizer que vamos ter um volume de superávit de tantos bilhões nos próximos 4 anos. Pode ser por uma medida incorreta.

Em relação às mudanças ministeriais feitas pela imprensa, V.Exa. disse bem, é ela que está fazendo a reforma ministerial. Só falta ocupar o cargo do Presidente da República. Felizmente, é preciso dar o mandato para a imprensa, porque é ela que está fazendo as mudanças ministeriais; o Presidente da República não se manifestou até agora e é S.Exa.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quem tem o mandato, é o único que pode fazer. É tudo especulação. Há interesses de grupos específicos que estão alimentando, insuflando. Diria que isso pode ser tomado como algo folclórico e não é algo sério. Muito menos séria é minha ida para o BNDES. É especulação. Agradeço a lembrança, mas estou bem no Ministério do Planejamento, enquanto merecer a confiança do Presidente da República.

O Deputado Zé Geraldo falou no contingenciamento de recursos para a reforma agrária. Infelizmente, em 2003, todos os setores sofreram alguma forma de contingenciamento por falta de recursos, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário está recebendo um reforço para 2004. Vai de 700 e poucos milhões para um bilhão de recursos. Temos que ter criatividade, em primeiro lugar, para mudar a qualidade da reforma agrária no País. Temos que dar um salto de qualidade, porque a reforma que vinha sendo feita era quantitativa, vamos chamar assim. Colocava-se um conjunto de cidadãos numa terra improdutiva, sem a condição de produzir, e dizia-se: assentamos. Mas assentamos o quê? Então, estamos caminhando para um novo tipo de reforma agrária, que dê realmente condições dos assentados produzirem, tornarem-se cidadãos produtivos, terem auto-suficiência, e estamos pensando em outras modalidades, como utilização maior de terras do Governo. Estamos garimpando todas as terras disponíveis que podem ser alocadas com gasto zero, porque não precisa emitir TDA e outras saídas para fazer uma boa reforma agrária.

Concordo com V.Exa. no sentido de que há várias rodovias intrafegáveis. A Transamazônica é uma delas. Está nos nossos planos a recuperação dessa rodovia e outras que desaparecem durante uma parte do ano. Não é só a Transamazônica, várias desaparecem. Estamos cientes de que as chuvas atrapalham muito a execução de obras.

Sabemos que, a partir de outubro, certas rodovias não podem mais ser objeto de obras, porque a chuva impede isso. Só que, infelizmente, no ano de 2003, não temos tanto controle sobre a disponibilidade orçamentária. V.Exa. sabe que temos que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que nos obriga fazer um relatório, a cada 2 meses, e informar: “Olha, subiu a receita, então, podemos descontinuar”. Mas se caiu a receita, temos que contingenciar mais e diminuir a disponibilidade.

Então, dependemos um pouco dessa dinâmica. No ano que vem, teremos um pouco mais de recursos e procuraremos fazer essa sintonia da capacidade de investimento com o regime de chuvas da região — aliás, as equipes do Plano Plurianual, gerenciadas pelo Secretário Sebastião, estão à disposição para que possamos fazer esse ajuste e, depois, fazer um acompanhamento.

O Plano Plurianual, uma vez aprovado pelo Congresso, será monitorado *pari passu* e, na sua execução, terá correção de rotas que forem necessárias.

O Deputado Júlio Cesar me passou aqui um conjunto de indicadores com perfil socioeconômico dos Estados brasileiros, indicando que as Regiões Norte e Nordeste são as que possuem maiores disparidades em relação ao restante do País. Por outros caminhos, temos também esse diagnóstico. De fato, V.Exa. tem toda a razão, existem essas disparidades. O Governo está criando mecanismos para que elas sejam reduzidas. Criando regionais da SUDENE e da SUDAM as recuperações serão feitas nessas regiões.

Esse fundo constitucional agora deverá objetivar principalmente as regiões mais carentes do País. Essa obra será feita no São Francisco e beneficiará toda a região do semi-árido — vai pegar em cheio uma das regiões mais pobres do País: os Estados do polígono da seca e do semi-árido.

Só nessa obra do São Francisco, ao longo de 4 anos, serão despendidos 4, 5 bilhões de reais. Isso ainda não está na regionalização. V.Exa. mencionou aqui dados de regionalização. Acredito que citou apenas os projetos. Isso não leva em consideração despesas de recuperação de estradas que, no final das contas, são também investimentos em infra-estrutura, mas que não aparecem como projetos. É uma questão de classificação no Orçamento.

Em geral, na recuperação de estrada, não está definido o destino dela. É um dado global, mas posso garantir-lhe que todas as estradas das Regiões Norte e Nordeste estão incluídas nesse programa de recuperação, que é o que tem maior volume de recursos.

Agora, além desses recursos, também não estão previstos os da iniciativa privada. Por exemplo, a BR-101, na Região Norte, deverá ter aportes do setor privado que não estão



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nesta conta. Além disso, temos uma parte dos recursos que não está regionalizada no próprio Orçamento.

Então, só uma parte dos recursos está regionalizada, o restante aparece como dotação geral não regionalizada. Posso garantir-lhe que uma parte importante desses recursos estará sendo alocada nessas regiões, porque é objetivo do Governo reduzir disparidades regionais — meta importante do Presidente da República que deverá ser cumprida.

O Deputado Eduardo Sciarra menciona uma possível incoerência entre uma meta de PIB de 3,5% e redução da inflação, supondo que a meta de 5,5% de inflação para o próximo ano seja inalcançável. Ela é alcançável. Aliás, já está sendo alcançada. Pelas nossas projeções de inflação, isso já está garantido. É claro, não vou jurar aqui, de pé junto, porque em economia existem muitos fatores intervenientes. Podemos ter um tufão, como o Isabel, que está indo aos Estados Unidos, de repente; uma catástrofe ambiental inesperada. Felizmente o Brasil está fora das rotas de tufões e não deveremos ter maiores surpresas. Existe grande possibilidade de, em 2004, a inflação que o País terá, em função dos instrumentos que estamos pondo em prática, não ultrapassar a marca dos 5,5%. Essa meta é perfeitamente alcançável, factível, viável e não colide com a meta de crescimento de 3,5%.

Em relação ao agronegócio, V.Exa. tem razão quando diz que devemos dar uma atenção especial à infra-estrutura, porque sem ela não conseguiremos aumentar a produção de grãos e o transporte. Há um problema em Paranaguá, que é um porto que está congestionado justamente pela produção de grãos. Os caminhões chegam a fazer filas de 50, 60 quilômetros para poder embarcar os seus produtos. Temos consciência, e a reforma do porto de Paranaguá está no Plano Plurianual, devendo ser feita.

V.Exa. disse que não há obras na região do Paraná. Temos a rodovia Tietê, temos a construção do contorno ferroviário de Curitiba, a construção da variante ferroviária Ipiranga—Guarapuava e a ampliação do cais do porto de Paranaguá. São 3 obras rodoviárias.

Na verdade, diria que a BR-116 vai beneficiar esse conjunto de Estados. A parte da Régis Bittencourt deverá ser completada ao longo de 4 anos, é o corredor MERCOSUL, e mesmo essa parte Florianópolis—Osório vai completar essa rodovia, que vai beneficiar todos estes Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Então, diria que também está contemplado.

O Deputado Amauri Robledo Gasques menciona que devo estar angustiado por retirar da Saúde. Não estou angustiado, porque não estou retirando dinheiro da saúde, que vai ter 29 bilhões de reais de custeio, mais 3 ou 4 bilhões de pessoal que serão gastos no próximo ano. Posso dizer que tenho angústia, sim, porque outros setores terão menos recursos e gostaria que outros setores tivessem mais recursos para poderem realizar o conjunto de projetos, que também são importantes. Realmente estaria menos angustiado se houvesse mais recursos disponíveis, mas a tarefa, a sina do administrador público é administrar recursos escassos. O dia em que o administrador tiver que administrar recursos abundantes será outro mundo. Nunca vi essa situação e acho que não viverei para vê-la.

Certamente o objetivo do Governo não é aumentar tributos. Para nós, lutaremos até o último homem para que essa reforma tributária seja neutra, para que não onere a sociedade. Esse é um compromisso que temos e vamos tentar levá-lo até o fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Sr. Deputado Anivaldo Vale.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem e, disciplinadamente, fiquei aguardando.

Quero mencionar que a questão dos cadastros nada tem a ver com a regionalização.

Em relação ao Tribunal de Contas da União, gostaria apenas que o Ministro — é claro que S.Exa. não tem a obrigação de saber tudo o que sai no *Diário Oficial* — afirmasse, por escrito ou oralmente, se vai ser possível caracterizar no Orçamento, no PPA e na peça orçamentária o Programa Fome Zero.

Era a indagação que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - É possível, sim, Senadora. Será feita a discriminação do Programa Fome Zero, que é mais abrangente do que os recursos que estão na dotação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Isso ainda está em curso no Governo. Eles vão ser anunciados amanhã. Então, essa racionalização, essa unificação está em curso. Não houve tempo, mas será detalhada e constará do Plano Plurianual na sua forma final.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Eu gostaria de obter isso um pouco mais detalhadamente, que os técnicos pudessem oferecer à Comissão de Assuntos Sociais, para que eu pudesse colocar no *site* da Comissão.

Obrigada.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Nós forneceremos a V.Exa. o programa de transferência de renda completo, com todos os seus detalhes, todas as suas dotações, todas as suas ações. Eu prometo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria fazer uma pergunta ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pediria que fosse breve, pois já estamos aqui há 6 horas e 9 minutos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O objetivo da nossa réplica, justamente levando em consideração esse grande esforço que estamos fazendo aqui e a disposição do Ministro em esclarecer, é esclarecer uma pergunta que ficou meio no ar. Queria saber a opinião do Ministro sobre a proposta de agregação dessas ações, preservando as características do subtítulo e preservando inclusive a finalidade dos programas, como forma de agilização do nosso trabalho.

Sr. Ministro, quando analisamos a questão da buracada em nossas estradas também temos que levar em consideração que elas foram planejadas há 40, 50 anos e a carga de cada caminhão era de no máximo 15 toneladas; hoje, está em 60, 70, 80 toneladas. Tem que haver um tratamento diferenciado para isso também.

Quanto à eclusa, Sr. Ministro, eu estou vendo que até o final do Governo Lula, de acordo com o que está planejado e explicitado em valores aqui, também não vai ficar concluída. Nosso rio vai continuar fechado, porque ela custa 360 milhões e estão previstos 210 milhões, nos 4 anos do Governo Lula.

Na questão do transporte fluvial da Amazônia, eu queria uma contribuição da inteligência do Governo para modernizá-lo levando em consideração o potencial que temos, de 25 mil quilômetros de rios navegáveis, como disse o nosso Presidente.

Quanto à BR-163, no PPA só vieram recursos dentro do Estado do Mato Grosso, de Cuiabá a Santarém; na área do Pará, fala-se inclusive em um processo de parceria com a iniciativa privada, mas também há recursos do Governo Federal e do Governo Estadual que não estão previstos aqui. Eu queria esses esclarecimentos.

Obrigado, Ministro.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputada, em breve. Aguarde um pouco.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO AMAURI ROBLEDO GASQUES - Sr. Presidente, pedi a palavra apenas porque o Ministro não respondeu integralmente à minha pergunta. A questão é que sou membro da Frente Parlamentar da Saúde. Não falo nem posso falar por ela, mas lhe garanto que seus membros não têm a mesma opinião de V.Exa. com relação a isso. Nós acreditamos, sim, que recursos estão saindo da Pasta da Saúde.

Mas eu queria que V.Exa. respondesse, por gentileza, se a sua Pasta não sugeriu, em nenhum momento, que houvesse alguma mudança na política de pagamento da dívida. Porque isso, sim, aumentaria esse cobertor, que é curto. Então, pergunto se não foi, em nenhum momento, de nenhuma forma aventada por este Governo ou por sua Pasta a possibilidade de não promovermos esse sacrifício a que o povo está sendo submetido.

Muito obrigado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputada, tem V.Exa. a palavra. Peço apenas que seja breve.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu havia me inscrito e precisei sair, de modo que sei que passou a minha vez, mas conto com a boa vontade desta Mesa. Amanhã cedo irei para Goiânia. Vai haver uma audiência pública sobre financiamento da educação na Assembléia Legislativa e eu sei que serei questionada sobre algumas coisas simples do Orçamento da Educação. Rapidamente, gostaria que o Ministro pudesse responder algumas indagações.

Em primeiro lugar, com certeza eles vão querer saber por que o investimento em Educação caiu 22% e como vamos cumprir um orçamento se na verdade este ano, já nestes primeiros 8 meses, decorridos 66% do ano, só gastamos 10.16 por ano. Como é que fica essa compatibilização orçamentária. Eu quero muito esse esclarecimento, para que eu possa esclarecer as pessoas.

E em relação ao Programa Brasil Alfabetizado, há uma dúvida que não é só econômico-financeira, mas é também conceitual. Sabemos o que é alfabetizar uma pessoa durante 6 meses. Ensinamos a decodificação mecânica de algumas letras, mas ninguém com menos de 3 anos de escolaridade deixa de ser um analfabeto funcional. Preocupa-me muito, no PPA e no Orçamento de 2004, os recursos alocados para o Programa Brasil Alfabetizado. Temos 16 milhões de analfabetos, segundo o IPEA, e 13 milhões, segundo o IBGE, não interessa, mas temos alocados mais ou menos 184 milhões por ano, o que dá um total de 750 milhões. Ninguém alfabetiza por menos de 100 reais por semestre, contando todos os custos. Não vejo também, no PPA, perspectiva ou previsão orçamentária para que essas pessoas alfabetizadas ingressem nos cursos de Educação de Jovens e Adultos — EJA para que tenham, pelo menos, 2 ou 3 anos de escolaridade. No Programa Brasil Escolarizado há previsão de cobertura de 10 milhões de pessoas para o EJA, mas temos 46 milhões de potenciais candidatos ao EJA. Assim, haverá suplementação? Está-se pensando em como realizar o atendimento completo do programa de alfabetização? Como será sua continuidade através dos cursos de jovens e adultos?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Começando pelo Deputado Anivaldo Vale, quanto à questão da agregação que ainda não está definida, penso que podemos constituir uma comissão técnica, porque houve posicionamentos favoráveis e contrários. É uma questão a ser discutida. Não tenho maiores ressalvas a uma eventual modificação. Há prós e contras nas duas situações. Se você agregar, talvez fique mais fácil visualizar e menos detalhado. Há implicações de operacionalidade. Podemos formar uma comissão para resolver.

Quanto às hidrovias, a eclusa de Tocantins pode ser realizada, sim, porque seu custo está estimado em cerca de 300 milhões, e o Governo do Pará está disposto a entrar com 50%. A verba que estipulamos este ano é de 70 milhões e corresponde a um quarto entre o próximo ano e o seguinte, dando para realizar neste Governo, porque o Governo do Pará se prontificou a colocar parte dos recursos faltantes. A eclusa de Lajeado é um pouco mais difícil, mas também dá para realizar.

Realizando a eclusa de Tocantins, já se permite a navegação do Rio Tocantins na sua parte até a eclusa de Lajeado, o que, portanto, é um avanço para a região.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Até Marabá, Sr. Ministro, porque depois temos as corredeiras de Santa Isabel.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Certo, até Marabá. Mas já há uma melhoria no local, e essa pode ser feita. Concordo com V.Exa. no sentido de que a natureza do transporte rodoviário se modificou ao longo dos anos e que certas rodovias são tecnicamente obsoletas. Tenho certeza de que o Ministério dos Transportes, que está elaborando um grande plano de recuperação, de ampliação e de construção de novas rodovias está atento para esse problema, de modo a recuperá-las em condições a dar vazão ao fluxo atual de tráfego.

Com relação à observação do Deputado Amauri Robledo Gasques, insisto no fato de que a Saúde terá os recursos que estão definidos na Emenda Constitucional nº 29. É 29? A esta altura já estou... É porque coincide com o volume de recursos orçamentários deste ano,



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que são 29 bilhões. Portanto, serão gastos esses recursos e todas as ações terão de ser voltadas para a Saúde, do contrário estaremos violando o preceito constitucional. Posso garantir a V.Exa. que estarão, do contrário vamos discuti-las e ver se há alguma que não está e que tenha de ser substituída por uma ação de saúde.

Quanto ao pagamento da dívida, nosso objetivo não é fazê-lo, evidentemente. Tivemos de desafogar a situação crítica em que nos encontrávamos, onde a dívida subia de forma exponencial. Aí não tem jeito, temos que dar uma brechada, mas não significa que vamos ficar 4 anos pagando a dívida. Queremos estabilizar essa relação dívida/PIB num patamar razoável, fazer o alongamento dela a partir do mercado e, então, não nos preocuparmos mais com a questão. Isso virá à medida que a taxa de juros caia para um patamar mais baixo do que o de atualmente. Assim, a dívida vai parar de crescer. A equação é esta: o PIB cresce mais, os juros ficam menores, a dívida pára de crescer e está estacionada. Portanto, não é que vamos ficar pagando a dívida. O objetivo é que a dívida estacione em torno de 50% do PIB. A partir disso, os recursos que forem disponibilizados serão utilizados em investimentos e em tudo o mais.

Em relação às questões da Educação, Deputada, temos de fato que distinguir o analfabeto funcional. São duas categorias. Temos até os números: 16 milhões de uma categoria; 30 milhões de outra. Nós sabemos que não dá para resolver o problema dos 30 milhões, mas já estaremos dando um avanço com os 16 milhões de analfabetos totais.

Vamos fazendo aos poucos, não dá para resolver todos os problemas. Os outros 30 milhões também serão alvo de ações do Ministério da Educação, de modo que a alfabetização atinja os patamares que eu considero mais civilizados. Acho que, no mínimo, são necessários 3, 4 anos de formação para atingir uma boa média, porque a média de escolaridade do trabalhador brasileiro é muito baixa, em torno de 6 anos de escolaridade, se não me engano. Na Coreia, ela é de 12, 13 anos. Temos de atingir esses patamares.

É um trabalho que vai sendo realizado em etapas, mas o Governo estabeleceu um objetivo. Assim como a educação fundamental foi privilegiada no período anterior, agora estamos voltados para a educação secundária. De certa forma, a educação fundamental possui hoje quase todas as matrículas necessárias — são 97%. Nós queremos caminhar para 100% e dar atenção ao ensino secundário. Agora, deslocou-se a deficiência para o ensino secundário, que também tem de ser alvo das ações do Ministério.

Portanto, é um conjunto de ações. Acho que o Ministério da Educação terá, no total, um pouco mais de recursos no próximo do que neste ano, de modo a poder dar conta dos objetivos.

Quanto à discriminação que a senhora menciona, serão fornecidas pela área técnica, em cada um dos investimentos, em cada segmento, todas as informações que forem requeridas, o mais breve possível.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Ministro, corremos o risco de perder o esforço inicial da alfabetização se não dermos seqüência ao processo. Ninguém aqui quer repetir o MOBRAL. Se não nos preocuparmos com o que ocorrerá depois desses 6 meses, será uma perda de investimento financeiro e de expectativa criada.

Rapidamente, em relação à queda de 22% — talvez seja até uma questão de fundo ideológico —, eu realmente quero esclarecer as dúvidas que surgirão amanhã. Os únicos aumentos significativos foram para a dívida: 30% a mais para pagar débitos e 20% para amortização e juros. Houve queda de 22% em investimentos. Isso é complicado quando a questão é educação.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não, há aumento de custeio. É preciso tomar cuidado com a classificação de investimento. Quando se trata de infra-estrutura, ela é muito clara; contudo, quando se trata da área de saúde e educação, ela fica um pouco dúbia. Então, é preciso ver o conjunto dos recursos. Prometo-lhe um detalhamento depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Quero agradecer ao Ministro Mantega a maneira democrática e transparente com que se comportou nesta reunião. S.Exa. atendeu os Srs. Parlamentares, respondeu todas as perguntas e forneceu instrumentos à Comissão para a análise do Orçamento e do PPA da melhor forma possível. Muito obrigado, Sr. Ministro.

Agradeço a todos a presença.

Está encerrada a reunião.